

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIX

FLORIANÓPOLIS, 20 DE MAIO DE 2009

NÚMERO 6.038

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES
E DESENVOLVIMENTO
URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Herneus de Nadal
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-
Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Pedro Uczai - Presidente
Elizeu Mattos - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grandó
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE
RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Herneus de Nadal
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.aleesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2038
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 005ª Sessão Solene da
16ª realizada em 16/05/2009, no
Município de Itaiópolis2
Ata da 041ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 19/05/2009.....9
Ata da 017ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 19/05/200920

Publicações Diversas

Atas de Comissão Permanente...
.....29
Aviso de Resultado30
Extrato30
Ofícios30
Projetos de Lei31
Projetos de Resolução32

PLENÁRIO

ATA DA 005ª SESSÃO SOLENE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2009, NO MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO COMEMORAÇÃO AO DIA ESTADUAL DA IMIGRAÇÃO POLONESA PROPOSIÇÃO DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR SUMÁRIO

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Destaca que a cultura polonesa merece ser reverenciada e que a grande religiosidade e fé explicam a forma como os imigrantes enfrentaram as dificuldades encontradas no Brasil.

ELIAS IACOVSKI - Representando o deputado Rogério Mendonça, salienta a importância dos imigrantes poloneses na colonização do sul do país.

RIZIO WACHOWITZ - Ressalta que a Braspol está presente em 335 localidades de 16 estados do país e que a integração Brasil-Polônia começou em 1869, com a chegada das primeiras famílias à região de Brusque.

EMBAIXADOR JACEK JUNOSZA KISIELEWSKI - Agradece ao Poder Legislativo e afirma que para a Polônia é

muito importante a aproximação com as colônias brasileiras e os descendentes dos imigrantes.

IZABEL LANDOWSKI KOLLROSS - Em nome dos homenageados, agradece a homenagem e enfatiza a importância do trabalho e da cultura poloneses para Itaiópolis e região.

SECRETÁRIO ABEL SCHROEDER - E nome do governo do estado, ressalta a gratidão pela dedicação e trabalho dos imigrantes poloneses e seus descendentes em prol do desenvolvimento de Santa Catarina.

PREFEITO HELIO CESAR WENDT - Rende homenagens aos imigrantes poloneses, exaltando suas qualidades e importância para Itaiópolis e o planalto norte catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) -Invocando a proteção de

Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido para compor a mesa as excelentíssimas autoridades que serão nominadas a seguir::

Excelentíssimo senhor Abel Schroeder, secretário de estado de Desenvolvimento Regional de Mafra, neste ato representando o governador do estado;

(Palmas)
Excelentíssimo senhor Jacek Junosza Kisielewski, embaixador da República da Polônia;

(Palmas)
Excelentíssima senhora Dorata Joanna Barys, cônsul da Polónia;

(Palmas)
Excelentíssimo senhor Helio Cesar Wendt, prefeito do município de Itaiópolis,

neste ato representando todos os prefeitos homenageados;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Leoberto Weinert, prefeito municipal de Canoinhas, presidente da Associação dos Municípios do Planalto Norte - Amplanorte;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Alfeu Schneider, vice-prefeito de Itaiópolis, neste ato representando os vice-prefeitos;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal de Itaiópolis, vereador Alcides Nieckarz, neste ato representando todos os vereadores presentes;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Rizio Wachowitz, presidente nacional da Braspol;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Geraldo Riback, presidente estadual da Braspol.

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores.

A presente sessão solene foi convocada por solicitação deste deputado e com a aprovação dos demais parlamentares em homenagem à imigração polonesa. Neste momento, ouviremos Hino da Polônia, executado pela orquestra típica polonesa Polska Orkiestra Z Brazili, com 18 componentes, sob a regência do maestro Pedro Machado de Bitencourt.

Em seguida, ouviremos a execução do Hino Nacional e do Hino da Polônia.

(Procede-se à execução dos hinos.)

(Palmas)

Gostaríamos de saudar as seguintes autoridades:

Excelentíssimo senhor prefeito do município de Porto União, Renato Stasiak;

Excelentíssimo senhor prefeito do município de Irineópolis, Wanderlei Lezan;

Excelentíssimo senhor prefeito do município de Major Vieira, Israel Kiem;

Senhora Elaine Munhoz, coordenadora de Cultura do município de Campo Alegre, neste ato representando o senhor Vilmar Grosskopf, prefeito de Campo Alegre;

Senhor Alois Mikalovicz, secretário da Fazenda do município de Papanduva, neste ato representando o senhor Luiz Henrique Saliba, prefeito de Papanduva;

Senhor Dionei Walter da Silva, ex-deputado estadual, neste ato representando a senadora Ideli Salvatti;

Senhora Alconi Calikoski, diretora-geral da secretaria de Desenvolvimento Regional de Canoinhas;

Senhor Sandro Calikoski, presidente da Câmara Municipal de Porto União;

Senhor vereador Nilso Macieski, representando a Câmara Municipal de Chapecó;

Senhor José Carlos Linzmeier, presidente da Associação Empresarial e da Câmara de Dirigentes Lojistas do município de Itaiópolis;

Senhor Guido Gilmar Tureck, vereador do município de Itaiópolis;

Senhor Orlando Zwarzerski, vereador do município de Itaiópolis;

Senhora Marlete Arbigauss, vereadora do município de Itaiópolis;

Senhor Marco Aurélio Viliczinski, vereador do município de São Bento do Sul

e diretor da Câmara de Comércio e Indústria Brasil Polônia;

Senhor Davi Kubichen, vereador do município de Santa Terezinha;

Senhor José Kozoriz, vereador do município de Santa Terezinha;

Senhor Geraldo Reiberg, vereador do município de Santa Terezinha;

Senhora Maria Aparecida Wielewski Linzmeier, secretária de Educação do município de Itaiópolis;

Senhor Evaldo Andrzejewski, presidente do Lions Club do município de Itaiópolis;

Senhor Leonardo Knop, presidente do Rotary Clube do município de Canoinhas;

Senhor Alceu Gaio, diretor-geral da secretaria de estado da Infraestrutura;

Senhor Elias Iacovski, neste ato representando o deputado estadual Rogério Peninha Mendonça.

Dando continuidade à sessão, faço uso da palavra, na qualidade de autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene.

(Passa a ler.)

"Senhoras e senhores;

Senhor prefeito municipal de Itaiópolis, Helio Cesar Wendt;

Senhor vice-prefeito Alfeu Schneider;

Senhor vereador Alcides Nieckarz, presidente da Câmara Municipal;

Senhor embaixador da Polônia no Brasil, Jacek Junosza Kisielewski;

Senhora Dorata Joanna Barys, cônsul-geral da Polónia para a região sul do Brasil;

Demais autoridades civis e eclesiásticas.

Gostaria também de saudar todas as mulheres aqui presentes, minha esposa Marilu, dizendo, como diz o nosso governador, que as mulheres são as pessoas mais importantes desta nossa sessão. Quero saudar também a banda que nos honra com sua presença.

É com imensa satisfação que vejo repleto este salão paroquial da Igreja de São Estanislau, para sediar a primeira sessão solene que a Assembleia Legislativa de Santa Catarina realiza neste município. Registro esse sentimento de alegria porque fui autor do requerimento que ensejou a realização desta sessão solene aqui, em Itaiópolis, levando em conta a presença, neste município, de uma das mais significativas comunidades de descendentes poloneses de nosso estado, e ao reconhecimento, desde 2003, desta cidade como a Capital Catarinense da Cultura Polonesa.

Senhoras e senhores, nesta tarde, mais do que nunca, podemos dizer que Itaiópolis é a nossa *Polska Stolica*, ou seja, de fato, a Capital Polonesa de Santa Catarina. Aqui estamos para festejar o Dia Estadual da Imigração Polonesa, instituída pela Lei n. 14.164, de 2007, resultante de proposição de nossa autoria.

A importância desta data motiva, outra vez, a vinda a Santa Catarina do sr. embaixador da Polónia ao Brasil, que no ano passado já nos deu a honra de prestigiar a primeira sessão especial alusiva ao Dia da Imigração Polonesa, em Florianópolis. O embaixador Jacek Junosza Kisielewski veio

de Brasília para nos prestigiar, assim como a cônsul-geral Dorata Joanna Barys viajou desde Curitiba para estar aqui conosco.

E vejamos, sr. embaixador e sra. cônsul, porque podemos assegurar que estamos, de fato, entre polonos-brasileiros:

A Câmara Municipal de Itaiópolis é composta pelos vereadores Alcides Nieckarz, que a preside, mais os vereadores Francisco Kuiava, Guido Tureck, Julio Panchiniak, Leandro Kuyavski, Marlete Arbigauss, Orlando Zwarzerski, Paulo Mirek e Wilson Marciniak, ou seja, não faltam nomes de descendentes poloneses, como também é o caso do ex-vereador Claudinor Krajevski, em nome de quem rendo homenagem a todos os ex-vereadores presentes a esta sessão.

Aqui vivem parte dos mais de 350 mil descendentes poloneses que hoje estão espalhados por todas as regiões de nosso estado, que fazem parte de uma comunidade ainda maior, de aproximadamente dois milhões de polonos-brasileiros estabelecidos na região sul do Brasil.

Os poloneses chegaram ao nosso país no século XIX, especialmente a partir do último quarto daquele século, e aqui no planalto norte catarinense marcaram presença em Itaiópolis, antiga colônia Lucena, bem como em São Bento do Sul, Papanduva, Monte Castelo, Major Vieira, Canoinhas, Três Barras, Bela Vista do Toldo, Irineópolis e Porto União.

Sr. embaixador e sra. cônsul, o município de Itaiópolis tem forte economia agrícola, destaca-se na fruticultura, na produção de fumo e soja, pelo reflorestamento, pela pecuária e pela produção de mel. Mas também tem uma grande unidade industrial que produz compressores e um grande frigorífico. Sua economia reflete a disposição de sua gente para o trabalho. Disposição que existe entre todos os representantes de comunidades e municípios vizinhos colonizados por poloneses, hoje aqui representados e homenageados.

Os poloneses - desde os primeiros que aqui pisaram - trouxeram a cultura de seu país para dinamizar a agricultura com seus arados, com a introdução de lavouras de centeio, de trigo sarraceno e de batata. Ampliaram o leque de atividades com profissões como a dos moageiros, ferreiros, sapateiros, seleiros, alfaiates e marceneiros. Também trouxeram padrões culturais para a arquitetura das casas e igrejas de madeira, e até com suas carroças de toldo, que se transformaram em símbolos da cultura eslava.

Tiveram grande participação no desenvolvimento catarinense, com tantos conhecimentos e com tanto vigor para construir, por exemplo, a ferrovia São Paulo/Rio Grande e o ramal São Francisco do Sul/União da Vitória.

Os poloneses e suas escolas, associações e grupos culturais souberam manter viva a chama da pátria mãe, mas também souberam integrar-se à cultura brasileira. Aderiram à erva-mate e aprenderam a degustar o chimarrão. Também incorporaram uma gastronomia de pratos e aromas típicos, como o *pierogui* de ricota com batata, o *kapusniak* e o delicioso pão-de-mel ou *miadawnik*, ou ainda as maçãs e peras recheadas com requeijão e nata.

Vocês trouxeram e souberam manter até hoje uma característica marcante de seu povo de origem: o bom humor, que é tão importante para as relações humanas e - por que não dizer - para a nossa saúde! Os polonos-brasileiros têm por que se orgulhar de suas origens. De fato vocês são orgulhosos, e com razão!

Vou citar versos de um dos mais consagrados descendentes poloneses no Brasil, o poeta Paulo Leminski, que sempre valorizou as suas origens:

(Passa a ler.)

'Meu coração de polaco voltou

Coração que meu avô trouxe de longe pra mim

Um coração esmagado

Um coração pisoteado

Um coração de poeta.'

Senhoras e senhores, esta sessão solene tem grande importância por marcar o reconhecimento de um povo que ajudou a construir o mosaico cultural catarinense, brasileiro e soube preservar dois grandes ícones que nós temos dos poloneses, a alegria e a fé. Devemos estreitar laços com o país dos seus avós e bisavós, que é o sexto maior país da Europa e tem muito a contribuir e trocar com os brasileiros.

Desejo felicidade, saúde e vida longa a todos, com a manutenção da chama polaca, tão importante para todos os catarinenses.

Um vigoroso *sto lat.* Cem anos é o que todos merecem!"

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Convido para fazer uso da palavra o sr. Elias Iacovski, neste ato representando o deputado Rogério Mendonça.

O SR. ELIAS IACOVSKI - Dr. Antônio Aguiar, deputado estadual e proponente desta sessão solene; dr. Jacek Junosza Kisielewski, digníssimo embaixador da Polônia no Brasil, e sra. Dorata Joanna Barys, cônsul-geral da Polônia. Ao cumprimentá-los, quero saudar toda a mesa.

Eu senti alguma dificuldade por parte do deputado Antônio Aguiar ao citar, ao declinar todos esses sobrenomes poloneses. Mas v.ex.a. se saiu muito bem. Dá para sentir que reside e trabalha numa região de poloneses.

Quando v.ex.a. convidou o deputado Rogério Mendonça para se fazer presente, ele respondeu que não poderia porque tinha um compromisso parlamentar fora do estado, mas que o seu chefe-de-gabinete, que também é polonês, polaco, far-se-ia presente. E por isso nós estamos aqui com muito orgulho. Sinto-me em casa ao ver patricios que, a exemplo de outras raças, saíram da velha Europa para buscar dias melhores neste Brasil imenso.

O deputado Peninha fez duas recomendações. A primeira, para não esquecer de dizer que Brusque também foi colonizada por poloneses. A indústria têxtil de Brusque iniciou por mãos polonesas. A segunda, para não me esquecer de dizer que no sul do estado a raça polonesa se faz presente com muita intensidade e que Curitiba também foi colonizada por poloneses. Ele ainda lembrou que o antigo regime nazista só conseguiu invadir a Polônia pelo ar, com os seus aviões, e por terra com

seus tanques imensos e muito potentes, porque a cavalaria polonesa resistiu com muita hombridade e com muita valentia.

E disse mais: se o leste europeu mudou de ideologia política, se a União Soviética caiu, foi graças ao grande polonês Karol Josef Wojtyla, que foi o maior líder do mundo nos últimos anos.

Não querendo roubar mais tempo, quero cumprimentar o deputado Antônio Aguiar por essa feliz iniciativa, porque a nossa raça merece. Não vamos usar de modéstia, não sejamos excessivamente humildes, porque aqui estamos representados por entidades polonesas, por autoridades polonesas. E nós, aqui do norte do estado de Santa Catarina, temos que dizer-lhes que nos orgulhamos de colaborar com este estado e com este país chamado Brasil, com essa força que trouxemos de nossos antepassados que vieram da Polônia.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Convido o sr. Rizio Wachowitz, presidente nacional da Braspol, para fazer uso da palavra.

O SR. RIZIO WACHOWITZ - Prezado presidente desta sessão, deputado Antônio Aguiar, aceite a saudação de toda a comunidade polônica brasileira, que é a Braspol;

Saúdo o embaixador da República da Polônia, sr. Jacek Junoska Kisielewski, que se faz presente mais uma vez na terra catarinense; saúdo a nossa querida cônsul da Polônia, sra. Dorata Joanna Barys, que também se faz presente na região sul do Brasil;

Saudando o prefeito de Itaiópolis, Helio César Wendt, e o sr. Abel Schroeder, secretário de Desenvolvimento Regional, quero saudar todos os homens públicos catarinenses e brasileiros;

Prezadas senhoras e prezados senhores;

É com grande satisfação e emoção que usamos da palavra para registrar a presença do polonês no Brasil, desde 1869, como imigrante que veio para o nosso país. Antes desse ano vieram outras pessoas, mas isoladamente. A primeira imigração veio em 1869; foram 16 famílias que se estabeleceram nas redondezas da cidade de Brusque.

Por isso, Santa Catarina entra na história como o estado que recebeu o primeiro contingente imigratório da Polônia. Eles se estabeleceram numa localidade chamada *Sixteen Lots*. É uma expressão inglesa, porque tempos antes da vinda dos poloneses lá estavam os irlandeses, mas como não gostaram dos terrenos, que não eram bons, afastaram-se, abandonaram e foram embora.

Quando vieram os poloneses, infelizmente, foram colocados também naquela região inóspita, e aí começou a sua cruz, a cruz da Terra de Santa Cruz do Brasil. E tiveram que fazer um esforço enorme para deixar aquela terra e procurar novos rumos na vida.

Aí apareceu uma liderança nova, chamada Sebastian, um medidor de terras, e também já estava presente um padre

chamado João Olszowka. Os dois formaram uma grande amizade e decidiram que a única solução para a sobrevivência seria levar esse grupo de imigrantes para Curitiba, que lá as terras eram melhores.

As autoridades locais não queriam concordar com a saída deles. Ocorreu então que o padre Olszowka, quando veio ao Brasil, ficou uma temporada no Rio de Janeiro, onde conheceu o imperador Pedro I. Resolveu então escrever uma carta pedindo-lhe o favor de autorizar a saída dos imigrantes. E o nosso líder Sebastian levou semanas para chegar ao Rio de Janeiro e outro tanto para conseguir essa audiência com o imperador, mas conseguiu. Entregou a carta em mãos, o imperador se comoveu com a situação dos poloneses e autorizou por escrito que aqueles imigrantes se transferissem para os arredores de Curitiba. Depois de muita luta e de muita confusão conseguiram ser deslocados e localizados nas imediações de Curitiba, hoje bairro de Pinhalzinho.

Essa foi a primeira grande cruz, mas eles venceram. Pouco tempo depois veio a segunda leva, 16 famílias, que também ficou em Brusque, mas que se retirou logo em seguida para Curitiba. Mas Santa Catarina hoje marca o primeiro ponto onde desembarcaram e permaneceram por alguns meses, mais de um ano, os imigrantes poloneses.

Meus caros amigos, depois, nos 30 anos seguintes, vieram milhares de imigrantes, estimulados pela política do Brasil de ocupar as extensões desocupadas no território nacional, que eram muitas. E assim eles se instalaram nos estados do sul, principalmente, porque o clima daqui é um pouco parecido com o clima europeu. E os imigrantes da primeira e segunda gerações deslocaram-se para outras áreas do Brasil.

Em 1890 formou-se a Braspol, um movimento que procura resgatar os valores dessa história gigantesca, um movimento que procura resgatar a cultura trazida e já perdida em grande parte aqui no Brasil. Deparamo-nos com algumas realidades que realmente nos emocionaram, porque fomos à procura das comunidades espalhadas pelo Brasil. E hoje a Braspol está organizada em 335 localidades espalhadas em 16 estados do nosso país. É um movimento que procura fazer a recuperação do passado e dos valores culturais trazidos para cá pelos nossos pioneiros, para que esses valores também integrem o mosaico cultural que compõe o perfil cultural do sul do Brasil.

Acredito que nas próximas décadas muitos valores desses já se vão incorporar à cultura brasileira. Assim como nós temos o Carnaval, uma cultura africana, temos a grandiosa festa do chope, a Oktoberfest, uma cultura alemã. Nós temos as festas nacionais, como a do vinho, e assim por diante, com influência italiana, principalmente na culinária. E cada país que mandou seus imigrantes para cá deixou os seus sinais aqui no Brasil.

Por isso, o ex-governador do Paraná, sr. Bento Munhoz da Rocha Neto, definiu que o Paraná é um cadinho dos povos do mundo, o que é uma verdade. Não há povo do mundo que não tenha algum dos seus representantes vivendo no Brasil.

O Brasil é o país do futuro, sociologicamente já está provado, mas daqui a 100, 200 anos teremos uma grande e aguerrida nação brasileira, resultado de todos esses imigrantes que vieram para cá.

Foi muito feliz o deputado Antônio Aguiar ao propor a criação do Dia Nacional da Imigração Polonesa em Santa Catarina, porque com isso demonstrou o reconhecimento das autoridades catarinenses e brasileiras ao valor dessa gente que veio apenas com uma mochila nas costas desbravar as primeiras árvores, procurando aclimatar-se ao novo país.

Não conhecendo a língua portuguesa, foi realmente um grande dilema. E não havia como voltar para a Polônia, já que lá a situação também estava ruim. E aqui resolveram sobreviver. Sabe o que segurou aquela gente? A fé segurou aquela gente toda, até porque todos vieram com o ícone de Nossa Senhora de Czestochowska - e até hoje a maioria ainda tem a virgem em sua casa.

Nossa Senhora de Czestochowska para a Polônia é a mesma coisa que Nossa Senhora Aparecida para o Brasil. E Nossa Senhora de Czestochowska também foi aprovada, em assembleia nacional da Braspol, como a padroeira da Braspol no Brasil.

Então, caminhamos juntos. Por isso, deputado Antônio Aguiar, em nome de todos esses descendentes, que hoje passam de 1.800 no Brasil, dizemos muito obrigado a v.exa., especialmente os descendentes de poloneses de Santa Catarina. Que Deus lhe pague.

Da mesma forma como Santa Catarina procedeu, o Rio Grande do Sul também já criou o seu dia do imigrante polonês. Foi mais uma grande conquista, um reconhecimento depois de 140 anos. O Paraná, da mesma forma, também criou. E agora estão nascendo em vários municípios movimentos e atitudes de aprovar o dia municipal da imigração polonesa. Isso já ocorreu em São Bento do Sul e em São Mateus do Sul, no Paraná, e está-se estendendo a outros locais.

Então, é importante sentir que não foi em vão a imigração polonesa; é importante sentir que essa imigração cumpriu com o seu dever, numa época completamente diferente da nossa, numa época em que não havia comunicação. Era a época da sobrevivência de cada um. Assim, a presença de todos os senhores e senhoras no dia de hoje aqui é o testemunho e o reconhecimento desse passado.

A maioria esmagadora aqui é descendente dessa imigração, assim como eu também sou. Sou a terceira geração nascida no Brasil e tenho um privilégio mais especial ainda, porque nasci em Alto Paraguaçu. Sou filho dessa terra, orgulho-me disso e sempre me orgulhei. Meu irmão também nasceu aqui; meus pais não eram daqui, mas na década de 40 transferiram-se para o Paraná, porque a indústria do linho que havia aqui não dava condições de sobrevivência. Ele também exercia a profissão de professor e escritor; foi autor de vários textos para teatro, além de ser ator. Era um homem de sete instrumentos, que sempre se dedicou à vida comunitária. Seus dois filhos nasceram aqui e eu sou o primeiro deles.

Alegro-me imensamente de estar aqui nesta data histórica tão importante. E em nome da minha mãe, do meu pai e de todos aqueles que passaram, digo a Deus muito obrigado por ter cuidado deles. E a todos vocês eu digo muito obrigado pela presença!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Convido a sra. Soraia Boabaid, mestre-de-cerimônias, para proceder à nominata dos homenageados do Poder Legislativo.

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - Neste momento o Poder Legislativo presta homenagem aos descendentes dos imigrantes poloneses, que muito contribuíram para o fortalecimento da cultura polonesa na região e para o engrandecimento de Santa Catarina.

Esta sessão solene será transmitida pela TV Assembleia Legislativa durante a próxima semana e está sendo transmitida ao vivo pela Rádio Cidade, de Itaiópolis.

A Rádio Cidade foi fundada em 29 de janeiro de 1985 e é a de maior alcance na região fortalecendo as relações e tornando-se uma emissora muito mais regional.

Convido o sr. deputado Antônio Aguiar para fazer a entrega da homenagem às seguintes personalidades:

Excelentíssimo pan Jacek Junoska Kisielewski, embaixador da República da Polônia;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Excelentíssima pani Dorata Joana Barys, cônsul da Polônia;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Excelentíssimo pani Rízio Wachowirz, presidente nacional da Braspol;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Excelentíssimo pani Geraldo Riback, presidente estadual da Braspol;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A seguir o Poder Legislativo presta homenagem ao município de Itaiópolis, maior colônia de imigrantes poloneses.

Convido o sr. deputado Antônio Aguiar para fazer a entrega da homenagem ao excelentíssimo senhor Helio Cesar Wendt, prefeito do município, neste ato representando o povo de Itaiópolis.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Dando continuidade às homenagens, o Parlamento catarinense homenageia os descendentes de imigrantes poloneses de Itaiópolis.

Pani Anna Szewczik Nokon, representada pela pani Estanislava Sluminsky;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Pani Araci Marisa Kazmierczak Wagner;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Pani Florentina Tyska Vent; (Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Pani Izabel Landofsk Kollross; (Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Pan Izildo Edegar Vielefski; (Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Pani Lidia Levandofski Wilinski; (Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Pani Ludovica Iosefovich; (Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Pan Venício Vitalino Iacubiack; (Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Pani Verônica Pietcharka; (Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Antônio Aguiar para fazer a entrega da homenagem ao excelentíssimo sr. Vilmar Grosskopf, prefeito do município de Campo Alegre, neste ato representado pela coordenadora de Cultura de Campo Alegre, sra. Elaine Munhoz, representando o povo campo-alegrense.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Faremos neste momento a entrega dos certificados aos descendentes de imigrantes de Campo Alegre:

Pani Eulália Dziedzic; (Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Pani Mônica Pazda Augustin; (Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Pani Tereza Hertz Krupczak; (Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Pani Felipe Mickus; (Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Pan Felipe Mickus; (Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Pani Barbara Blaszkowski Engler; (Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Antônio Aguiar para fazer a entrega da homenagem ao excelentíssimo sr. Leoberto Weinert, prefeito do município, neste ato representando o povo de Canoinhas.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Iniciaremos neste momento a entrega dos certificados aos descendentes de imigrantes de Canoinhas:

Pan Ladislau Babireski; (Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

(Procede-se à entrega do certificado.)

- (Palmas)
Pani Domicella Szczerbowski
Brehmer,
(Procede-se à entrega do certificado.)
- (Palmas)
Pani Salomea Bojarski;
(Procede-se à entrega do certificado.)
- (Palmas)
Pan Inocente Tokarski;
(Procede-se à entrega do certificado.)
- (Palmas)
Pan Mário Francisco Dranka;
(Procede-se à entrega do certificado.)
- (Palmas)
Pan Osvaldo Wrublewski;
(Procede-se à entrega do certificado.)
- (Palmas)
Pan Orestes Golanowski;
(Procede-se à entrega do certificado.)
- (Palmas)
Também seriam homenageados pan Boleslau Wardenski, pan Marcelo Fwardoski e pan Vicente Dambroski.
Agradecemos ao prefeito de Canoinhas.
Convidamos o excelentíssimo prefeito do município de Irineópolis, Wanderlei Lezan, para receber a homenagem do deputado Antônio Aguiar, representando o povo de Irineópolis.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
- (Palmas)
Faremos neste momento a entrega dos certificados aos descendentes de imigrantes de Irineópolis:
Pan padre João Olszowka;
(Procede-se à entrega do certificado.)
- (Palmas)
Pan Lodovica Francisca Stuber;
(Procede-se à entrega do certificado.)
- (Palmas)
Pan Osires Fronczar, representado pelo prefeito Wanderlei Lezan;
(Procede-se à entrega do certificado.)
- (Palmas)
Pan Vitor Kostuski;
(Procede-se à entrega do certificado.)
- (Palmas)
Pan Zeferino Paulo Klodzinski.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
- (Palmas)
Agradecemos ao prefeito de Irineópolis.
O próximo município a ser homenageado é Mafra. Como o prefeito Alberto Herbst não se encontra, eu pediria que alguém representasse o prefeito para receber a homenagem do deputado Antônio Aguiar.
Convidamos o vereador José Marcos Witt para, junto com o deputado Antônio Aguiar, fazer a entrega dos certificados aos descendentes de imigrantes de Mafra.
Pani Tereza Budndk, representada pela sra. Dorotéia.
- (Procede-se à entrega da homenagem.)
- (Palmas)
Pan Adilson Rodyz, representado pelo desembargador sr. Wilson Carlos Rodyz.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
- (Palmas)
Também seriam homenageados, mas não estão presentes: pan Gilberto Chinski, pan Eurico Zielinski, pan Paulo Ademar Choikoski, pan Sérgio Alceu Kuiavski, pani Terezinha Wisnievski, pan José Adir Zielinski e pan Sílvio Gorniski.
Neste momento, faremos a homenagem ao prefeito Israel Kiem, do município de Major Vieira, neste ato representando o povo daquele município, representado pelo vereador José Marcos Witt.
Convidamos o sr. deputado Antônio Aguiar, acompanhado pelo vereador José Marcos Witt, representando o prefeito e o povo de Major Vieira, para entregar os certificados aos descendentes de imigrantes daquele município.
Pan Alois Kondras;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
- (Palmas)
Pani Sebila Julcoski Kondras, representada pelo seu marido Pan Alois Kondras;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
- (Palmas)
Pan Victor Lucachinski;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
- (Palmas)
Pani Ana Schimicheski Lucachinski;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
- (Palmas)
Pani Rosa Voichikoski Warvenczack;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
- (Palmas)
Convidamos o prefeito de Monte Castelo, Aldomir Roskamp, representado pelo pan Bruno Pockszevnicki, para receber a homenagem do deputado Antônio Aguiar.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
- (Palmas)
Convidamos o sr. Antônio Aguiar e o representante do prefeito de Monte Castelo, pan Bruno Pockszevnicki, para fazer a entrega de certificado aos descendentes de imigrantes poloneses.
Pan Miguel Greschuk;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
- (Palmas)
Pan Claudio Koaski;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
- (Palmas)
Pan Bruno Pockszevnicki;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
- (Palmas)
Pan Estefano Saviski Filho;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
- (Palmas)
Pan Anastácio Pelchibilski;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
- (Palmas)
Convidamos o sr. deputado Antônio Aguiar para fazer a entrega da homenagem ao excelentíssimo pan Luis Henrique Saliba, prefeito do município de Papanduva, neste ato representado pelo sr. Alois Mikalovicz.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
- (Palmas)
Faremos, neste momento, a entrega dos certificados aos descendentes de imigrantes de Papanduva.
Pan João Gualberto Wiliczinski;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
- (Palmas)
Pani Maria Piekazevcz Gmach;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
- (Palmas)
Pan Cubas Mikalovicz;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
- (Palmas)
Pani Alzira Sidorak, representada pela sra. Stela Maris Ferens;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
- (Palmas)
Pani Elvira Kasmirczak;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
- (Palmas)
Agradecemos ao sr. Alois Mikalovicz e convidamos o prefeito de Porto União, pan Renato Stasiak, para receber a homenagem em nome do povo daquele município.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
- (Palmas)
Faremos, neste momento, a entrega de certificados aos descendentes de imigrantes do município de Porto União.
Pan Renato Stasiak;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
- (Palmas)
Pan Sandro Luciano Calikoski, representado pelo prefeito de Porto União Renato Stasiak;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
- (Palmas)
Pani Irene Rucinski;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
- (Palmas)
Pan Emilio Rucinski;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
- (Palmas)
Pani Tecla Levandoski;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
- (Palmas)
Pani Zita Litwinski;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
- (Palmas)
Pan Mario Chaicoski;
(Procede-se à entrega da homenagem.)

- Pan Antônio Chipitoski;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Pan Elio Kamienski;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Pan Natalino José Blaskowski;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Pan Ivo Dolinski;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Agradecemos ao prefeito Renato Stasiak e convidamos o sr. deputado Antônio Aguiar para fazer a entrega da homenagem ao excelentíssimo prefeito pan Osni José Schroeder, do município de Rio Negrinho, neste ato representado pelo sr. Gilmar Kurowski.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Faremos, neste momento, a entrega de certificados aos descendentes de imigrantes do município de Rio Negrinho.
Gilmar Kurowski;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Pani Edi Terezinha Netipanyi Briniak, neste ato representada pelo seu irmão Romeu Pedro Netipanyi;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Também seriam homenageados, mas não estão presentes:
Pan Lídio Kosmala, pan Luiz Carlos Kobus, pan Inácio Galkowski, pani Maria Szabunia Cavalheiro de Almeida, pani Josefa Szabunia Parreira, pan Paulo Penkal, pani Verônica Ruzanowski Roel e pani Maria Wantowski Knopka.
Convidamos o sr. deputado Antônio Aguiar para fazer a entrega da homenagem ao excelentíssimo prefeito Genir Antônio Junckes, representado pela secretária da Educação, Maria Helena Caetano, representando neste ato o povo de Santa Terezinha.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convidamos, neste momento, os descendentes de imigrantes de Santa Terezinha para receber a homenagem:
Pan Celestino Valdemiro Juraszek;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Pan Eugênio Pockszewnicki;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Pan Inácio Monczewski;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Pan João Bodnar;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Pan Leopoldo Blonkowski;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Pani Valéria Wasny;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Agradecemos à representante do prefeito.
Convidamos o excelentíssimo sr. prefeito Magno Bollmann, do município de São Bento do Sul, representado pelo sr. Pedro Machado Bittencourt, para receber a homenagem do excelentíssimo sr. deputado Antônio Aguiar, representando o povo daquele município.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convidamos os descendentes de imigrantes de São Bento do Sul para receber a homenagem:
Pan João Pieckosz;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Pan Miesceslau Kaszubowski, representado pelo seu filho Aristeu Kaszubowski;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Pan José Cieslinski;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Pan João Cieslinski;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Pan Mário Przedzmirski;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Pani Emilia Muchau;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Pan José Sluminski;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Pan Márcio Brosowsky, representando pelo sr. Pedro Machado de Bittencourt;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Pan Marco Aurélio Viliczinski;
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Pan Pedro Alberto Skiba.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Convidamos o sr. deputado Antônio Aguiar para fazer a entrega da homenagem ao excelentíssimo prefeito de Três Barras, sr. Elói José Quege, neste ato representando o povo daquele município.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Os descendentes de imigrantes de Três Barras seriam homenageados, mas não estão presentes: pan Leonardo Szczerbowski, pan Pedro Kotlewski, pani Emilia Zaleuski, pan Ladeslau Olcha, pan Pedro Toporoski.
Convidamos o sr. deputado Antônio Aguiar para fazer a entrega da homenagem ao excelentíssimo sr. Adelmo Alberti, prefeito do município de Bela Vista do Toldo, representando o povo daquele município.
(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)
Neste momento, teremos a apresentação de músicas polonesas pela orquestra típica polonesa, Polska Orquestra Z Brazili, sob a regência do maestro Pedro Machado de Bittencourt.
(Procede-se à execução da música.)
Convidamos o excelentíssimo embaixador da República da Polónia, Jacek Junosza Kisielewski, para fazer uso da palavra.
O SR. EMBAIXADOR JACEK JUNOSZA KISIELEWSKI - Sr. deputado, srs. secretários, srs. prefeitos, demais autoridades estaduais e municipais, sra. consulgeral, senhoras e senhores.
No mapa das relações polono-brasileiras, existem três estados de maior relevância, que são os do sul do país, inclusive Santa Catarina. São estados com uma presença mais forte da nossa comunidade. Na Polónia temos grande interesse em manter as relações com as comunidades polonesas no mundo inteiro e precisamos saber que a nossa comunidade no Brasil é a terceira maior, com mais ou menos 1,5 milhão de representantes.
Como o sr. deputado Antônio Aguiar falou, eu tive a oportunidade de visitar, em maio do ano passado, o estado de Santa Catarina, estive em Florianópolis e por um dia em Itaiópolis. Na Assembleia Legislativa tive a oportunidade de agradecer ao Poder Legislativo, especialmente ao deputado Antônio Aguiar, pela iniciativa da lei que estabelece um dia especial para comemorar a imigração polonesa neste estado. Então, aproveito esta oportunidade para, novamente, agradecer à Assembleia Legislativa e especialmente ao deputado Antônio Aguiar.
Quero também, neste momento, agradecer os prefeitos e demais autoridades municipais por oferecerem à comunidade polonesa as condições de manter as tradições históricas e culturais da Polónia. Venho aqui para apresentar os agradecimentos à comunidade polonesa e dizer como os senhores são importantes para o povo que mora na Polónia, pois durante toda a história da imigração polonesa no Brasil, esta comunidade manteve a tradição, a cultura e a história da Polónia.
Muito obrigado por isso em nome da República da Polónia!
Quero também parabenizar todas as pessoas que foram homenageadas pela Assembleia do estado de Santa Catarina neste evento. Todas essas pessoas são um grande potencial de amizade polono-brasileira para desenvolver as relações entre os nossos países.
(Passa a ler.)
"W imieniu potomkow polskich emigrantow zyjących dzis w Alto Paraguaçu,

chcialabym wyrazic nasza wdziecznosc za wielkich synow polskiej ziemi, ktorzy przybyli tu przed ponad stu laty, ktorzy tu zyli, pracowali, czesto anonimowo, i tu umierali.

Za ich trud, cierpienie i poswiecenie chcemy dzis powiedziec: dziekujemy!

Jednym z wielkich dzieł naszych przokow byla budowa Kosciola Swietego Stanislawia zakonczona w dwudziestym drugim roku poparciu i pomocy ksiedza proboszcza, Jana Kominka, wielkiego Polaka, Kawalera Zlotego Krzyza 'Polonia Restituta', zmarlego w Polsce w kwietniu czter dzies tego trze ciego roku.

Kosciol tem jest nasza chluba, symbolem zywej wiary przejetej od przodkow i przykladem jednosci i ofiarnosci tych, ktorzy go budowali.

Niech B'ao nam btogostaeoi!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

- Convido para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados, a sra. Izabel Landowski Kollross.

A SRA. IZABEL LANDOWSKI KOLLROSS - Cumprimentamos o deputado estadual Antônio Aguiar, proponente desta sessão, e em seu nome todas as autoridades presentes.

Meus cumprimentos também ao embaixador da Polônia, sr. Jacek Junosza Kisielewski e à cõsul-geral e em seus nomes cumprimento todo o povo polonês.

Quero cumprimentar o prefeito de Itaiópolis, sr. Helio Cesar Wendt, e em seu nome os prefeitos presentes e o povo da região.

Sendo natural de Itaiópolis é com muita emoção que temos a satisfação de poder dirigir algumas palavras a todos os presentes, em nome dos homenageados dos municípios anteriormente citados.

Queremos agradecer sinceramente aos mentores e organizadores desta festividade e a todas as pessoas, sem citar nomes, porque muitas delas se empenharam para a realização desta sessão solene em comemoração ao Dia Estadual da Imigração Polonesa.

Agradecemos a presença de todos, agradecemos o interesse demonstrado, a valorização, o reconhecimento ao trabalho e à dedicação na realização desta importante cerimônia em nosso município, em nossa localidade, considerada o núcleo da tradição polonesa.

É oportuno lembrar a nossa história e assim reverenciar a memória dos imigrantes poloneses, os primeiros a chegar a nossas terras em 1889, portanto, há 120 anos. Vinham também com passaportes austríacos, russos, alemães, por conta da ocupação territorial naquela época. Enfrentaram 30 ou 40 dias de viagem pelo interminável oceano, e é difícil até imaginar o que encontraram e enfrentaram nestas terras desabitadas.

As dificuldades foram muitas, com certeza! Trabalharam com dignidade, superaram obstáculos, não mediram esforços para melhorar as condições de vida de seus descendentes e para o desenvolvimento de nossa região em sua nova pátria, o Brasil. Amargaram muitas vezes a saudade da sua terra natal, para onde não mais retornariam, mas também adquiriram

hábitos brasileiros, como o de tomar chimarrão e comer churrasco nas festas.

Muito dessa história resgatada está relatada em memórias escritas na época e em textos novos e hoje publicados no livro *Colônia Lucena - Itaiópolis - Crônica dos Imigrantes Poloneses*, edição esgotada, tendo a colaboração de vários pesquisadores e cujo organizador, o desembargador Wilson Carlos Rodycz, é bisneto de imigrantes poloneses e encontra-se neste recinto para nossa satisfação.

Hoje somos um pouco de todas as nacionalidades que aqui chegaram, que com suas ideias transformaram as feições de nossa comunidade, contribuindo para a construção do nosso município, estado e país nos diversos aspectos da atividade humana. Referimo-nos aqui também a todas as etnias: italiana, ucraniana, polonesa, alemã, inglesa, portuguesa, espanhola, aos primeiros moradores, aos pioneiros, enfim, a todos sem distinção.

A todos prestamos a nossa gratidão, dedicando a homenagem a todos esses benfeitores, pois se hoje estamos aqui devemos muito aos que abriam caminho para nós. Assim, é justo, nesta data, lembrar o nome de um dos grandes benfeitores, o saudoso sacerdote polonês João Olszowka, orientador da construção da imponente igreja de São Estanislau, entre os anos de 1915 e 1922, considerada a maior igreja da América Latina, construída por imigrantes poloneses e seus descendentes. É a única no Brasil no respectivo estilo e com certeza ficará para a posteridade. Agora é nosso dever e responsabilidade transmitir para as futuras gerações as suas origens neste país que recebeu todos de braços abertos.

Por isso, na oportunidade dessa importante sessão solene, ressaltamos que recebemos a presente homenagem em nome de todas as famílias, de todos os que puderam fazer sua parte, pois todos são merecedores por terem dedicado o seu trabalho e o seu talento, exemplos a serem seguidos por nós.

Para finalizar, queremos agradecer mais uma vez a todos. E para as autoridades aqui presentes, rogamos a Deus que lhes conceda muita saúde e inteligência para continuarem conduzindo os destinos da nossa nação.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

- Concedemos a palavra ao representante do governador do estado de Santa Catarina, secretário de Desenvolvimento Regional, Abel Schroeder.

O SR. SECRETÁRIO ABEL SCHROEDER - Senhoras e senhores, gostaria de cumprimentar, com muito respeito, as seguintes autoridades:

Excelentíssimo senhor deputado Antônio Aguiar, que conduz os trabalhos desta sessão solene.

Excelentíssimo senhor Jacek Junosza Kisielewski, embaixador da República da Polónia;

Excelentíssimo senhor prefeito do município de Itaiópolis, Helio Cesar Wendt.

Em nome destes, eu estendo os cumprimentos a todos os demais componentes da mesa de honra.

Quero saudar todos os senhores e senhoras, a imprensa falada, escrita e televisionada.

Falar do povo polonês é falar em tradição, muita cultura, fé, religiosidade, educação, vontade de trabalhar, de fazer e fazer bem feito. Mas, acima de tudo, é falar de muita garra e de muita coragem. Digo isso porque no período em que a Europa vivia em guerras e, por consequência, a Polónia também, vocês vieram para o Brasil com essas qualidades que citei para procurar um novo lugar para reconstruir suas vidas, suas famílias. Vieram até o Brasil e a porta de entrada foi Santa Catarina, como foi muito bem colocado aqui, especificamente o planalto norte.

Se hoje Itaiópolis é a capital polonesa de Santa Catarina é porque um dia os poloneses chegaram aqui e com sua vontade de trabalhar e de fazer bem feito acabaram fazendo com que o planalto norte tivesse em todos os municípios aqui citados descendentes de poloneses.

O caráter e o espírito empreendedor do polonês são tão fortes que a cada lugar aonde chegavam, logo conseguiam fazer dali um pedaço da sua terra de origem, com suas tradições e cultura, através de sua garra e vontade de trabalhar. Mas, por outro lado, a sua cordialidade e amabilidade fizeram com que fosse fácil o entrosamento com as demais etnias já existentes no Brasil: a alemã, a italiana, a ucraniana, a portuguesa, a francesa e todas as outras. E foram constituindo, então, comunidades colono-brasileiras que, por força de lei, hoje têm que ser comunidades brasileiras, mas, com certeza, essa tradição ainda existe e persiste.

Quero dizer aqui para todos os senhores, bem como para o deputado e para o prefeito, que se hoje temos em Santa Catarina uma festa alemã, a Oktoberfest, devemos, a partir deste momento, procurar fazer com que o povo polonês de Santa Catarina faça aqui a sua festa polonesa e aí, sim, divulga-la em nível nacional.

Quero, em nome do nosso governador Luiz Henrique da Silveira, parabenizar primeiramente o deputado Antônio Aguiar pela proposição de comemorar mais uma vez o Dia Estadual da Imigração Polonesa, cuja lei foi instituída por sua iniciativa.

Quero parabenizar todos os homenageados, dizendo que esta é uma forma de gratidão por terem escolhido o planalto norte de Santa Catarina para viver e constituir sua família. Essa gratidão foi expressa pelo nosso deputado Antônio Aguiar e pelo Poder Legislativo, mas também pelo nosso governador do estado, pelo Poder Executivo de Santa Catarina e por todo o povo catarinense. Como disse, vocês fizeram e fazem bem feito, e hoje somos todos muito gratos.

Quero parabenizar também o município de Itaiópolis por ser, hoje, a capital polonesa de Santa Catarina, homenageando aqui o nosso prefeito e grande amigo, Helio Cesar Wendt. Mas quero, acima de tudo, dizer que o Brasil não tem um povo, o Brasil não tem uma etnia, ele é composto por várias etnias. Hoje, nos estados do sul do Brasil, em cada família, nós encontramos um pouco do sangue

polonês! Um dia isso estará em todo o Brasil e aí, com certeza, o povo brasileiro terá, sim, muito do povo polonês como a garra, a vontade, a tradição, a religiosidade e também a cordialidade e a vontade de trabalhar.

Muito obrigado pela oportunidade, deputado Antônio Aguiar e descendentes de poloneses, de por alguns minutos falar aos senhores e vê-los ser homenageados. Vocês fizeram por merecer!

Muito obrigado e contem sempre conosco!

(Palmas)

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Após a sessão, teremos a apresentação de dança. Mas antes de encerrar, convidamos o prefeito do município de Itaiópolis, Helio Cesar Wendt, para fazer uso da palavra em nome de todos os prefeitos homenageados.

O SR. PREFEITO HELIO CESAR WENDT - Excelentíssimo senhor deputado Antônio Aguiar;

Excelentíssimo senhor embaixador da Polônia, Jacek Junosza Kisielewski;

Excelentíssima senhora cônsul-geral, Dorata Joanna Barys;

Gostaria primeiramente de dizer que é uma satisfação para o povo itaiopolense e do planalto norte tê-los aqui conosco.

Gostaria também de cumprimentar os demais componentes da mesa de honra, assim como todos os prefeitos e dizer que é com muito orgulho que temos, nessa mesa, o prefeito de Canoinhas, nascido também em Itaiópolis.

Cumprimento os vereadores, as demais autoridades presentes, os homenageados, a imprensa, e as senhoras e os senhores presentes.

Tivemos uma pequena aula de história, uma magnífica aula proferida pelo sr. Rizio Wachowitz, a quem quero cumprimentar especialmente.

(Passa a ler.)

"Primeiramente devo dizer que foi com muita satisfação que recebemos a notícia de que este evento seria realizado no município de Itaiópolis, mais precisamente no bairro de Alto Paraguaçu.

Foi muito afortunada e justa a escolha do nosso município para sediar este grandioso evento, sobretudo por sabermos que Itaiópolis se apresenta como um dos principais municípios que contribuíram para a história da colonização polonesa no estado de Santa Catarina.

Diante dessa feliz realidade, minhas palavras iniciais não poderiam ser outras se não de agradecimento, principalmente ao deputado estadual Antônio Aguiar, pela escolha do município de Itaiópolis para sediar esta especial homenagem, o que verdadeiramente se constituiu num motivo de muita alegria e de muita honra.

Hoje nos reunimos para reverenciar o Dia Estadual da Imigração Polonesa em Santa Catarina, instituído que foi em 2007 e comemorado a cada dia 3 de maio. E não por mero acaso, o dia 3 de maio também é considerado um dos mais importantes na longínqua Polônia, pois é nesse dia que se comemora a promulgação da Constituição Polonesa. Para nós, de igual modo, o dia 3 de maio possui especial relevância, devido ao fato de os poloneses que aqui chegaram, semearam a sua magnífica cultura que hoje pode ser vislumbrada nas edificações, na culinária, no artesanato, no cultivo da terra, nas manifestações folclóricas, no idioma e em todos os demais aspectos que compõem essa tradição tão viva em cada um de nós, itaiopolenses.

O legado deixado pelos imigrantes poloneses é de tão extrema representatividade que não podemos deixar de expressar o sentimento de profundo agradecimento para com todos aqueles que deram sua parcela de contribuição e que com muito esforço e boa vontade ajudaram a fazer de Itaiópolis e municípios vizinhos uma região próspera, com um povo realizado e feliz.

A colonização de Itaiópolis teve início no ano de 1889. Naquela época nosso município era denominado Colônia Lucena e a partir daquele ano tem-se o registro das primeiras 203 famílias polonesas que aqui chegaram.

Além daquelas famílias, muitas outras vieram, e por esse motivo encontrou-se extrema dificuldade em eleger dez representantes de famílias polonesas para ser homenageadas nesta sessão solene. Estou certo de que essa mesma dificuldade foi enfrentada pelos municípios vizinhos. Porém especialmente para nós, itaiopolenses, homenagear essas dez pessoas, no dia de hoje, significa render homenagem a todos os imigrantes poloneses, sabidamente merecedores do mais elevado respeito e consideração, principalmente diante de sua luta e dedicação para o progresso de nossa região.

Que no dia de hoje todos os descendentes de poloneses se sintam homenageados, porque o desenvolvimento de uma terra só tem sentido na justa valorização do seu maior patrimônio, qual seja, o próprio homem.

Como não poderia deixar de ser, é com satisfação que cito os municípios aqui presentes que, assim como Itaiópolis, vieram prestar suas homenagens aos descendentes de poloneses: Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Campo Alegre, Irineópolis, Mafra, Major Viera, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Rio Negrinho, Santa Terezinha, nossa filha mais nova, São Bento do Sul e Três Barras.

Reitero os agradecimentos ao deputado Antônio Aguiar, à Assembléia

Legislativa de Santa Catarina, parabenizando-os, inicialmente, pela criação do Dia Estadual da Imigração Polonesa e pela homenagem prestada no dia de hoje, o que certamente ficará guardado na memória de cada um de nós.

Manifesto minha gratidão e felicito todos os homenageados parabenizando-os pelos relevantes serviços prestados à nossa comunidade, bem como todos os demais descendentes de poloneses e das demais etnias que contribuíram para a colonização da nossa região."

E eu não poderia deixar de render uma homenagem ao Grupo Folclórico Polonês Winzi Polskie, que se tem mostrado brilhantíssimo nas apresentações não só em Itaiópolis como em toda a região e além do nosso planalto também. Queria deixar um abraço especial a todas as pessoas que compõem e dirigem esse grupo.

Muito obrigado e um forte abraço a todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Após a sessão, teremos apresentação de dança do grupo folclórico Winzi Polskie deste município. O grupo adulto foi fundado há quatro anos e o infantil e juvenil, há um ano. O grupo é composto por 35 dançarinos e realiza diversas danças folclóricas representando os costumes poloneses.

O grupo infantil irá apresentar a dança Kaszuky, o grupo juvenil a dança Polescka, finalizando com o grupo adulto, que apresentará as danças símbolos da Polónia: Krakowiak e Laikoniak.

Queremos registrar a presença do prefeito de Bela Vista do Toldo e esposa e do maior doador de sangue do mundo, o descendente de poloneses Orestes Golanovski.

Convidamos todos para, de pé, ouvirmos o Hino de Santa Catarina, executado pela orquestra típica polonesa Polska Orquestra Z Brasili, sob a regência do maestro Pedro Machado Bitencourt.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

A Assembléia Legislativa agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com o seu comparecimento, convidando-os para um coquetel neste mesmo local, após o encerramento da sessão.

Antes de encerrar a presente sessão, convocamos outra, ordinária, para o dia 19 do corrente, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 041ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Elizeu Mattos -

Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Cardozo - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa -

Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Discorre sobre o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Registra a presença do superintendente da CEF, Roberto Carlos Ceratto; manifesta-se sobre o aumento de gastos das secretarias Regionais; aborda políticas emergenciais referentes à estiagem e às enchentes no país.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pede a adoção de políticas emergenciais para socorrer os agricultores atingidos pela estiagem.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Parabeniza o superintendente da CEF pelo trabalho e o governo federal pelos investimentos na área da habitação.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Parabeniza a CEF e o governo Lula pela liberação dos recursos do FGTS para os atingidos pelas cheias.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Saúda o superintendente da CEF pelos esclarecimentos à população sobre o programa habitacional.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Fala sobre a demanda dos servidores da Segurança Pública que ainda não têm casa própria.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Faz convite ao superintendente da CEF para participar de audiência pública referente à casa própria.

DEPUTADO DARCI DE MATTOS (pela ordem) - Registra a presença de Sebastião Carlos de Andrade Machado, da Ordem dos Músicos do Brasil.

Partidos Políticos

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Elogia o programa de inclusão social do presidente Lula; parabeniza a senadora Ideli Salvatti pela posse no cargo de líder do governo no Congresso Nacional; fala sobre a Defensoria Pública; aborda necessidade de regulamentação do seguro agrícola.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Parabeniza a senadora Ideli Salvatti por assumir a liderança do governo.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Discorre sobre a greve dos trabalhadores do transporte coletivo.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Aborda sessão solene em homenagem à imigração polonesa, em Itaiópolis; faz um relato da Expofeira, de Campos Novos.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Faz convite para um ato solene em homenagem ao trabalho do Conselho Estadual dos Jovens Empreendedores; refere-se a projeto de sua autoria sobre a retirada da cobrança do ICMS do óleo diesel para o transporte coletivo do estado; aborda aumento abusivo da tarifa do transporte coletivo de Joinville.

DEPUTADO JOSÉ CARDOZINHO (aparte) - Manifesta-se sobre o projeto do deputado Darci de Matos com relação à retirada da cobrança do ICMS do óleo diesel para o transporte coletivo do estado.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Elogia o trabalho da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Sombrio; refere-se ao Dia Mundial da Hepatite; questiona qualidade da obra que está sendo realizada em Içara, em que a pista cedeu.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Faz referência à fusão da Sadia e Perdígão.

DEPUTADO RENO CARAMORI (aparte) - Comunica realização de audiência pública para tratar de problemas na obra de Içara.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Tece considerações sobre a sessão solene em homenagem à etnia polonesa em Itaiópolis.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Refere-se a desmandos na Petrobras e à necessidade da instalação da CPI da Petrobras; faz cobrança de recursos do PAC para Santa Catarina.

Ordem do Dia

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Registra a presença do vereador André Luiz Alves de Jesus, de Mirim Doce, e do vereador Juruna, de Turvo.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Anuncia a realização da feira Móvel Brasil 2009, em São Bento do Sul.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Faz referência a requerimento solicitando a tramitação na comissão de Justiça do PL n. 0001/09, de autoria do deputado Darci de Matos, que altera artigos da Lei n. 14.649, que dispõe utilização de cheques em estabelecimentos comerciais.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Fala da tramitação de requerimentos na primeira-secretaria.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Discute o PL n. 0001/09, de autoria do deputado Darci de Matos, que altera artigos da Lei n. 14.649, que dispõe utilização de cheques em estabelecimentos comerciais.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Discute o PL n. 0001/09, de autoria do deputado Darci de Matos.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Posiciona-se com relação ao PL n. 0001/09, de autoria do deputado Darci de Matos.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Discute o PL n. 0001/09, de autoria do deputado Darci de Matos.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Encaminha a votação do PL n. 0001/09, do deputado Darci de Matos.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Presta esclarecimentos com relação ao PL n. 0001/09, de autoria do deputado Darci de Matos.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Solicita que seja colocado em votação o PL n. 0081/09, do deputado Herneus de Nadal, que denomina Jorge Zanatta o trecho da rodovia estadual integrante do anel de contorno viário de Criciúma.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Concorde com a votação do PL n. 0081/09, do deputado Herneus de Nadal.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Discute o PL n. 0081/09, de autoria do deputado Herneus de Nadal, que denomina Jorge Zanatta o trecho da rodovia estadual integrantes do anel de contorno viário de Criciúma.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Discute o PL n. 0081/09, de autoria do deputado Herneus de Nadal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Professora Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Jorginho Mello, demais integrantes da mesa, sras. deputadas, srs. deputados, amigos que nos acompanham, imprensa falada, escrita e televisionada, na quinta-feira, no Auditório Antonieta de Barros, às 14h, tivemos a continuidade do VII Seminário Regional de

Formação para Operadores do Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente, reunindo a maioria dos srs. conselheiros tutelares, sob o comando do presidente estadual, Paulo Vendelino Kons. Estiveram presentes representantes das prefeituras e alguns secretários municipais para tratar dos direitos da criança e do adolescente. Inclusive ontem, segunda-feira, dia 18, a deputada Ana Paula Lima, presidente da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, juntamente com a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, pôde também dar continuidade ao assunto referente ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Srs. parlamentares, estamos comemorando a maioridade do Estatuto da Criança e do Adolescente e muitas coisas estão mudando. E isso graças ao trabalho espetacular que a Polícia Federal tem feito. Hoje vários jornais - *Diário Catarinense*, *A Notícia*, *Notícias do Dia* e outros - falam sobre uma grande ofensiva contra os pedófilos, num trabalho da Polícia Federal.

Nós tivemos também uma matéria muito importante, na quinta-feira, que eu gostaria que v.exas. pudessem acompanhar para ver o que acontece com as crianças das regiões norte e nordeste do Brasil. Mas também tivemos uma mulher muito corajosa. E chamamos a atenção dos vizinhos, das pessoas, pois se virem uma criança ser violada nos seus direitos devem denunciar. Também se as crianças ficam muito tempo diante de um computador, às vezes podem estar-se comunicando com pedófilos.

Eu gostaria que v.exas. acompanhassem a matéria que será exibida no telão. (Procede-se à exibição de vídeo.)

Então, v.exas. puderam constatar que ainda existem pessoas corajosas, prontas para denunciar, e essa mulher foi até procurada para vender o seu silêncio, mas ela não concordou.

O jornal *Notícias do Dia*, na página 10, traz uma matéria sobre a Operação Turco, que foi deflagrada em 20 estados e no Distrito Federal para combater o crime de pedofilia na internet, com a intenção de cumprir 92 mandados de busca e apreensão.

E hoje já existe uma lei sancionada pelo presidente da República que estabelece punição mais rigorosa para a pornografia infantil e crimes de abuso sexual, envolvendo crianças e adolescentes, na internet, divulgando pornografia, crianças sem roupa, e assim por diante.

Então, as coisas demoram, mas vão acontecendo. E temos que pedir, deputado Lício Mauro da Silveira, aos vizinhos para, se notarem qualquer atitude suspeita, imediatamente acionar o disque-denúncia, Disque 100 ou 0800-6438111, para combater os maus-tratos contra crianças e adolescentes. E em todas as escolas da rede pública estadual há uma plaquinha, fruto de lei de nossa autoria, que diz: Disque-denúncia contra maus-tratos a crianças e adolescentes.

Agora quero falar também de outro assunto muito importante: as Hepatites tipo A, B e C. "Prevenção. Saúde quer estimular a vacinação". Nós sabemos que essa é uma doença pior do que a Aids e pode levar à morte.

Vamos voltar com esse tema em outra oportunidade, porque temos uma lei sancionada, de nossa autoria, contra as Hepatites A e B.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o próximo

orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Queremos cumprimentar o sr. presidente, os srs. deputados, as sras. deputadas e todos que nos acompanham.

Em especial, gostaria de registrar a presença do superintendente da Caixa Econômica Federal, Roberto Carlos Ceratto, e agradecer pela sua disponibilidade de estar hoje nesta Casa.

Quero registrar, novamente, certa insatisfação - e temos verificado, mais uma vez, os dados, os números. Na semana passada, acompanhamos várias negociações com o estado, com as secretarias, deputada Professora Odete de Jesus, junto com o secretário da Agricultura e o secretário Valdir Cobalchini, e a palavra presente sempre é a seguinte: para as reivindicações dos agricultores familiares não há recursos à disposição.

Rapidamente, demos uma olhada nos gastos do estado, e o que nos surpreendeu de fato foi o aumento de gasto da máquina pública. Estivemos analisando as despesas de algumas secretarias de Desenvolvimento Regional, e de fato surpreendeu-nos o aumento de até 216%, de 2004 a 2007, segundo o relatório do Tribunal de Contas do estado.

Estamos aguardando, nos próximos dias, o relatório do Tribunal de Contas. O próprio Tribunal já disse que vai detalhar os valores em separado porque de fato chama a atenção esse aumento tão grande. E o próprio secretário Gavazzoni, tempos atrás, fez algumas ações numa perspectiva de diminuir os gastos. Só vou citar alguns exemplos: os da secretaria da Grande Florianópolis, em 2004 eram R\$ 5.361.000,00 e em 2007 foram para R\$ 18.956.000,00; de Joinville, de R\$ 2.929.000,00 foram para R\$ 8.746.000,00; de Itajaí, por exemplo, foram de R\$ 2.497.000,00 para R\$ 7.800.000,00, em 2007.

Então, o que de fato precisa ser revisto, com muita seriedade, é esse papel que a secretaria Regional executa na região. Nós temos tido grande dificuldade de fazer um trabalho de recuperação salarial dos serviços públicos, dos nossos funcionários, e estão aí os exemplos da Segurança Pública, dos professores, do funcionalismo estadual, e tantos outros, como o dos próprios agricultores familiares, porque o Orçamento da agricultura familiar é baixíssimo.

Esperamos que a partir de quinta-feira, com a audiência que teremos com o governador do estado, isso possa ser revisto, e até uma posição dura do estado, do próprio governador, que tanto fala em defender a nossa agricultura familiar e em investimento. E ele precisa mostrar isso em números e dados, com investimentos na nossa agricultura familiar.

Então, esperamos que de fato essa situação seja revertida para serem reduzidos os gastos nos cargos meios e investidos mais recursos na ponta, na saúde, na educação e na agricultura familiar. Esse é o grande desafio, na nossa perspectiva para construir, no futuro, um estado de qualidade.

Quero trazer aqui uma informação que obtivemos durante o final de semana, sobre as negociações em Brasília, onde estivemos acompanhando de perto o processo de negociação das políticas para a agricultura familiar. E foi pautada a questão do Plano Safra, mas também as políticas emergenciais referentes à estiagem, que afeta o nosso estado, o Rio Grande do Sul, o Paraná, e também às enchentes no norte e nordeste do país.

O governo anunciou algumas medidas, nesse primeiro momento, somando em torno de R\$ 1,5 bilhão. E entre elas temos: (Passa a ler.)

"Criação de uma linha de crédito no valor de R\$ 1.5 mil por família, com juros de 1/2% ao ano, para os municípios que decretaram situação de emergência reconhecida pela Defesa Civil do estado. Esses recursos poderão ser devolvidos em até dois anos a serem utilizados para compra de alimentos, ração, sementes e somam uma quantia em torno de R\$ 285 milhões.

A Conab vai colocar à disposição a distribuição de milho, via cooperativas, de até 50 sacas por família, com a garantia de um preço mínimo para os agricultores. Esse investimento soma R\$ 50 milhões.

Com relação ao Pronaf Investimento, o MDA anunciou que todas as dívidas vencidas este ano ou as que estão vencendo ficam prorrogadas no mínimo até final de agosto. Os agricultores que fizeram o Pronaf Custeio na última safra e não têm seguro poderão pagar sua dívida em até três anos."

E aqui é importante falar que, mesmo com essas medidas que prorrogam as dívidas até final de agosto, continua o processo de negociação, com a possibilidade de rebates nessas dívidas, a anistia de parte delas até um volume, por agricultor.

(Continua lendo.)

"Quem tem financiamento com Banco da Terra, Procera ou Crédito Fundiário fica enquadrado nos mesmos moldes do Pronaf Investimento com a prorrogação da dívida até o final de agosto. Os agricultores que têm seguro terão a cobertura normal, e o MDA estima que serão destinados cerca de R\$ 463 milhões.

O ministério de Desenvolvimento Social anunciou que nos municípios que decretaram situação de emergência vai ser dobrado o valor do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) para que os agricultores possam vender a sua produção."

O valor hoje é de R\$ 3,5 mil. Então, se dobrar o valor do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, teremos R\$ 7 mil por família.

Em Santa Catarina, a questão está tendo um destaque muito grande, pois já existe uma demanda de mais de R\$ 20 milhões, via Conab, via PAA, para a venda de produtos da agricultura familiar.

(Continua lendo.)

"Também será criado um programa de construção de cisternas para captação de água da chuva com recursos financiados a fundo perdido, e o direcionamento das emendas parlamentares para as regiões onde existem mais famílias atingidas."

Ainda não está definido o valor, mas o programa será criado nesses próximos dias.

(Continua lendo.)

"Outra ação é a destinação de cestas básicas para as famílias mais necessitadas e o Bolsa Família direcionado para os agricultores dessas regiões."

Essas são algumas medidas que já estão definidas.

Estivemos há pouco em contato com a comissão que está em Brasília ainda em processo de negociação durante essa semana. Há processos de mobilização ocorrendo no Brasil todo, ainda nesta semana, inclusive aqui no sul do Brasil, e a expectativa é de que nos próximos dias sejam anunciadas novas medidas.

Então, queremos aqui parabenizar o ministério do Desenvolvimento Agrário e o ministério do Desenvolvimento Social por já terem atendido a algumas reivindicação. O

crédito de R\$ 1,5 mil dentro de uma semana já estará nos bancos à disposição dos agricultores. E a garantia desse recurso, é importante dizer, é da própria União, do governo federal. Portanto, o agricultor não precisa de tanta documentação, avalista e tal, para acessar a esses recursos.

A expectativa é de que seja um recurso muito rápido para os agricultores poderem acessá-lo e comprar as rações para os animais, já que a estiagem levou toda a pastagem. Como ela não se desenvolveu, os agricultores precisam investir para continuar produzindo e ter alimentação para os animais nas propriedades.

Queremos parabenizar o governo federal pela rapidez de tomar as iniciativas, principalmente por prorrogar as dívidas até agosto. Assim, poderemos ganhar tempo para as dívidas que estão vencendo, sejam elas do Crédito Fundiário, do antigo Banco da Terra ou dos investimentos agrícolas, e termos um tempo para negociar condições favoráveis aos nossos agricultores nesse período para justamente poder beneficiá-los.

Há no estado a expectativa, por parte dos agricultores, das lideranças, de que de fato, na quinta-feira, o governador Luiz Henrique traga informações boas para os agricultores, também respondendo à pauta de reivindicações que lhe foi entregue, bem como aos seus secretários, já no mês de abril.

Portanto, há uma grande expectativa pelo estado agora de termos, por parte do governo estadual, a exemplo do governo federal, já respostas concretas a partir das reivindicações dos agricultores familiares do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente e telespectadores que nos acompanharam!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, hoje, 128 municípios decretaram situação de emergência no estado de Santa Catarina. Isso corresponde a bem mais do que 1/3 dos nossos municípios, estendendo-se, além da região do extremo oeste, pela região do oeste, do meio-oeste, do planalto norte e em parte do vale do Itajaí. Portanto, essa estiagem, que ainda vai marcar alguns dias, com toda certeza vai superar os estragos que já têm acometido a agricultura camponesa do estado de Santa Catarina.

Assim sendo, hoje e amanhã teremos uma mobilização. Hoje houve concentração em três regiões do estado, com mais de seis mil pessoas reunidas para debater e fazer a mendicância no sentido de reivindicar dos representantes políticos, do governo federal e do governo de Santa Catarina políticas emergenciais e estruturantes para enfrentar esse momento crítico que vive a agricultura camponesa no estado e afeta parte do Paraná e Rio Grande do Sul.

É importante mencionar que, neste momento, os nossos agricultores camponeses precisam de políticas emergenciais para que possam continuar a sua atividade, como, por exemplo, a isenção de pagamento de alguns financiamentos que tenham feito ao longo da safra de 2008 e 2009.

Não dá mais para esperar que o governo vá adiando o pagamento dos nossos agricultores familiares e camponeses. Não dá para adiar o enterro; é preciso que haja políticas para resolver imediatamente a problemática que os nossos agricultores estão enfrentando e vivendo.

Ao mesmo tempo, além das políticas emergenciais, precisamos de políticas estruturantes, permanentes para que o homem, a mulher, a família que está lá na roça possa continuar com o seu trabalho, com os seus afazeres no dia-a-dia da sua atividade. Nós precisamos de uma política de preços para a nossa produção agrícola. Mas, além de uma política de preços, precisamos que eles sejam justos. Existe o preço mínimo desse ou daquele produto, mas algumas vezes não é justo para aquele ou aquela que produz, trabalha e vive dessa missão e dessa cultura.

Portanto, é preciso que os nossos governos de fato implementem programas eficazes que possam dar respostas à problemática que a nossa agricultura em nosso estado está vivendo nesse momento de estiagem. É preciso que haja também uma estrutura fundamental.

E aqui quero realçar a importante estrutura que a Conab tem no Brasil, mais especificamente em Santa Catarina, ou seja, a política de que o nosso agricultor produz, vende e o governo garante, compra, adquire. E exatamente essa mesma produção servindo para as camadas que mais necessitam em nosso estado e municípios.

Portanto, queremos aqui elogiar a estrutura que a própria Conab possui, bem como a política que vem implementando. Mas, mesmo assim, é preciso que o governo injete mais dinheiro para que se possa dar respostas mais rápidas aos nossos agricultores camponeses e familiares.

Por exemplo, o estado de Santa Catarina deveria implementar imediatamente a aquisição da alimentação escolar diretamente da nossa agricultura, de acordo com a medida provisória do governo federal. Essa é uma forma de incrementar renda e, automaticamente, de gerar qualidade de vida para as nossas famílias que vivem da roça. Essa política é necessária e fundamental. Com isso estaríamos contribuindo para a movimentação econômica nos nossos municípios, garantindo renda e qualidade de vida para as famílias que vivem na roça.

Outro ponto importante: é preciso que haja também créditos estruturantes e diferenciados, no sentido de dar condições para desburocratizar o acesso ao crédito para os agricultores e agricultoras. Há uma burocracia tremenda. É preciso que o governo possa desburocratizar, permitindo que o agricultor, na ponta, tenha de fato acesso aos créditos para investimento na agricultura. É preciso avançar nisso. Não adianta também só disponibilizar os créditos, é preciso que se garanta renda também aos agricultores. Aqui está o ponto fundamental de tudo isso. O agricultor precisa de renda, não dá mais para produzir e a cada dia ser mais explorado na sua atividade. É preciso que haja uma renda justa para aquele ou aquela que trabalha na terra e é responsável pela vida de milhões e milhões de pessoas em nossos estados, municípios e pelo nosso país afora. É preciso que haja ousadia para que, dessa forma, gere-se melhor qualidade de vida, mais emprego e renda à população.

Gostaria de colocar também que é preciso avançar na reforma agrária no país. Não dá mais para continuar com a concentração de terra nas mãos de alguns. É preciso que haja distribuição de terra, pois isso possibilitará que milhões de famílias tenham acesso à terra e dela tirem o seu sustento. Além do que isso colocará o alimento na mesa de milhões de seres humanos no nosso estado e no país.

Com a distribuição de terras e o subsídio aos agricultores, teremos uma renda

justa e com toda certeza estaremos garantindo aos trabalhadores camponeses e familiares um trabalho digno. Esse trabalhador da roça, de mãos calejadas, sofridas, muitas vezes não tem acesso à educação, à saúde e, portanto, a sua qualidade de vida está cada vez pior. E, além disso, precisamos ter soberania alimentar. Se lhe dermos essas condições, vamos obter a soberania alimentar e, portanto, criar uma sociedade mais justa, mais igualitária, e é isso que nós precisamos. Esse é o desafio colocado a cada um de nós.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Srs. deputados, a Presidência informa que atenderá ao seguinte requerimento:

(Passa a ler.)

"De acordo com as lideranças, os deputados que abaixo subscrevem, com amparo no art. 65, inciso I, letra 'i' do Regimento Regimental, REQUEREM a suspensão da Sessão Ordinária do dia 19 de maio do corrente, pelo prazo de 10 minutos, para a manifestação do Superintendente Estadual da Caixa Economia Federal, Sr. Roberto Carlos Cerrato, cujo objetivo é apresentar os programas habitacionais em execução e previstos no Estado de Santa Catarina, em especial o programa Minha Casa, Minha Vida."[sic]

Está suspensa a sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca)(Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero parabenizar o sr. Roberto Carlos Cerrato, superintendente da Caixa Econômica Federal, um banco que nos orgulha pela rapidez com que está agindo na questão das enchentes e pelos números que são apresentados na liberação do Fundo de Garantia. Fizeram uma força tarefa nas regiões para os trabalhadores terem acesso ao seu Fundo de Garantia para fazer a construção de suas casas.

Quando estive, inclusive, em Brasília com o deputado Padre Pedro Baldissera e o deputado Pedro Uczai comentamos que os prefeitos querem que os projetos venham via Caixa Econômica Federal, pela rapidez e proximidade dos projetos de cada município.

Então, quero parabenizar o superintendente pelo trabalho brilhante que a Caixa Econômica Federal tem realizado, atendendo bem os catarinenses e trazendo o sonho da casa própria.

Também gostaria de cumprimentar o presidente Lula, o governo federal, que tem investido tantos recursos na habitação e na infraestrutura, através da nossa Caixa Econômica Federal.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sra. presidente, acho que a presença, nesta Casa, do sr. Roberto Carlos Cerrato, superintendente da Caixa Econômica Federal, significa o reconhecimento desse Parlamento pelo trabalho brilhante que o banco vem fazendo em Santa Catarina, demonstrando eficiência e agilidade na resposta às políticas públicas do nosso estado.

Em segundo lugar, ficou demonstrado aqui que a decisão do governo do presidente Lula de encaminhar os recursos do Fundo de Garantia aos atingidos pelas enchentes com certeza foi a forma mais rápida e eficiente ocorrida até hoje no Brasil.

Portanto, temos que fazer este registro e parabenizar a Caixa Econômica Federal, assim como o governo Lula, pela eficiência, porque os recursos foram diretamente para o trabalhador. Sem falar do programa de habitação, do que foi liberado neste trimestre, em plena crise econômica mundial, pois a Caixa Econômica aumentou em 89% os investimentos na área de habitação em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Lício Mauro da Silveira - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Lício Mauro da Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Sr. superintendente da Caixa Econômica Federal, gostaria de um esclarecimento rápido: quando o senhor se referiu à região metropolitana, referiu-se aos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e ao Distrito Federal, a 130 mil municípios com mais de 100 mil habitantes ou em torno de 100 mil habitantes. Nós temos um projeto que dispõe sobre região metropolitana tramitando nesta Casa, e quero saber se esses 500 mil habitantes são exigidos para todas as regiões metropolitanas ou apenas para uma cidade.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Deputado, a sessão já reiniciou! O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Mas, se dermos oportunidade...

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Sr. deputado, estaríamos contrariando o Regimento Interno. Peço que v.exa. faça o questionamento por escrito.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Sra. presidente, farei uma visita pessoalmente ao superintendente da Caixa Econômica Federal.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sra. presidente, quero fazer uma saudação ao superintendente da Caixa Econômica Federal. É bom que esse espaço seja ocupado a fim de divulgar para a população catarinense esse programa da construção no nosso país de um milhão de habitações no próximo período.

É importante que possamos ampliar a cota de Santa Catarina, mas primeiro temos uma tarefa de construir as nossas unidades selecionadas. E para isso é preciso que as cooperativas, as associações, as prefeituras, as empresas, enfim, todos que tenham um projeto apresentem-no na Caixa Econômica Federal para que possamos produzir essas habitações tão necessárias para o povo catarinense.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sra. presidente.

Quero também cumprimentar o superintendente Roberto Carlos Cerrato pelo trabalho e pela exposição feita aqui.

Srs. deputados, existe uma grande demanda no serviço público, especialmente na área da segurança pública, de policiais e

bombeiros que ainda não têm a sua casa própria. Temos trabalhado aqui e voltaremos a conversar com o senhor para que possamos ver uma forma, um mecanismo menos burocratizado possível para que possamos resolver esse problema, essa grande demanda dos servidores estaduais, inclusive da área da segurança pública.

Muito obrigada, sra. presidente!

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sra. presidente, esse é um tema tão importante e é pena que os dez minutos tenham passado tão rápido.

Quero chamar a atenção do superintendente da Caixa Econômica Federal e fazer um convite para que venha participar de uma audiência pública aberta a toda a população, porque o tema é de suma importância. Qual é a pessoa que não quer ter a sua casa própria? Então, lanço aqui o convite.

Srs. deputados, lanço o convite, e vou protocolá-lo na minha comissão, para que todos os srs. deputados possam fazer os devidos questionamentos. Convido a presidente da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, a deputada Ana Paula de Lima, para que possamos fazer a audiência em conjunto, porque a comissão de v.exa. dá amparo à família e à mulher. Então, que possamos fazer uma audiência pública conjunta com a nossa...

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sra. presidente, além de parabenizar o superintendente da Caixa Econômica Federal pela bela exposição sobre o programa de habitação, quero aproveitar a oportunidade para registrar, com muita satisfação, a presença neste plenário do Sebastião Carlos de Andrade Machado, conhecido como Machadinho, que representa a Ordem dos Músicos do Brasil e é o presidente do Conselho Regional de Santa Catarina. Ele está aqui acompanhado do Alexandre, que deverá ser o futuro delegado da Ordem dos Músicos do Brasil, no município de Joinville.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Esta Presidência também deseja que o sr. Machado e seu amigo sejam bem-vindos à Casa do Povo.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, inicialmente, queremos destacar esse momento em que nós presenciamos o superintendente da Caixa Econômica Federal trazer esse importante trabalho que é feito junto à sociedade catarinense e, de maneira muito especial, junto aos municípios do nosso estado. É um belíssimo trabalho, quem sabe até o mais importante programa de inclusão social do governo do presidente Lula neste seu segundo mandato. Sem dúvida, este programa de um milhão de casas destinadas ao povo brasileiro é de uma relevância inimaginável pela sua repercussão social, pois tem a grande

conotação de inclusão de milhares e milhares de famílias por este nosso país afora. Que bom!

O programa inclui uma renda que, de fato, contempla os mais excluídos, os que menos têm condições, os que menos têm possibilidades de ver a sua casa construída, de ter o seu lar, enfim, de ter o seu espaço de convivência familiar.

Então, nesse sentido, quero reconhecer que, entre tantos programas do nosso governo federal, nós temos esse de inclusão social, um programa de um milhão de casas para todo o nosso país.

Gostaria também, em nome da bancada do PT, de registrar que a nossa senadora Ideli Salvatti foi convidada pelo presidente Lula para assumir uma função extremamente importante no Congresso Nacional, que é a liderança do governo. Ela foi líder de bancada, já atuou bastante na política, foi nossa deputada, e hoje assume uma função extremamente importante, que é a de relação entre o Senado e a Câmara Federal, um trabalho, sem dúvida nenhuma, extremamente importante para o governo entre as duas bancadas, o Senado e a Câmara, assumindo o cargo de líder do governo no Congresso Nacional.

Quero desejar a nossa senadora, como sempre com a sua garra, o seu entusiasmo e a sua clareza, êxito nessa função. E quem ganhará não será só a senadora, mas também o povo brasileiro. Disso nós não temos dúvida nenhuma!

Por isso quero desejar à senadora Ideli Salvatti muita força e que tenha a determinação e a coragem que sempre teve de fazer a defesa das políticas dos mais diferentes e possíveis projetos implementados pelo nosso governo do presidente Lula.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Gostaria também de parabenizar a senadora Ideli Salvatti. Concordo que quem ganha com isso é o Brasil, pela sabedoria, dedicação, competência, coragem e fidelidade da senadora a esse projeto que está fazendo o Brasil crescer, com distribuição de renda e melhorando a vida das pessoas.

Srs. deputados, tem muito a ganhar também o estado de Santa Catarina, pois agora é como se tivéssemos mais um ministro lá no governo federal, pela importância desse cargo de líder do governo no Congresso Nacional.

Então, quero saudar a nossa senadora Ideli Salvatti, pois tive a oportunidade de saber da novidade na quinta-feira, durante o WTTC, aquele evento de turismo, mas fiquei quieto, pois o assunto ainda estava sendo conversado. Mas foi uma honra e uma alegria muito grande para nós, catarinenses, ver a senadora assumindo mais essa tarefa.

Parabéns pelo depoimento de v.exa!

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado, deputado Décio Góes. Sem dúvida nenhuma, a senadora fará um grande trabalho frente a essa nova liderança.

Gostaria também, de forma muito sucinta, aproveitando o horário do Partido dos Trabalhadores, de falar sobre a Defensoria Pública. Deputado Pedro Uczai, v.exa. tem proposto à Casa um debate em torno da Defensoria Pública, e certamente tratará deste assunto com muito mais propriedade, como já tem feito inúmeras vezes.

Entre tantos direitos negados, sonogados, como v.exa. colocava e depois

reforçava isso no meu depoimento, temos a Defensoria Pública no estado de Santa Catarina. Aliás, este é o único estado que ainda não tem esse serviço implementado, porque a lei garante, mas falta realmente a sua implementação, ou seja, fazê-la acontecer por todo o estado. E vejam que o governo do estado perde uma grande oportunidade, porque fez todo um processo de descentralização. E um dos pontos extremamente importantes de inclusão, de defesa daqueles que mais precisam, poderia ter sido a Defensoria Pública.

Esperamos que, antes de terminar o mandato do governador Luiz Henrique da Silveira, ele possa fazer essa implementação, mesmo porque defendemos que não precisa haver a extinção imediata da Defensoria Dativa, mas poderemos, sim, fazer uma grande parceria e, num processo gradativo, pontual, implementarmos e consolidarmos o projeto da Defensoria Pública.

Mas quero, paralelo a isso, falar aqui sobre outro direito sonogado e que está na Constituição. Estamos vivendo esse momento de turbulência no campo, que é o da estiação, e hoje cerca de seis a oito mil pessoas estão concentradas, defendendo e buscando políticas para a permanência na roça.

Em 1992, foi aprovada nesta Casa uma lei que garantia o seguro agrícola aos nossos agricultores, mas, infelizmente, até hoje esse seguro não foi regulamentado pelo governo do estado.

Portanto, é outro direito, como o da Defensoria Pública, que é o seguro agrícola para os nossos agricultores e agricultoras. Fica aqui registrado, no dia de hoje, esta minha manifestação em defesa dos nossos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha nesta sessão e telespectadores da TVAL, eu quero trazer aqui um assunto que volta à pauta da população da Grande Florianópolis, que é a greve dos motoristas e cobradores do transporte coletivo, iniciada às 9h30 de hoje, dia 19 de maio.

Essa é mais uma greve dos trabalhadores do transporte coletivo provocada por um sistema equivocado e caro. Da nossa parte, como sempre, estamos apoiando os trabalhadores e o sindicato dos trabalhadores, pois é sobre as costas deles que recai toda a pressão de um sistema truncado e que funciona mal.

Da mesma forma, é preciso registrar o aumento da tarifa do transporte coletivo na maior cidade do estado, Joinville, no último final de semana - e aumento esse assinado e cancelado pelo novo prefeito Carlito Merss -, que tem provocado, inclusive, grandes movimentos como há muito tempo não existia naquela cidade, revoltas populares, especialmente dos estudantes, da juventude, que têm que pagar um transporte cada vez mais caro.

Temos falado aqui inúmeras vezes, ao longo desses dois anos, que tem sido mais oneroso andar de ônibus do que de carro particular. De qualquer ponto desta cidade ou de qualquer ponto das cidades que compõem a Grande Florianópolis, por exemplo, para duas

peças da mesma família que andam de ônibus ficaria mais barato pagar a gasolina de um carro particular. E se houver quatro pessoas da mesma família que precisam usar o ônibus, com o valor gasto para andar no transporte coletivo, que é uma concessão pública na sociedade brasileira, daria para pagar o combustível e comprar um carro.

Portanto, trazemos aqui a defesa, mais uma vez, de que o poder público nas três esferas - municipal, estadual e federal - precisa criar mecanismos para o barateamento. E o ideal, o bom, o correto seria a gratuidade do transporte coletivo, especialmente nas grandes cidades.

Alguém pode dizer que isso é utopia, um sonho, um devaneio, um desejo ideológico, mas cada vez mais, com o crescimento das cidades, tem-se mostrado que o transporte coletivo, que, repito, é uma concessão pública, precisa ser tratado como coisa pública e não como fonte de lucro privado para alguns empresários que vivem reclamando. Estão sempre empobrecendo, mas têm uma frota de ônibus cada vez maior, e cada vez mais abarcam uma parcela maior da sociedade ou da oferta de transportes nas grandes cidades.

O barateamento e até a gratuidade do transporte coletivo trariam inúmeros benefícios não só para a população mais carente. E da forma como a coisa está, hoje, ela está sem acesso à locomoção, sem acesso à mobilidade social nas grandes cidades brasileiras. Se for mais caro andar de ônibus do que de carro, isso significa dizer que 20% da população não conseguem sair do seu bairro nem para procurar emprego! E o emprego tem que ser bom para valer a pena pegar o ônibus duas vezes por dia.

Então, é preciso que a sociedade pense nisso. A gratuidade do transporte coletivo, que é uma concessão pública, repito, pela Constituição brasileira, traria inúmeros benefícios para a sociedade, não só para os mais carentes, como para a sociedade em geral, tanto nas áreas sociais quanto nas áreas econômicas e culturais, elevando o nível de cultura da população, especialmente na área ambiental, o que é muito importante nesse momento, e será cada vez mais importante daqui para frente.

O modelo atual é um incentivo ao transporte individual, é um incentivo ao transporte particular. Talvez atenda bastante aos interesses das grandes montadoras, dos monopólios do automóvel, muito forte no país e no mundo inteiro, mas é um crime contra o meio ambiente e, portanto, contra a humanidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADODR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados à bancada do PP.

Com a palavra o deputado RENO Caramori, por nove minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, meu amigo deputado Antônio Aguiar, eu sei que v.exa. participou da festa em homenagem à imigração polonesa em Itaiópolis, no final de semana passado, que, tenho certeza, foi um sucesso. Infelizmente, não tivemos condições de comparecer, mas certamente v.exa. representou a Assembleia Legislativa naquele evento, até porque faz parte da região que mais se aproxima, e nós também temos lá uma pequena representação. Mas fomos informados, através de companheiros de trabalho, de empresas de lá, que realmente a festa foi um sucesso.

Parabéns à comunidade polonesa, que tão bem representa toda aquela região de

Itaiópolis, de Papanduva. Indo no sentido de Canoinhas, Porto União, Paulo de Frontin, Mallet, vemos que são regiões onde a imigração polonesa realmente se sobressaiu desde o início da sua civilização. E até porque, deputado Antônio Aguiar, o polonês, o ucraniano e o russo chegaram à região na época da construção da estrada de ferro. V.Exa. pode ter certeza de que o baixinho como nós dois só servia para puxar água, porque eles queriam era pessoas de porte, bastante altas para a fixação dos dormentes para o alinhamento dos trilhos da estrada de ferro. Então, tinha que ser um pessoal de peso pesado. Do nosso tamanho, deputado, só servia para levar água e olhe lá!

Mas pode ter certeza de que a nossa raça também deu a sua colaboração para o desempenho e desenvolvimento daquela região, através da ferrovia, na época, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Mas queremos registrar também nesta tribuna, nesta tarde, a realização da Expofeira de Campos Novos, onde o deputado Romildo Titon, que conhece tão bem todos os criadores, as entidades e as cooperativas, também se fez presente. Mas ficamos surpresos ao visitarmos lá os galpões do gado, pois pudemos constatar a qualidade do nosso plantel bovino, quer de leite ou de carne.

Mas não havia expositores só de Campos Novos, havia também de Monte Carlo, Fraiburgo, Caçador e outras regiões. Então, foi uma demonstração de que realmente a nossa região, mesmo sendo bastante fria, ainda continua dedicada à qualidade, e não à quantidade, dos plantéis, quer do charolês, cruzado com raças zebuínas, do simental, do pardo-suíço, enfim, tantas outras raças, formando um plantel espetacular e invejável até para as feiras do Rio Grande do Sul, lá na famosa feira de Esteio. E o pessoal que já expôs por lá, e que também teve a oportunidade de expor em Campos Novos, mostrou-nos os relatórios das premiações: uma coisa espetacular!

Quero cumprimentar o Fernando Rosar, presidente do sindicato e presidente da organização, juntamente com a sua equipe, daquela Expofeira, os expositores, os colaboradores e os que comercializaram não só o produto do agronegócio, como também os manufaturados daquela região, as feiras dos pequenos comércios, das bancas, da gastronomia. Foi uma festa muito bonita e um dia maravilhoso!

Mas tivemos lá uma inovação quando a Cooperleite, Cooperativa de Leite de Campos Novos, através de seu presidente João Batista, levou crianças, filhos de fazendeiros ou mesmo filhos de funcionários das fazendas, com as suas terneirinhas, mostrando que ninguém nasce sabendo e que a atividade do agronegócio, da agropecuária, da lida no campo, começa desde criança, deputado Genésio Goulart. E a demonstração foi muito bonita, com crianças de 8, 9 e 10 anos conduzindo as suas terneirinhas como se fossem um adulto conduzindo uma rês adulta para a apreciação dos jurados.

Foi uma brincadeira muito bonita e houve uma atenção muito grande até dos expositores que estavam lá expondo o seu gado adulto, gado a galpão, gado a campo. Foi também uma inovação, pois mostrou que aquela bacia leiteira promete muito porque a Cooperleite é uma cooperativa que se está sobressaindo de uma maneira extraordinária na região.

Campos Novos é a capital das cooperativas. Temos lá, se não me falha a memória, 16 cooperativas, tendo, em

quantidade, as cooperativas da área do agronegócio. Mas é impressionante a vocação cooperativista da nossa gente de Campos Novos.

Na abertura da feira representamos a Assembleia. Infelizmente, não tivemos a oportunidade de deixar a mensagem deste Parlamento, porque a rádio não nos deu oportunidade no momento certo. Mas mesmo assim pudemos representar os demais 39 srs. parlamentares com a nossa presença na abertura do evento, juntamente com o deputado Valdir Colatto, que lá estava representando o Congresso Nacional. No sábado, esteve presente o deputado Odacir Zonta prestigiando o evento durante toda a tarde e a noite. E estavam lá presentes também todas as cooperativas, sindicatos, prefeitos e vereadores da região.

Resumindo, srs. catarinenses, tenho certeza de que foi uma festa excepcional e muito bonita. E vamos trazer brevemente a classificação e a premiação por raça, por categoria, por idade, para mostrar o desempenho da pecuária e do agronegócio na região de Campos Novos.

Parabéns aos campos-novenses, aos caçadorenses, aos montecarlenses, aos fraiburguenses e às pessoas de outras regiões que estiveram lá expondo. Tivemos a representação da família Moro, de Caçador, que levou os seus exemplares também, mostrando o potencial...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, com a permissão do nosso líder, deputado Cesar Souza Júnior, desejo utilizar o tempo do Democratas para, primeiro, fazer um convite aos srs. deputados e às sras. deputadas. Hoje à noite, às 19h, estaremos realizando, na Assembleia, um ato solene em homenagem aos dez anos de trabalhos prestados de fundação do Conselho Estadual dos Jovens Empreendedores.

Nós sabemos que Santa Catarina tem uma característica empreendedora, e a nossa juventude tem dado uma demonstração de maturidade, tem empreendido, aquecido a nossa economia e gerado muitos postos de trabalho. Prova disso é a realização da Expogestão, que vai acontecer neste ano, no mês de julho. Trata-se do maior evento de gestão pública e privada do sul do Brasil que se realiza todos os anos no município de Joinville, coordenado e promovido pela Acij Jovem do nosso município. Portanto, todos estão convidados.

Quero também, sr. presidente, utilizar este espaço para dizer que há um projeto de minha autoria tramitando na Assembleia Legislativa, que está há alguns meses em diligência e propõe ao governo do estado que seja retirada a cobrança do ICMS do óleo diesel para o transporte coletivo de Santa Catarina.

Deputado José Cardozinho, essa é uma alternativa racional, inteligente e necessária por parte do governo do estado, que terá que abrir mão de R\$ 13 milhões por ano do seu Orçamento. E é um valor que não tem um impacto muito grande no Orçamento do estado, deputado Antônio Aguiar.

Mas nós também fazemos um apelo aos prefeitos municipais para que tomem atitudes para desonerar a tarifa. E pedimos,

sobretudo, srs. deputados, ao governo federal que seja retirada a incidência dos impostos do óleo diesel, da carroceria, dos pneus. Essa é a única alternativa para que possamos ter uma tarifa acessível aos trabalhadores, ou então teremos que conviver com passeatas, com quebraadeiras, com greves, como está acontecendo no município de Florianópolis.

Mas quero fazer outra reflexão, deputado Antônio Aguiar. Depois de ser feito um levantamento, foi constatado que nos últimos oito anos a gasolina aumentou 97%. E pasmem v.exas.: o óleo diesel utilizado para o transporte coletivo, que tem um impacto em torno de 30% na tarifa do transporte coletivo, o óleo diesel utilizado para transportar a nossa economia, o óleo diesel utilizado pelos nossos agricultores, aumentou 290%.

Não entendo qual é a política de reajuste do óleo diesel neste país! Nós estamos constatando que o barril do petróleo, nos últimos meses, baixou. O óleo diesel não pode ter um aumento excessivo, absurdo, quase três vezes mais do que o preço da gasolina!

Portanto, queremos encerrar as nossas palavras, deputado José Cardozinho, dizendo que estamos convivendo com um grande impasse em Joinville. A cidade foi tomada, ontem, por uma grande passeata de estudantes em frente à prefeitura. A cidade foi tomada por uma movimentação de trabalhadores posicionando-se frontalmente contra o aumento abusivo da tarifa do transporte coletivo no nosso município. O transporte é bom, mas se considerarmos uma inflação de 20 meses, deu 9%. O prefeito municipal concedeu um reajuste, não sabemos por que motivo, de 12,2%.

Portanto, Joinville está sendo manchete em todos os jornais através de passeatas, de quebraadeiras, de discussões, muitas vezes até de palavras de agressão ao poder municipal, e isso não é bom para a nossa cidade.

A nossa cidade é tranquila, pacata, ordeira, trabalhadora e nós também, a exemplo do que fez o deputado Kennedy Nunes, que apoiou o prefeito eleito do segundo turno, estamos insatisfeitos e posicionando-nos contrariamente, a exemplo do que faz o vereador Adilson Mariano, do PT, pela segunda legislatura, posicionando-se também frontalmente contra esse aumento abusivo e com índice, inclusive, acima da inflação dos últimos 20 meses.

O Sr. Deputado José Cardozinho - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado José Cardozinho - É importante, deputado Darcy de Matos, refletir sobre o seu projeto que está tramitando nesta Casa, conversar com o nosso líder do governo e com a base governista, para que talvez possamos estudar e fazer voltar à tona essa matéria, porque realmente irá ajudar muito os municípios de Santa Catarina no transporte coletivo.

O aumento do diesel não aumenta só o preço do transporte; o frete da alimentação vai aumentar porque, além de tudo, agora vão ocorrer os pedágios em Santa Catarina. Cada eixo vai pagar um preço, e isso vai refletir sobre o aumento do diesel e da alimentação. Vamos ter quatro pedágios aqui no estado. Cada caminhão vai pagar até R\$ 12,00 para ir e voltar de Joinville. E tudo isso contribuirá para o aumento.

Quero dizer que em Joinville, como já foi bem lembrado por v.exa., o vereador Adilson Mariano, que é da base governista, está liderando um movimento contra o próprio prejuízo. Ele é do PT, partido do prefeito.

Deputado Kennedy Nunes, quero parabenizar v.exa. por tomar a atitude séria de romper com o governo por ele não ter cumprido o que prometeu ao seu partido, PP, assim como também não cumpriu com o nosso partido, PPS, lá no início.

Então, quero deixar aqui a minha solidariedade e dizer que vamos tentar fazer esse projeto voltar à tona, nas comissões. Para ajudar Santa Catarina, as prefeituras, no transporte do nosso estado.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente e srs. deputados...

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a gentileza de me conceder um aparte, deputado Manoel Mota!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Com muita honra, deputado Moacir Sopelsa, v.exa. tem crédito.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Quero apenas registrar a preocupação pelo fato de estarmos caminhando para uma fusão entre a Sadia e a Perdigão. Inclusive, o município de Concórdia perdeu a sede da Sadia.

Imagino o trabalho dos nossos produtores e por isso registro o trabalho de todos os funcionários da Sadia, que não têm culpa da situação que foi criada.

Nós temos aí a crise mundial, a crise brasileira, e espero que essa união possa dar certo, mas que se dê, deputado Manoel Mota, acima de tudo, o devido reconhecimento às duas categorias, que para mim são as categorias principais de qualquer setor, os funcionários da empresa ou das empresas, neste caso, e os agricultores que produzem a matéria-prima.

Ao mesmo tempo em que fico feliz de ver que a empresa vai continuar, que vamos criar uma grande empresa de produção de alimentos, talvez a segunda maior do mundo, também me preocupa o lado do nosso produtor e o lado dos funcionários dessas empresas.

Muito obrigado, deputado Manoel Mota!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Obrigado, deputado Moacir Sopelsa!

Quero cumprimentar o sr. presidente, os srs. deputados, as sras. deputadas, os telespectadores da TVAL, a Rádio AleSC Digital, a sociedade que prestigia nesta tarde o Parlamento catarinense.

Nós temos presente nesta Casa, hoje, o presidente, o vice-presidente e o diretor da Câmara de Vereadores de Sombrio, buscando alternativas para viabilizar o seu município. Esse município tem uma Câmara de Vereadores brilhante.

Quero cumprimentar aqui, em nome do Parlamento Catarinense, o trabalho da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Sombrio, através do seu presidente e do seu vice-presidente. Quero cumprimentá-los pelo trabalho extraordinário que fazem naquela Casa. Parabéns!

Gostaria que este momento ficasse registrado para que o estado saiba da atuação da Câmara de Vereadores de Sombrio, através da Mesa Diretora, e do belo trabalho que vem exercendo naquele município em defesa da população.

Deputado Antônio Aguiar, nosso líder, v.exa. é médico e conhece muito bem o assunto hepatite. E hoje é o Dia Mundial da Hepatite.

Meu caro líder, tenho 13 mil vírus de hepatite no fígado. Quem me trata é a dra. Esther Dantas. E muitas pessoas dizem que, apesar de tudo, o Manoel Mota ainda tem bastante sangue no rosto. Todos os anos faço exames e, graças a Deus, esses vírus não aumentaram e por isso não precisei fazer o tratamento, que é muito pesado. Graças a Deus não precisei porque não entra álcool neste corpo nem fumaça, de jeito nenhum. Estou lutando, sobrevivendo e passando por essa turbulência sem maiores problemas.

Portanto, quero cumprimentar os médicos que trabalham nessa área, principalmente a dra. Esther Dantas. Inclusive, o seu pai foi um médico atuante. E graças a Deus e a ela posso continuar trabalhando para buscar os resultados para a população do sul e também do estado todo, porque o nosso compromisso é muito grande com Santa Catarina, com o governo do estado.

Ontem, vindo de Araranguá - e recentemente fizemos uma fiscalização em toda a BR-101 -, constatamos, mais uma vez, a necessidade de uma audiência pública em Paulo Lopes, no sentido de um elevado para a área industrial e para as praias do município.

Quero aqui, neste instante, levantar algo importante. E peço a atenção da bancada do PT. No sábado, vindo de Araranguá - estava um dia de sol, bonito -, consegui levantar alguns pontos que de ônibus eu não tinha conseguido. Vimos em Içara, na obra realizada, que nem está inaugurada, o trilho na pista formado pelos pneus dos caminhões, ou seja, lá a pista já cedeu. É uma obra que está sendo realizada agora.

Então, temos que fazer um documento para levar ao conhecimento do ministro o que está acontecendo. Ou seja, empreitaram uma obra barata para poder pegá-la, e agora não estão tendo condições de concluir e não estão fazendo uma obra de qualidade. E nós, como parlamentares, vamos ter que cobrar, que buscar. É verdade que queremos uma obra rápida, mas queremos uma obra de qualidade.

Não podemos aceitar que daqui a pouco não precisemos mais de motorista. Ou seja, pode pôr o caminhão na sarjeta, com um tijolo em cima do acelerador e ir embora. Mas não dá para aceitar isso em uma obra que está sendo paga religiosamente em dia. Até quero dizer ao meu amigo João José, do DNIT, e vamos convocar os engenheiros do DNIT, que nós também vamos junto para mostrar a área que já baixou - por onde passam os pneus a obra já cedeu.

Eu acho que neste Brasil vamos ter que ter mais responsabilidade, porque é aprovado em Brasília para andar. Eu sou caminhoneiro, sou da área do transporte, primeiro com o bitrem e depois com o rodotrem, que anda com 70 toneladas. E estamos fazendo obra para andar com truck para 15 toneladas. Esta é a verdade, por isso não tem obra e acaba-se tudo em dois toques.

Agora, não podemos aceitar de jeito nenhum uma obra, à qual temos dado todo o respaldo, que antes de inaugurar já tenha que ser consertada, porque a obra rebaixou onde passaram os pneus dos caminhões.

Faço esse registro porque acho que todos nós assumimos o compromisso de que, quanto à falha técnica, iríamos denunciar para buscarmos os resultados que são fundamentais, porque é o dinheiro do povo que está sendo usado.

O presidente Lula não buscou dinheiro de financiamento, ele está constru-

indo com a própria receita. E nós não podemos aceitar que com o dinheiro do povo construa-se uma obra de péssima qualidade. É preciso fazer um levantamento, precisamos recuperar e ver o que está acontecendo.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Manoel Mota, v.exa. tem toda a razão. É importante a sua observação, até porque no dia 25 teremos uma audiência pública - e v.exa. também participará, é óbvio, como membro da comissão de Transportes -, na qual vamos levantar todos esses problemas. Inclusive, convocamos as empresas que são as fiscalizadoras das empreiteiras construtoras. Os três consórcios que têm a responsabilidade da fiscalização estarão presentes e já foram comunicados com AR.

É importante anotar o trecho onde os problemas surgiram para que nós possamos cobrar e mostrar a realidade para que tomem as devidas providências.

Parabéns, deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - V.Exa. pode ter certeza de que, enquanto faltar um metro de obra, eu estarei junto buscando a qualidade, porque este é o meu compromisso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, e comunidade catarinense, especialmente a comunidade polonesa, gostaria de relatar a grande solenidade de homenagem à nossa etnia polonesa, realizada no município de Itaiópolis. Foi a primeira sessão solene da história daquela cidade, onde esteve presente a Assembleia Legislativa.

Eu gostaria, sr. presidente, de render homenagem aos funcionários da Assembleia Legislativa, que lá estiveram fazendo com que a homenagem à etnia polonesa fosse algo extraordinário.

Gostaria de citar os nomes de: Elizabete Brandalise, Rosana Brasca Cajuella, Ilka Maria Fretta, Soraia Boabaid, Marina Stella Pavan Livramento, Jaqueline Pires Leandro, Vicente Cravo Di Pietro, Inês Amorim da Mota, Renata Hazan Napoleão Salles, Sara Loni Leepkalm Medeiros, Idelvino Luiz Furlanetto, Mauro Ribas, Rogério João Alano, Ronaldo Françosi Junior, Andréa Leonora L. Neves, Carlos Kilian, José Nilson Espindola, Marisa Medeiros, primeiro-sargento Antonio Olívio Virtuoso, cabo Carlos Roberto Garcia, Rubia Carine Esbrolio, Adolfo Knoll, terceiro-sargento Cláudio Sergio de Oliveira Junior e Vilson Paulo da Silva.

Esses são os funcionários que lá estiveram. Citei os nomes deles porque são merecedores dessa minha homenagem. Também quero agradecer o trabalho que eles realizaram e o entrosamento que tiveram com a cidade de Itaiópolis para que fizéssemos uma sessão solene muito bonita, aliás, não poderia ser diferente.

Estiveram lá nada mais nada menos do que o embaixador da Polônia no Brasil, que fez um discurso específico para os poloneses e um discurso para os brasileiros. Ele falou em língua polonesa. Tivemos também a cônsul da Polônia do estado do Paraná, que também recebeu as homenagens.

Mais de 15 municípios receberam a homenagem dos poloneses, e cito alguns: Campo Alegre, São Bento do Sul, Mafra, Rio Negrinho, Papanduva, Monte Castelo, Canoinhas, Major Vieira, Belas Vista do Toldo, Irineópolis, Porto União e Itaiópolis, onde foi realizada essa bela sessão solene.

O prefeito e vice-prefeito de Itaiópolis, srs. Hélio César Wendt e Alfeu Schneider, receberam os mais de 80 poloneses que lá estiveram fazendo com que a sessão se tornasse uma homenagem muito bonita para o planalto norte.

O prefeito de Canoinhas, sr. Leoberto Weinert, recebeu a homenagem da etnia polonesa da Assembleia Legislativa.

Lá esteve presente o prefeito de Major Vieira, sr. Israel Kiem, que também recebeu a homenagem; o prefeito Renato Stasiak, de Porto União, representando a etnia polonesa, recebeu a homenagem, juntamente com seus homenageados; o prefeito Wanderlei Lezan, de Irineópolis, também teve a honra de receber a homenagem e estendê-la à comunidade da sua cidade; e o prefeito de Bela Vista do Toldo também recebeu a homenagem. Também lá estiveram representantes de outros municípios que receberam a homenagem.

A maneira como foi realizada a sessão solene fez com que a etnia polonesa fosse homenageada de maneira especial. Essa etnia polonesa se instalou no Brasil em 1891, mais precisamente em Brusque, onde foi pedido que se fizesse uma homenagem aos poloneses desse município, deputado Dagomar Carneiro.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente e srs. deputados, deputado Gelson Merísio, não levei muito tempo, apenas 15 minutos, para fazer uma coletânea acerca de um assunto que predomina as manchetes do Brasil inteiro.

Srs. deputados, parece-me que eu estava adivinhando, pois há dias tenho debatido na tribuna desta Casa sobre os desmandos na Petrobras. Eu dizia, deputado Moacir Sopelsa, que em 2008 o preço do barril internacional foi à estratosfera de US\$ 150. Evidentemente que o preço dos combustíveis no Brasil não poderiam deixar de crescer como cresceram. Só que o preço do barril internacional baixou de US\$ 150 para US\$ 50, mas o preço do combustível, deputado Ismael dos Santos, continuou no patamar da estratosfera.

Eu dizia para o deputado Gelson Merísio o que vou falar. Eu acabei escolhendo a Petrobras e fui coletar os dados. E olhem as mais diversas manchetes que têm aparecido, ao longo dos últimos meses, da Petrobras, a maior empresa brasileira: "Preço do óleo subiu 14.49%, mas Petrobras tentou omitir". Por que, deputado Moacir Sopelsa - e não sou eu que estou dizendo? Porque o gás encanado ficou caro e os consumidores estavam optando pelo óleo diesel. E o governo, tentando fazer com que o consumidor voltasse a consumir o gás encanado, aumentou consideravelmente o óleo diesel, apesar de o preço do barril do petróleo estar lá embaixo.

Vejam o que dizem as seguintes manchetes:

"Governo quer aumentar a gasolina para aumentar a arrecadação", *Folha de S.Paulo*;

"Governo quer ficar com ganho do petróleo";

"ONG petista da Bahia recebeu R\$ 6,6 milhões da Petrobras para financiar festa junina na Bahia";

"Mega obra terá 100m² e vai custar R\$ 500 milhões";

"Governo avalia corte na gasolina, diz o ministro Lobão", mas prestem atenção, não é para o consumidor, é para o distribuidor;

"Gabielli diz que decisão sobre o preço de combustível é política econômica".

Agora vem uma coisa grave, da qual a população ainda não se deu conta: a Petrobras está construindo o complexo petroquímico Comperj, no Rio de Janeiro, "Uma obra de US\$ 8,5 bi ainda sem dono", diz a manchete.

(Passa a ler.)

"Com dificuldade para encontrar sócios, Petrobras já gastou R\$ 1 bilhão nas obras da petroquímica Comperj.

Um dos maiores canteiros de obras do País, espalhado numa área de 45 milhões de metros quadrados, ainda é um empreendimento sem dono.

Orçada originalmente em US\$ 8,5 bilhões (cerca de R\$ 17,6 bilhões de reais, pelo câmbio de sexta-feira), o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) já consumiu R\$ 1,08 bilhão em obras de engenharia básica, essencialmente terraplenagem. O investimento está sendo bancado pela própria Petrobras, que, com dificuldades para atrair capital nacional para o projeto, busca agora sócios estrangeiros. A estatal admite que a obra ficará mais cara do que o plano inicial, feito em 2006, mas garante que não desistirá do empreendimento."[sic]

E talvez para fazer caixa, deputado Edison Andrino, a Petrobras confisca a Receita Federal R\$ 4 bilhões em impostos, deixa de recolher aos cofres públicos, enganando a Receita Federal.

E aí, sras. deputadas e srs. deputados, são dezenas de manchetes pelo país afora que trazem notícias ruins da nossa Petrobras. E o governo federal não quer aceitar a instalação de uma CPI? Deputado Edison Andrino, o presidente Lula diz que a CPI é um ato irresponsável do PSDB e pouco patriótico. Irresponsável é quem está administrando mal a empresa. Irresponsável é quem está denegrindo a imagem da empresa. Irresponsável é aquele que está sonegando imposto em nome da empresa. Irresponsável é aquele que está jogando dinheiro fora da empresa. Irresponsável é aquele que baixa o combustível para o distribuidor e não para o consumidor. Irresponsável é aquele que aumenta o óleo diesel para a população e mente para o consumidor. Esse, sim, é irresponsável!

A CPI para investigar a Petrobras não contou só com assinaturas do PSDB. Tivemos a assinatura de 32 sras. senadoras e srs. senadores da República para criar a CPI, para fazer com que o povo brasileiro tenha transparência nas empresas do governo federal, para fazer com a população seja respeitada no seu direito de ter e obter as informações corretas.

Quantos municípios estão sofrendo com o preço do combustível, deputado Antônio Aguiar, para o transporte escolar, com o óleo diesel caro. O que significa isso? Significa ônibus parado, criança sem transporte. Óleo diesel caro, o que significa isso? Significa ônibus parado, criança sem transporte. Óleo diesel caro significa menos trator para recuperar as estradas dos municípios. É verdade, ou não é, deputado Moacir Sopelsa?

Estão enganando a população aumentando o óleo diesel em 15%, ocultando informação da população. E ainda o governo federal não quer a instalação da CPI?

Deputado Elizeu Mattos, essas aqui são só referentes a dois jornais. Imaginem por este país afora, quais foram as manchetes dos jornais, das estações de rádio e de televisão? A Petrobras, um patrimônio nacional, está tendo a sua imagem desgastada por atos irresponsáveis de seus dirigentes. É mentira em cima de mentira!

Da mesma forma, além de vir falar dos desmandos da Petrobras, quero ainda continuar cobrando uma posição. De 2007 até 2010, deputado Edison Andrino, o governo federal prometeu R\$ 1,9 bilhão para o PAC em Santa Catarina, e até agora só chegaram cerca de R\$ 690 milhões. E o Partido dos Trabalhadores vem ainda aplaudir, dizendo que é muito dinheiro. Onde está aquele R\$ 1,2 bilhão do governo federal para Santa Catarina?

Nós arrecadamos, no ano passado, R\$ 13 bilhões em impostos. Ora, tenha santa paciência! Condenar a instalação da CPI da Petrobras! Deixa funcionar! Se ninguém tem nada a temer, deixa funcionar! Mas vamos lutar também para trazer R\$ 1,2 bilhão para Santa Catarina, que ainda falta do PAC.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Eu queria anunciar a presença do nobre vereador de Mirim Doce, André Luiz Alves de Jesus, bem como do vereador de Turvo, Juruna, que estão acompanhando os nossos trabalhos aqui na Assembleia e trazendo as suas reivindicações à secretaria de estado.

Muito obrigado e um abraço!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente e nobres deputados, queremos anunciar a feira de móveis e decoração, Móvel Brasil 2009, que será realizada em São Bento do Sul, cidade do deputado Sílvio Dreveck.

A abertura será feita amanhã, às 10h, e à noite a feira contará com a presença do governador Luiz Henrique da Silveira. Temos certeza de que todos poderão participar dessa grande feira em São Bento do Sul.

Conclamamos todos aqueles que gostam de um móvel bonito, de uma boa decoração e de seus componentes para estarem presentes na Móvel Brasil, em São Bento do Sul, no centro de eventos Promosul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0018/2009, que dá nova redação ao art. 1º da Lei n. 7.702, de 1989, e trata da pensão mensal aos portadores de necessidades especiais.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Como se trata de projeto de lei complementar, necessita de 21 votos. Por isso solicito aos deputados que estão em seus gabinetes que se dirijam ao plenário para exercer o seu direito de voto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

sim

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

sim

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR

sim

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO

sim

DEPUTADO DARCI DE MATOS

DEPUTADO DÉCIO GÔES

sim

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

sim

DEPUTADO EDISON ANDRINO

sim

DEPUTADO ELIZEU MATTOS

sim

DEPUTADO GELSON MERISIO

sim

DEPUTADO GENÉSIO GOULART

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN

sim

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS

sim

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JEAN KUHLMANN

sim

DEPUTADO JOARES PONTICELLI

sim

DEPUTADO JORGINHO MELLO

DEPUTADO JOSÉ CARDOZINHO

sim

DEPUTADO JOSÉ NATAL

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA

DEPUTADO MANOEL MOTA

sim

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

sim

DEPUTADO MOACIR SOPELSA

sim

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NILSON GONÇALVES

sim

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA

DEPUTADO PEDRO UCZAI

sim

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS

sim

DEPUTADO RENATO HINNIG

DEPUTADO RENO CARAMORI

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA

sim

DEPUTADO ROMILDO TITON

sim

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES

DEPUTADO SERAFIM VENZON

sim

DEPUTADO SÍLVIO DREVECK

sim

DEPUTADO VALMIR COMIN

Votaram 24 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 24 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovada a matéria em segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0132/2008, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que denomina Henrique Meyer o ginásio de Esportes da EEB Professor Germano Wagenfthur, do município de Porto União.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0289/2008, de autoria do deputado Edison Andrino, que altera a redação do § 2º do art. 6º da Lei n. 13.553, de 2005, que institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0314/2008, de autoria do deputado Manoel Mota, que institui no estado de Santa Catarina o Programa Doadores da Amanhã.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0359/2008, de autoria do deputado Jailson Lima e outros, que torna obrigatória a administração das vacinas do calendário básico nacional e outras determinadas pela secretaria de estado da Saúde e disciplinadas por normas técnicas, para ingresso em instituições públicas e de ensino do estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0545/2007, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que dispõe sobre a proibição, em todo o território do estado de Santa Catarina, da capina química nas áreas que relaciona.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativas e supressivas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura e Política Rural e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado por maioria, com voto contrário do deputado Nilson Gonçalves.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Resolução n. 0013/2007, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que cria a Semana de Educação para Cidadania, no âmbito do Poder Legislativo estadual, a ser celebrada na primeira semana de dezembro de cada ano.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0034/2009, de procedência governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Benedito Novo.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0038/2009, de procedência governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Ipumirim.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0040/2009, de origem governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de São José do Cedro.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0229/2008, de origem governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Palhoça.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0345/2009, de autoria do deputado Elizeu Mattos, que denomina Jorge Luís Plauda o ginásio de esportes da Escola de Educação Básica Frei Nicodemos, do município de Lages.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0428/2009, de autoria do sr. deputado João Henrique Blasi, que autoriza a implantação de salas de videoaudiência nos estabelecimentos prisionais do estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de

Finanças e Tributação, e de Segurança Pública.

Ao presente projeto foram apresentadas emenda modificativa e supressiva.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência informa que há uma solicitação de alguns deputados desta Casa para que seja deliberado o Projeto de Lei n. 0001/2009, de autoria do deputado Darci de Matos, que altera os arts. 1º a 5º da Lei n. 14.649, de 2009.

Consulto os srs. líderes se há concordância para que seja deliberada esta matéria que não está na pauta da Ordem do Dia de hoje. Esta matéria está aprovada em todas as comissões.

O Sr. Deputado Sílvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sílvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Sr. presidente, eu não sei se o projeto é extenso, mas eu gostaria, pelo menos, de ter conhecimento do teor da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Dispõe sobre a utilização de cheques nos estabelecimentos comerciais e adota outras providências.

Se houver entendimento dos líderes, vai à votação, e se não houver, o projeto irá para a pauta da Ordem do Dia da próxima semana.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, eu concordo que o projeto seja votado hoje, mas quero deixar registrado aqui que encaminhei um requerimento para a primeira-secretaria da Casa solicitando a tramitação do presente projeto de lei na comissão de mérito, que é a comissão de Finanças e Tributação, conforme determina o Regimento Interno. E, pelo visto, o requerimento não foi deferido nem indeferido, sr. presidente, porque houve uma deliberação, salvo maior juízo, de forma equivocada, pela comissão.

Mas eu requeri que o projeto tivesse tramitação na comissão de Finanças porque entendo que, de todas as comissões - e volto a repetir -, salvo maior juízo, ela é realmente a principal comissão de mérito em que o projeto tem que tramitar. Apresentei o requerimento a v.exa, deputado Moacir Sopelsa, e nós fizemos um acordo na comissão de Finanças acerca do assunto, sr. presidente. Por isso fiz o requerimento dirigido ao primeiro-secretário, deputado Moacir Sopelsa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado Marcos Vieira, apenas para esclarecer, quero dizer que essa matéria tramitou na comissão de Finanças. Acontece que ocorreu uma deliberação dessa comissão, que, não entendendo que fosse propício tratar do assunto, encaminhou à comissão de mérito. Mas essa matéria tramitou na comissão de Finanças.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, mas há em anexo um parecer do presidente da comissão, que é este deputado, e também há o requerimento que fiz ao primeiro-secretário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Mas, deputado Marcos Vieira,

eu não estou discutindo a procedência, nem o requerimento. Estou apenas comunicando que houve uma deliberação na comissão para que a matéria não fosse lá tratada. Por isso não foi acatado o requerimento.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, permite-me dizer que, na verdade, quando apresentei o parecer, os próprios membros da comissão de Finanças concordaram que o projeto tinha que tramitar nessa comissão, mas, como já havia sido deliberado, foi encaminhado para outra comissão, com a condição de retornar àquela comissão para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Pelo que entendi, deputado Marcos Vieira, v.exa. concorda com a deliberação, hoje, mas faz o registro do fato.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Foi o que eu fiz desde o início, sr. presidente. Faço o registro para que, quando houver encaminhamento de requerimento para a primeira-secretaria no sentido da tramitação dos projetos em outras comissões de mérito, seja acatado. Mas não me oponho à discussão e votação do projeto no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Os demais líderes concordam com a tramitação?

(Os líderes aquiescem.)

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0001/2009, de autoria do deputado Darci de Matos, que altera os arts. 1º a 5º da Lei n. 14.649, de 2009, que dispõe sobre a utilização de cheques nos estabelecimentos comerciais e adota outras providências.

Em discussão.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Gelson Merísio, quero apenas deixar registrado que a primeira-secretaria não tem poder de rejeitar mas, sim, de mandar tramitar. É natural que todos os requerimentos que chegam à primeira-secretaria continuem tramitando. São tantos documentos que não lembro especificamente desse, mas entendo que lá não temos nenhum poder de impedir que os requerimentos tenham o seu trâmite.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, o deputado Moacir Sopelsa tem razão quando diz que a primeira-secretaria não rejeita nada. Na verdade, s.exa. deveria ter autorizado a tramitação, a volta do projeto à comissão de Finanças, porque é de competência exclusiva da primeira-secretaria, conforme determina o Regimento Interno desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, na verdade este projeto me diz respeito, até porque, se não estou enganado, ele praticamente desmonta um projeto de lei de minha autoria que já foi sancionado, já é lei.

Acho que essa discussão deveria passar pela comissão de Finanças. É o mínimo que se espera. Mas, já que a matéria foi

deliberada na comissão, conforme fiquei sabendo agora, então quero dar o meu parecer.

Em função de ter sido autor de um projeto que passou por vários setores técnicos, que foi analisado, que foi aprovado, entendo que não haja... O que ocorreu foi que houve vários tipos de interpretação em relação ao projeto anterior. Eu gostaria de, pelo menos, deixar a minha posição em relação a esse projeto de autoria do deputado Darci de Matos, que acaba deixando desfigurado aquele projeto já aprovado, que já é lei.

Quero dizer à deputada Professora Odete de Jesus que ela pode ficar tranquila, pois sei que o projeto passou na comissão. Já fiquei sabendo disso e está tudo sob controle. Eu só quero deixar aqui a minha posição em relação a este projeto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Sílvio Dreveck - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o deputado Sílvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, nobres deputados e nobres deputadas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Só para esclarecer, deputado Sílvio Dreveck, a matéria está em discussão. Não estamos mais debatendo se ela vai ou não ser discutida. A matéria está em discussão e será votada hoje.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Exatamente, sr. presidente. E é importante que possamos deliberar sobre este projeto porque ele já está há muito tempo tramitando na Casa. E há uma expectativa muito grande de toda a classe empresarial e também do consumidor que aperfeiçoemos o projeto com urgência, até porque estamos aperfeiçoando o projeto de autoria do deputado Darci de Matos que, por sua vez, veio aperfeiçoar o projeto de autoria do deputado Nilson Gonçalves que, num primeiro momento, trouxe sérios problemas para o empresariado, principalmente do comércio, da prestação de serviços, da indústria, mas também para o consumidor.

Este projeto resgata o desejo, a aspiração tanto da classe empresarial, quanto do próprio consumidor, porque vai evitar uma série de conflitos que estavam acontecendo.

Então, é mais do que necessário deliberarmos sobre esse projeto.

Sr. presidente, portanto, além da discussão do projeto, já estamos fazendo de imediato o encaminhamento pela aprovação da matéria.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, este projeto já foi bastante discutido e tramitou na comissão de Finanças e Tributação, da qual faço parte. Acho que ele já está prontinho para ser deliberado hoje. O meu posicionamento é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Sra. deputada, é para discutir a matéria ou é pela ordem?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sou obrigada a discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, acho que os deputados Marcos Vieira e Moacir Sopelsa devem fazer uma CPI para saber se o projeto passou ou não pela comissão de Finanças e Tributação. Mas tenho certeza de que sim. E o deputado Marcos Vieira até foi vencido no seu voto, e temos que reconhecer quando isso acontece.

Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, esse projeto passou na comissão de Constituição e Justiça e confesso a v.exas. que fiquei em dúvida quanto à relatoria dessa matéria - foi eu que o relatei na comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher. E o apelo, tanto da federação, quanto das Câmaras de Dirigentes Lojistas, era para que o comércio e os nossos empresários não fossem mais penalizados com cheques sem fundos.

Quero dizer que, como consumidora, eu também tomei as dores das pessoas que têm acesso a um talão de cheque e, às vezes, colocam em dúvida se podem ou não aceitar esse tipo de cheque. Mas conforme a solicitação da federação e dos CDLs do estado de Santa Catarina, reví o meu posicionamento e a minha relatoria foi a seguinte, srs. deputados e sras. deputadas: se os talões de cheques são entregues aos contribuintes que têm conta nas agências bancárias, assim como os cartões de crédito, por que as agências bancárias não pagam quando o cheque é sem fundo? Por que tem que ser o micro e o pequeno empresário que têm que arcar com essa despesa?

Neste sentido, aprovamos esse projeto para que nós, como parlamentares, também pressionemos o Congresso Nacional para aprovar um projeto de autoria do deputado federal Décio Lima, que é o projeto do cheque garantido, no sentido de que o banco, ao abrir a conta para o seu contribuinte, tenha que dar a garantia de que o seu cheque será coberto, e não o micro e pequeno empresário, os nossos lojistas arcarem com o prejuízo.

Dessa forma, o projeto foi amplamente discutido, e eu tenho certeza de que vamos aprová-lo por unanimidade para que não possamos mais lesar o nosso micro, pequeno e médio empresário, assim também como os nossos lojistas, que fazem a grandiosidade do estado de Santa Catarina.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, quero apenas que fique bem claro que aquele projeto que foi aprovado aqui não visava nem tinha a intenção de lesar quem quer que seja, nem o comércio, nem a indústria, nem coisa nenhuma! O que se fez aqui foi um projeto de forma muito lúcida, e que foi aprovado, só preservando o consumidor de problemas que ele poderia ter com contas que não tivessem seis meses. Foi apenas e

tão somente isso! Fizeram interpretações dúbia, muitas interpretações equivocadas!

Na verdade, aquele projeto era muito bom. O que aconteceu foi que o interpretaram de maneira equivocada e isso deu margem a toda essa revolta, a esse clima todo que acabou acontecendo no estado inteiro, por parte do comércio lojista. Mas não era essa a intenção, nem teria como acontecer, porque ninguém fez um projeto obrigando o comerciante a receber um cheque na marra. Em absoluto! Aquela lei era muito clara: apenas quem recebia cheque, no seu estabelecimento, teria que receber o cheque com menos de seis meses de conta no estabelecimento bancário. Era apenas e tão somente isso! Não estipulava valores nem coisa nenhuma! Teria apenas que ser de pessoa idônea, de pessoa que fosse titular da conta, de pessoa que não tivesse o seu nome sujo em lugar nenhum. Era isso que nós queríamos com a nossa lei.

A matéria foi analisada, reanalisada por todos. Inclusive o próprio deputado Darci de Matos, que fez esse projeto novo que está em discussão, foi o relator da matéria na vez passada e votou pela sua aprovação porque entendeu assim, e a deputada Ana Paula Lima a mesma coisa. Todos entenderam assim!

Agora, o comércio lojista e os demais segmentos entraram forte, mandando correspondências, e eles entenderam que deveriam mudar as suas posições para atender a esse reclame. Eu não vou mudar a minha posição, pois comecei com ela e irei com ela até o fim. Portanto, vou votar contra esse projeto.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, deputado Gelson Merísio, para esclarecer, quero dizer que a primeira-secretaria recebeu o requerimento do deputado Marcos Vieira, deferiu e encaminhou à assessoria parlamentar. Esta encaminhou a quem de direito, e esse requerimento deveria, inclusive, deputado Gelson Merísio, estar acostado ao projeto.

Era este o meu esclarecimento!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, mesmo assim, gostaria que a matéria fosse para votação. E agradeço as palavras do deputado Moacir Sopelsa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deveria, mas não está, deputado Moacir Sopelsa.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, por maioria, com o voto contrário do deputado Nilson Gonçalves.

Temos ainda para votar o Projeto de Lei n. 0081/2009, de autoria do deputado Herneus de Nadal.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, é exatamente o projeto para denominação do trecho do anel viário de Criciúma, que presta homenagem ao empresário Jorge Zanatta. E como já há data marcada para inaugurar essa rodovia, solicito a v.exa. que coloque o projeto em votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Consulto os srs. líderes se há concordância.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, na mesma linha, inclusive, já deliberamos esse projeto na comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano e demos parecer favorável. Seria importante que votássemos a matéria, até porque é uma questão que não envolve nada, não há inconveniente, simplesmente conveniência para aquela comunidade.

Portanto, eu também concordo com o deputado Décio Góes no sentido de que, se houver essa possibilidade regimental, seja incluído na pauta para votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Há possibilidade, desde que haja concordância de todos os líderes.

(As lideranças aquiescem.)

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0081/2009, de autoria do deputado Herneus de Nadal, que denomina Jorge Zanatta o trecho da rodovia estadual integrante do anel de contorno viário de Criciúma.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Em discussão.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado

Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente e srs. deputados, esse trecho do anel viário, como falei antes, será denominado Jorge Zanatta. Trata-se de um empresário conhecido na nossa cidade, na nossa região do estado de Santa Catarina, e foi, inclusive, homenageado aqui na Assembleia Legislativa, por todo o seu trabalho. É extremamente conhecido pela sua iniciativa, ousadia e trabalho social e empresarial.

Então, tive o prazer de relatar esse projeto e acho merecida essa homenagem de perpetuar o seu nome num trecho do anel viário de Criciúma, que é um anel extremamente importante para a cidade e para a região carbonífera.

Por isso peço voto favorável a esse projeto que denomina rodovia Jorge Zanatta um trecho do anel viário em Criciúma.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, dando continuidade à discussão, quero dizer que Jorge Zanatta foi um empresário que deixou muita saudade. Ele foi uma pessoa com uma visão extraordinária, pois fez investimentos no sul e em Chapecó, onde gerou muitos empregos e renda. Ele era um amigo nosso e da região.

Então, esse projeto é para deixar marcado um pouquinho de tudo aquilo que ele fez pelo sul do nosso estado, por Criciúma e por toda a região. Assim, quero, com muita honra, votar favorável e pedir também o voto favorável de v.exas. para que tenhamos esse trecho com o nome honrado do saudoso Jorge Zanatta, um empresário e um chefe de família no qual podemos nos espelhar por toda vida.

Deputado Décio Góes, com certeza teremos todos os votos para poder homenagear o nosso famoso Jorge Zanatta!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade em primeiro turno.

Consulto os srs. líderes se há concordância para encerrarmos esta sessão e convocarmos outra, extraordinária, para a votação em segundo turno da matéria que acaba de ser lida.

(As lideranças aquiescem.)

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para hoje, às 16h34.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 017ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 16h34, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Cardozo - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Sílvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO JOSÉ CARDOZINHO (pela ordem) - Defende as Indicações n.s.: 0317/2009 e 0318/2009, de sua autoria.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha votação da moção de autoria do deputado Pedro Uczai, que pede apoio à aprovação, no Congresso Nacional, da reforma política e urgência na votação.

DEPUTADO JOSÉ CARDOZINHO (pela ordem) - Encaminha votação da moção de autoria do deputado Pedro Uczai, que pede apoio à aprovação, no Congresso Nacional, da reforma política e urgência na votação.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Encaminha votação da moção de autoria do deputado Pedro Uczai, que pede apoio à aprovação, no Congresso Nacional, da reforma política e urgência na votação.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Encaminha votação da moção de autoria do deputado Pedro Uczai, que pede apoio à aprovação, no Congresso Nacional, da reforma política e urgência na votação.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Encaminha votação da moção de autoria do deputado Pedro Uczai, que pede apoio à aprovação, no Congresso Nacional, da

reforma política e urgência na votação.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Encaminha votação da moção de autoria do deputado Pedro Uczai, que pede apoio à aprovação, no Congresso Nacional, da reforma política e urgência na votação.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Esclarece os termos da moção de sua autoria que pede apoio à aprovação, no Congresso Nacional, da reforma política e urgência na votação.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (pela ordem) - Encaminha votação da moção de autoria do deputado Pedro Uczai, que pede apoio à aprovação, no Congresso Nacional, da reforma política e urgência na votação.

DEPUTADA ADA DE LUCA (pela ordem) - Encaminha a votação da moção que pede apoio à aprovação, no Congresso Nacional, da reforma política e urgência na votação.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (pela ordem) - Encaminha votação da moção de autoria do deputado Pedro Uczai, que pede apoio à aprovação, no Congresso Nacional, da reforma política e urgência na votação.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Encaminha votação da moção de autoria do deputado Pedro Uczai, que pede apoio à aprovação, no Congresso Nacional, da reforma política e urgência na votação.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Encaminha votação da moção de autoria do deputado Pedro Uczai, que pede apoio à aprovação, no Congresso Nacional, da reforma política e urgência na votação.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Encaminha votação da moção de autoria do deputado Pedro Uczai, que pede apoio à aprovação, no Congresso Nacional, da reforma política e urgência na votação.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Encaminha votação da moção de autoria do deputado Pedro Uczai, que pede apoio à aprovação, no Congresso Nacional, da reforma política e urgência na votação.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Propõe alteração na redação da moção de autoria do deputado Pedro Uczai, que pede apoio à aprovação, no Congresso Nacional, da reforma política e urgência na votação.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Encaminha votação da moção de autoria do deputado Pedro Uczai, que pede apoio à aprovação, no Congresso Nacional, da reforma política e urgência na votação.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha votação de moção de sua autoria, que pede apoio à aprovação, no Congresso Nacional, da reforma política e urgência na votação.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Registra que havia quórum, mas que alguns deputados deixaram de votar.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Manifesta sua inconformidade com a falta de quórum para votação da moção.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Sugere que o deputado Pedro Uczai apresente novamente a moção com texto mais claro.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Tece comentários sobre os efeitos da crise mundial em Santa Catarina; refere-se à Móvel Brasil/2009, que ocorre em São Bento do Sul.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se à audiência pública que tratou da criação da Defensoria Pública em Santa Catarina; comenta nota da coluna do jornalista Prisco Paraíso.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Defende a criação da Defensoria Pública e elogia a postura do deputado Sargento Amauri Soares.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Ressalta a necessidade da criação da Defensoria Pública no estado; homenageia o Dia do Assistente Social.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Enfatiza a aprovação na CCJ do PL de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que proíbe a cobrança de pedágio de todos os veículos emplacados nos municípios onde as praças de pedágio estiverem localizadas.

DEPUTADO RENO CARAMORI (aparte) - Estranha o fato de os prefeitos envolvidos não terem levantado a questão do pedágio à época da audiência pública legal.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Pede providências para a resolução da questão da

praça de pedágio em Palhoça; comenta as quatro obras que deveriam merecer foco especial da Alesc.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0081/2009, de autoria do deputado Herneus de Nadal, que denomina Jorge Zanatta o trecho da rodovia estadual integrando o anel de contorno viário de Criciúma.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Está aprovado por unanimidade em sede de segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0345/2009, de autoria do deputado Elizeu Mattos, que denomina Jorge Luiz Caldas o ginásio de esportes da Escola de Educação Básica Frei Nicodemos, do município de Lages.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0428/2008, de autoria do deputado João Henrique Blasi, que autoriza a implantação de salas de vídeo-audiência nos estabelecimentos prisionais do estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativa e supressiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0001/2009, de autoria do deputado Darci de Matos, que altera os arts. 1º a 5º da Lei n. 14.649, de 2009, que dispõe sobre a utilização de cheques nos estabelecimentos comerciais e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de

Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria, com o voto contrário do deputado Nilson Gonçalves.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0316/2009, 0320/2009, 0321/2009, 0322/2009, 0323/2009, 0324/2009, 0326/2009 e 0327/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0317/2009, de autoria do deputado José Cardozinho...

O Sr. Deputado José Cardozinho - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Cardozinho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARDOZINHO - Sr. presidente, gostaria de fazer um encaminhamento.

Em Balneário Camboriú, como está terminando a temporada de verão e vários policiais se ausentaram da cidade, a criminalidade começou a aumentar. Em vista disso, fizeram uma solicitação a este deputado que pedisse ao governador do estado a manutenção da segurança naquele município, que está tendo problemas diariamente, assim como outros municípios de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esta Presidência comunica ainda que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 0318/2009, de autoria do deputado José Cardozinho...

O Sr. Deputado José Cardozinho - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Cardozinho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARDOZINHO - Sr. presidente, estamos solicitando a manutenção e conservação, bem como o recapeamento com saibro da Estrada Rio do Julio, antiga Estrada do Macaquinho, no município de Schroeder, tendo em vista o turismo urbano e rural. A estrada liga Joinville a Schroeder e propiciará melhores condições turísticas para aquela região.

É uma reivindicação dos moradores do município de Schroeder, que a utilizam para ir a Joinville tratar de questões de saúde, de educação. Caso contrário, precisam dar uma volta de quase 60km para chegar à cidade de Joinville e há o compromisso do governo do estado de fazer a abertura daquela estrada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esta Presidência comunica também que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 0319/2009, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 0325/2009 e 0331/2009, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0328/2009, 0329/2009 e 0330/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0332/2009,

0333/2009 e 0334/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 0624/2009, de autoria do sr. deputado José Cardozinho; 0625/2009, 0626/2009, 0627/2009, 0628/2009, 0629/2009, 0630/2009, 0631/2009 e 0632/2009, de autoria do sr. deputado Reno Caramori; 0633/2009, de autoria do sr. deputado Cesar Souza Júnior; 0634/2009 e 0635/2009, de autoria do sr. deputado Adherbal Deba Cabral; 0636/2009, 0637/2009, 0638/2009, 0639/2009 e 0640/2009, de autoria do sr. deputado Dirceu Dresch; 0641/2009, de autoria do sr. deputado Serafim Venzon, e 0642/2009, de autoria do sr. deputado Darci de Matos.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário a seguinte matéria:

Requerimento de autoria do sr. deputado José Cardozinho, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor da Brasil Telecom, solicitando a ampliação da rede de telefonia fixa e móvel na localidade de Arataca, no município de São João Batista.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Moção de autoria da sra. deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao presidente da República, ao ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense e aos líderes dos partidos políticos no Congresso Nacional, solicitando empenho na aprovação do Projeto de Lei Complementar n. 0152/2008.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria da comissão de Agricultura e Política Rural, a ser enviada ao presidente da República e aos ministros do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, apelando por medidas emergenciais visando à renegociação do pagamento das parcelas do crédito fundiário e do programa estadual Terra Boa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria da comissão de Agricultura e Política Rural, a ser enviada ao presidente da República e aos ministros do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, apelando por medidas emergenciais visando à securitização com 20 anos de prazo e à concessão de bônus de 50% para pagamento em dia das parcelas das dívidas

de custeio e investimento já prorrogadas das safras anteriores, referentes ao Pronaf e ao Proger Rural Familiar.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria da comissão de Agricultura e Política Rural, a ser enviada ao presidente da República e aos ministros do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, solicitando medidas emergenciais que visem à renegociação das dívidas dos agricultores familiares em condições peculiares e com critérios de pagamento passíveis de serem adimplidos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviada aos presidentes do Senado e da Câmara Federal, à bancada catarinense na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, pedindo apoio à aprovação da reforma política e urgência na votação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, concordo com a reforma política, mas eu quero saber de que parte da reforma política essa moção trata. Ela se refere ao voto em lista fechada?

Talvez possa apoiar, pois entendo que a reforma política deva ser feita, contanto que não haja essa história de lista fechada - e quero deixar isso bem claro -, porque se for para aprovar, quero que fique aqui registrado o meu voto. Queremos a reforma política; queremos fidelidade partidária; talvez queiramos a cláusula de barreira; queremos um monte de coisas, menos o voto em lista fechada.

Eu quero apenas registrar a minha posição no encaminhamento dessa moção: se estiver incluído na moção o voto em lista fechada, o meu voto será contra o encaminhamento da moção ao Congresso Nacional.

O Sr. Deputado José Cardozinho - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado José Cardozinho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARDOZINHO - Sr. presidente, sou favorável ao posicionamento do líder do governo, até

porque estamos recebendo diariamente, no gabinete, informações sobre a reforma política, mas não temos conhecimento do que ainda pode ser votado. Há grande divergência em nível nacional e municipal e no estado não é diferente.

Portanto, não tem sentido a aprovação dessa moção e a minha posição é a de acompanhar o líder do governo quanto a essa moção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esta Presidência informa que a matéria aprovada na comissão de Constituição e Justiça do Senado é a que prevê o voto em lista, juntamente com outras alterações propostas. É evidente que a moção trata justamente disso. Quem votar contra ou a favor obviamente que estará encaminhando dessa forma.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, de acordo com o que o deputado Elizeu Mattos falou aqui, nós temos uma posição muito idêntica em relação a esse absurdo que estão querendo colocar em prática neste país, que é acabar de uma vez por todas com a possibilidade de o cidadão cobrar do seu representante a sua posição, a sua dignidade, a sua maneira correta de agir como homem público.

Eu tenho dúvidas quanto à moção, porque ela não cita nada. Eu tenho dúvidas se dentro do bojo dessa moção não se quer avançar também na questão do voto em lista fechada, dispositivo ao qual eu sou radicalmente contra.

Portanto, eu vou abster-me de votar nessa moção, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - O deputado Pedro Uczai não está presente, mas quero ratificar mais uma vez, srs. deputados, até porque esse debate interessa a todos nós e é importante que cada um expresse sua posição de uma forma muito clara, que é evidente que o que foi aprovado na comissão de Constituição e Justiça do Congresso Nacional é a reforma com o voto em lista. Quando há um pedido de apoio à reforma política é evidente que também se está apoiando o voto em lista. Não é necessário o deputado estar presente para explicar, pois com certeza ele colocou dessa forma para não citar os itens que fazem parte da reforma política, mas já está intrinseco que é a proposta aprovada na comissão de Constituição e Justiça do Senado.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - De fato o que se está discutindo no Congresso Nacional é o projeto de lei de autoria do deputado Ibsen Pinheiro, que é o relator, e tenho em mãos uma cópia dele.

O art. 6º diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Art. 6º. Os atuais detentores de mandato que até cinco dias antes da convenção para a escolha dos candidatos fizerem comunicação por escrito ao órgão da direção regional ou municipal pertinente, a sua intenção de concorrer ao mesmo cargo nas eleições de 2010 ou de 2012 terão os seus nomes alinhados nos primeiros lugares das listas preordenadas dos respectivos partidos, na ordem decrescente dos votos obtidos nas eleições de 2006 e 2008, respectivamente, salvo deliberação em contrário."

Portanto, não podemos jamais aprovar esta moção e somos contrário ao voto em lista pelas razões que já declinamos. Os partidos vão virar balcão de negócios, sobretudo, sr. presidente, porque vamos esconder os corruptos atrás da lista.

Eu cito aqui o caso do deputado Sérgio Moraes, do PTB do Rio Grande do Sul, que viu estampada nos jornais uma declaração sua referente ao processo na comissão de Ética contra o deputado do castelo: "A opinião pública que se fixe!" Como vamos tirar um deputado como esse do Parlamento senão através do voto direto?

Por isso, sr. presidente, direta sempre, indireta jamais. Sou contra o voto em lista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esta Presidência informa que a votação será nominal, até porque temos posições divergentes e há necessidade de 21 votos para deliberação.

Então, solicito aos srs. deputados que registrem a sua presença, para ver se há quórum para deliberarmos.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Srs. deputados, eu entendo que a moção de autoria do deputado Pedro Uczai - é uma pena que o deputado não esteja presente neste momento - é aquilo que todos nós desejamos. Nós queremos ou não discutir uma reforma política? Nós precisamos ter consciência do que queremos que o Congresso discuta. Eu acho que o Congresso precisa discutir uma reforma política. Eu quero perguntar a todos o seguinte: o que foi votado no Congresso Nacional nos últimos seis anos? Muito pouco. Por quê? Porque o Poder Executivo atropela o Congresso Nacional com medidas provisórias.

Então, se nós quisermos mudar essa situação que aí está - e não quero dizer que a solução seja o voto em lista fechada -, temos que encontrar uma forma democrática de dar ao Poder Legislativo a capacidade de legislar sem ficar comprometido com aqueles que financiam as campanhas políticas.

Eu não li o teor da moção de autoria do deputado Pedro Uczai, sr. presidente, mas acho que todos vão entender que precisamos discutir uma reforma política, uma reforma partidária, para termos muito mais transparência naquilo que queremos aprovar.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, já me pronunciei, na semana passada, contra o voto em lista.

Eu faço uma proposta, até dentro do que foi colocado aqui pelo líder do governo, deputado Elizeu Mattos: seremos favoráveis à moção desde que seja retirada a possibilidade do voto em lista. Repito, somos favoráveis à reforma política, desde que não esteja embutido nela a questão do voto em lista.

Mas quero exemplificar rapidamente o seguinte: o CQC entrevistou seis deputados e perguntou-lhes o que significava a sigla FGTS. Nenhum deles soube responder. Perguntou-lhes também o que significava BNDES, pois haviam acabado de votar uma medida provisória de R\$ 100 bilhões para o BNDES, mas ninguém sabia o significado da sigla. Depois perguntaram a oito deputados qual o valor do salário mínimo que eles tinham acabado de aprovar e eles disseram que não sabiam.

Que tipo de parlamentares temos na Câmara Federal?! E a lista vai exatamente perpetuar essa classe que a cada dia mais vem colocando a classe política na lata do lixo.

Então, eu sou completamente contra o voto em lista porque os partidos têm dono e continuarão tendo dono.

Por isso sou contrário a essa moção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Consulto o autor, deputado Pedro Uczai, se deseja esclarecer aos srs. deputados se a moção de sua autoria visa também ao apoio ao voto em lista ou é apenas à reforma política, pois essa é a dúvida pertinente de todos os deputados, que merece ser esclarecida antes de ser votada a moção.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, nós apresentamos esta moção para que o Congresso discuta e vote este ano a reforma política. É somente isso que estamos propondo nessa moção. Na semana que vem e nas próximas semanas iremos discutir o conteúdo, o mérito, as diferentes proposições. Agora, não é possível que não seja feita uma reforma política neste país do jeito que estão o processo e a lei eleitoral.

Portanto, a proposta não entra no mérito de financiamento público, de voto em lista, de fidelidade partidária ou qualquer que seja o conteúdo específico de reforma, até porque há várias propostas.

A única coisa que eu quero que esta Casa se manifeste é quanto à posição do Parlamento catarinense, que quer discutir e construir uma reforma política, que certamente será uma reforma democrática, porque eu entendo que o Congresso Nacional é democrático, é um espaço aberto, e nós precisamos efetivamente de algumas mudanças na lei eleitoral e na questão partidária.

Na semana que vem irei pronunciar-me sobre o mérito, sobre o voto em lis-

ta, sobre a fidelidade partidária e sobre o financiamento.

No momento, no que se refere à nossa moção, é só apoiar. Queremos ou não reforma política? A Assembleia Legislativa quer que haja reforma política.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Souza Júnior, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, eu respeito a posição do deputado Pedro Uczai, mas já existe, nobre colega, um projeto de reforma política em tramitação no Congresso Nacional.

Então, se aprovarmos aqui apenas um texto tão genérico pode gerar a interpretação de que todos nós somos favoráveis àquela reforma política que está colocada no Congresso Nacional, através do projeto de autoria do deputado Ibsen Pinheiro, do Rio Grande do Sul.

Eu até recomendaria a retirada da matéria, para não termos que ir para o voto neste momento, porque a proposta de reforma política já existe, está lá estabelecida, colocada, com diversos pontos polêmicos que envolvem questões muito complexas e que, a meu ver, não estão tendo a discussão que merece uma modificação tão profunda no Brasil.

Todos nós somos favoráveis à reforma política, ninguém está satisfeito com o sistema político-eleitoral que temos no Brasil, mas essa reforma tem pontos polêmicos, como o voto em lista, o financiamento público de campanha, que vai custar mais de um R\$ 1 bilhão para o contribuinte brasileiro.

Falo de cadeira, não falo em nome do partido nem em nome da bancada, falo como cidadão. Eu teria uma posição muito tranquila no meu partido no voto em lista, ocuparia a primeira posição, mas pessoalmente sou contrário. Acho que isso distancia o parlamentar do seu eleitor. O sistema distrital aproxima e o voto em lista distancia, induz ao caciquismo e é muito polêmico.

Portanto, como está colocado o texto, não voto favorável e peço ao proponente que, se possível, retire esta moção, porque como está implica em apoiar a reforma política como está colocada no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - A Presidência solicita aos srs. deputados que registrem sua presença para a verificação de quórum.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, com todo respeito que tenho ao deputado Pedro Uczai, tenho que lembrar que na moção consta a seguinte redação:

(Passa a ler.)

"Manifestando aos presidentes do Senado e da Câmara, à bancada catarinense na Câmara dos Deputados e no

Senado Federal, apoio à aprovação da reforma política e solicita urgência na votação.”[sic]

Além disso, o deputado Pedro Uczai falou, srs. deputados, mas não esclareceu muito o assunto. Sou contra o voto em lista, já fiz um pronunciamento a respeito nesta Casa, e sou a favor de uma reforma, sim.

Então, eu peço ao deputado Pedro Uczai que retire esta moção para que possamos detalhá-la melhor, porque assim como está é praticamente unânime a rejeição. Sou contra o voto em lista, repito, acho um absurdo e entendo que político nenhum tem o direito de empurrar goela abaixo coisa alguma. Tenho certeza de que o deputado terá bom senso e retirará a matéria da pauta da Ordem do Dia.

Obrigada, sr. presidente.

O Sr. deputado Rogério Mendonça - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Eu creio, e entendi muito bem, que a proposta do deputado Pedro Uczai é muito clara, ou seja, colocar essa moção em votação para apressar a reforma política. E uma das propostas é essa do deputado Ibsen Pinheiro. Há mais de 20 propostas tramitando, são muitas propostas, de muitos deputados. Então, o que se propõe é que se vote, porque não se pode ficar a vida toda discutindo, porque apenas discutindo não se vota. Agora, só se pode votar até setembro.

Eu pessoalmente sou favorável, sim, ao voto em lista fechada. Acho que no Brasil esse é o caminho para podermos melhorar a política e para os partidos serem fortes e respeitados. Mas, independentemente da minha posição, a proposta do deputado Pedro Uczai é muito clara, cristalina, fácil de entender. O que ele pede é simplesmente que se apresse a votação da reforma política. E lá em Brasília os deputados vão ter diversas propostas para discutir e ver aquela que democraticamente mais serve para o Brasil.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Antes de conceder a palavra à sra. deputada Ana Paula Lima, gostaria de registrar que esse é um debate de cunho político importante e por isso é preciso que se tenha clareza do seu conteúdo.

O projeto que está tramitando no Senado é um projeto do qual consta o voto em lista fechada, que já foi aprovado na comissão de Constituição e Justiça e nas demais comissões e que está pronto para ir a plenário.

Então, não existem várias matérias tramitando. O que existe é uma matéria pronta para votação. E a partir do momento em que se pede agilidade na tramitação dessa matéria...

(Manifestação fora do microfone.)

Não, eu estou apenas esclarecendo. E v.exa. tem todo o direito de votar da forma que bem entender.

Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima, para encaminhamento de votação.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, acho que já se vem arrastando há muito tempo essa discussão no Congresso Nacional. E a oportunidade é agora para aperfeiçoarmos o que está sendo discutido. Nós não podemos perder essa oportunidade, porque não cabe mais no Brasil esse troca-troca, essa negociata de partidos políticos vendendo o seu horário eleitoral. É gente fazendo partido para daqui a pouco negociar. E o Congresso Nacional pode dar, sim, uma grande contribuição, assim como a nossa Casa, no sentido de apressar essa discussão. Senão, sras. deputadas e srs. deputados, vai acontecer o que aconteceu com os vereadores do Brasil. Como o Congresso Nacional não decidiu, quem o fez foi o Poder Judiciário. Vamos enfrentar essa discussão com lista, sem lista, mas temos que discutir, aperfeiçoar. É dessa forma que vamos avançar.

Não podemos mais conceber que milhares de partidos políticos tenham dono, que sirvam para negociar na época eleitoral. Não podemos conceber também que esta Casa e o Congresso Nacional não consigam decidir, necessitando assim de uma decisão do Judiciário. Portanto, vamos enfrentar essa discussão, com lista ou sem lista, mas temos que discutir para aperfeiçoar.

É dessa forma que vamos avançar. Nós não podemos mais conceber milhares e milhares de partidos políticos tendo donos, negociando na época eleitoral, porque chegamos nesta Casa, no Congresso Nacional e nas Câmaras de Vereadores com o voto da população e, principalmente, porque estamos em agremiações políticas. Foi a partir dos partidos políticos que chegamos aqui. Ninguém aqui fez votos para se eleger sozinho. Nós precisamos de um conjunto de eleitores para estar aqui presentes.

Por isso, sr. presidente, não vamos deixar o Judiciário decidir novamente, porque tem que ser uma proposta dos deputados e dos senadores. E eu acho que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina tem que dar a sua contribuição, porque daqui a pouco não adiantará mais, porque a nossa voz e o nosso voto não terão vez.

Temos, sim, que apoiar a discussão da reforma política; por isso, sou a favor da moção do deputado Pedro Uczai.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado Décio Góes, v.exa., por gentileza, poderia registrar a sua presença para que nós possamos ter quórum para deliberar?

DEPUTADA ADA DE LUCA presente
DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL
DEPUTADA ANA PAULA LIMA presente
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR presente
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR presente
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO presente
DEPUTADO DARCI DE MATOS
DEPUTADO DÉCIO GÓES presente
DEPUTADO DIRCEU DRESCH presente
DEPUTADO EDISON ANDRINO
DEPUTADO ELIZEU MATTOS presente
DEPUTADO GELSON MERÍSIO presente
DEPUTADO GENÉSIO GOULART
DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN presente

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS presente
DEPUTADO JAILSON LIMA
DEPUTADO JEAN KUHLMANN
DEPUTADO JOARES PONTICELLI
DEPUTADO JORGINHO MELLO
DEPUTADO JOSÉ CARDOZINHO presente
DEPUTADO JOSÉ NATAL presente
DEPUTADO KENNEDY NUNES
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA
DEPUTADO MANOEL MOTA
DEPUTADO MARCOS VIEIRA
DEPUTADO MOACIR SOPELSA presente
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO
DEPUTADO NILSON GONÇALVES presente
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA
DEPUTADO PEDRO UCZAI presente
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS
DEPUTADO RENATO HINNIG
DEPUTADO RENO CARAMORI presente
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA presente
DEPUTADO ROMILDO TITON
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES presente
DEPUTADO SERAFIM VENZON
DEPUTADO SILVIO DREVECK presente
DEPUTADO VALMIR COMIN presente

O sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, chegou a hora da reforma política deslançar. Não podemos agora, sob o pretexto de que há uma proposta no Congresso Nacional, deixar as coisas de lado. E parabênizos os deputados federais, que finalmente vão para o debate. Mas isso não significa que o voto em lista vá passar, tenho muitas dúvidas a esse respeito. No entanto, precisamos enfrentar essa discussão, pois é impossível continuar da forma como está a questão política no Brasil.

Nobres pares, o nosso partido fez uma proposta de construir uma Constituinte específica para fazer a reforma política, porque não acredita que os deputados que lá estão farão uma reforma. Por quê? Porque eles vão olhar para si mesmos e só depois é que vão olhar para o conjunto da sociedade. E isso é muito ruim. Nós temos que fazer uma reforma política de fato para o futuro, para a democracia crescer no Brasil e termos partidos fortes.

Nós achamos que o nosso partido, o PT, está pronto para o voto em lista fechada. Estamos nos preparando para isso e estamos apoiando aqui, mesmo que parte da nossa bancada federal não seja favorável - a nossa bancada não é unânime nessa questão -, mas a grande maioria está caminhando, está rumando, para aprovar a reforma política. O que não significa que o voto em lista fechada seja o motivo central.

Acho que devemos aprovar aqui a moção do deputado Pedro Uczai, a fim de apressar a reforma política. Como ela vai ser, é um debate que irá correr solto nos próximos meses. Mas é preciso fazê-la.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, acho que há alguns equívocos aqui.

A moção pede que o Congresso Nacional acelere a votação daquilo que está tramitando. Não somos nós, parlamentares estaduais catarinenses e de estado nenhum, que temos a prerrogativa de opinar lá no Congresso se será voto em lista fechada ou não. O que nós precisamos e o que a sociedade brasileira está cobrando é justamente que se faça uma reforma para que se acabe com essas negociatas que existem por aí todos os dias.

Se queremos um Parlamento forte, precisamos de partidos fortes, cinco, seis ou sete, mas partidos que tenham representação realmente e que representem a sociedade catarinense no seu todo. Porque da maneira como estamos, há negociata todos os dias; todo mundo é alugável, é vendável.

O que precisamos realmente é que o Congresso assuma a sua responsabilidade, porque nós, aqui, vamos assumir a nossa. O Congresso Nacional que assuma a sua responsabilidade e que realmente dê prosseguimento, andamento rápido ao projeto em tramitação.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, a importância de aprovarmos essa proposição do deputado Pedro Uczai é porque queremos, sim, a reforma política. Mas quem vai decidir isso é o Congresso Nacional. Por isso, acho que devemos votar a favor da proposição do deputado Pedro Uczai.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, vou fazer uma proposta.

Vamos deliberar sobre a moção e votaremos a favor se houver um adendo afirmando a nossa posição contrária ao voto de lista. Pronto, se houver isso, estará resolvido! Porque o que está pegando é o voto em lista fechada. É isso que está pegando!

Então, faço uma sugestão verbal ao deputado Pedro Uczai: apoiamos a moção com um adendo manifestando contrariedade ao voto em lista fechada.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Considerando, sr. presidente, que o projeto do deputado Ibsen Pinheiro já obteve 167 assinaturas, considerando que passaram a patola por cima de todas as comissões e que já está em plenário, sou contra a moção do deputado Pedro Uczai.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Pedro Uczai, acho que é profícuo o debate porque esse é um tema de exposição pública, de cunho político. Além disso, sentir-me-ia desconfortável de encaminhar a matéria havendo dúvidas, porque o que está em discussão, hoje, não é a reforma política que todo o Brasil sabe ser necessária, pertinente, é o voto em lista fechada. Parece-me que essa é a parte importante que merece ser discutida. A votação é menos importante do que a própria discussão que estamos travando. Quanto ao debate, parece-me profícuo.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Quero concordar, mas não da forma como o deputado Elizeu Mattos encaminhou. Quando eu propus essa moção, era para que houvesse um entendimento nesta Casa sobre a importância que o Parlamento catarinense dá à discussão da reforma política, eis que ela tem muitos aspectos. Agora, por exemplo, está pegando a questão do voto em lista fechada.

Eu quero apresentar uma proposição de requerimento para fazer o debate sobre o voto em lista fechada, ou fidelidade partidária, ou financiamento público. Então, o que temos que fazer? Se aprovarmos essa moção, é porque existe o desejo de que a reforma política seja feita. Acho que dá para votar. Até queria que fosse votação nominal, para que cada deputado pudesse manifestar a sua posição a favor ou não dessa reforma. Quanto ao mérito dos pontos, inclusive esse da lista fechada, vou propor uma moção para que possamos fazer aqui esse debate num outro momento.

Amanhã, eu apresentaria a moção, e qualquer outro deputado poderia apresentar uma moção contrária, no sentido de debatermos o mérito, a questão que o deputado Reno Caramori levantou sobre siglas de aluguel, porque isso é uma excessão, e as nossas eleições estão-se tornando nada democráticas e sem qualquer fortalecimento dos partidos políticos. Se não dermos respostas para a sociedade brasileira, os escândalos vão continuar, o "mensalão" vai continuar, e aí vamos fazer discurso de Situação e Oposição aqui.

Então, o que queremos hoje é saber quem é contra e quem é a favor da reforma política. Quanto ao mérito, deixaremos para discutir nos próximos dias, com as moções que vamos apresentar. Inclusive, deputado Elizeu Mattos, se v.ex.a. apresentar aqui uma moção contrária ao voto em lista fechada posicionar-me-ei sobre ela. Vou-me manifestar, vou votar a favor ou contra no debate do mérito da questão do voto em lista. E a maioria do Parlamento poderá definir sobre o voto em lista fechada.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, como eu fiz uma proposta e

não deu certo, acho bom votar. E eu vou votar contra. Está incluído o voto em lista fechada na proposta? É claro que está.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em votação.

O processo de votação será nominal, pelo painel eletrônico.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	não
DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	não
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	
DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN	não
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO JOSÉ CARDOZINHO	não
DEPUTADO JOSÉ NATAL	não
DEPUTADO KENEDY NUNES	
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Lembro que precisaremos de 21 votos para que haja quórum para deliberação. Não havendo quórum, essa matéria voltará na pauta da Ordem do Dia da próxima sessão.

Consulto se todos os srs. deputados votaram.

Está encerrada a votação.

Votaram 19 srs. deputados.

Temos dez votos "sim" e nove votos "não".

Como não alcançamos os 21 votos necessários, pois apenas 19 srs. deputados votaram, a matéria voltará na pauta da Ordem do Dia da próxima sessão.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, só para constar que havia quórum para votar e alguns srs. deputados se negaram a votar. Foi isso que complicou, porque se o deputado marcou a sua presença, significa dizer que estava em plenário e que teria que, no mínimo, abster-se de votar, mas não

virar as costas, sair do plenário e deixar em aberto a discussão.

É isso que quero que fique registrado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - É regimental o direito de não exercer o direito de voto, exatamente para não dar quórum.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Já está encerrada a votação, deputado Peninha.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Eu também gostaria de registrar que quórum para deliberar havia, sim. Acontece que temos deputado que não tem posição. Agora, é regimental sair, mas dizer aqui uma coisa e fazer outra na hora de votar é muito feio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - É regimental e é uma prerrogativa do parlamentar exercer ou não o direito de voto, mesmo com a presença confirmada.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GINCARLO TOMELIN - Sr. presidente, o que foi dúvida no que aconteceu aqui na Casa é que ninguém entendeu exatamente qual era a emenda, porque todos aqui somos a favor da reforma política. E queremos uma reforma política porque é um absurdo o sistema que temos hoje.

Então, peço ao deputado Pedro Uczai que, se voltar a apresentar a moção, redija de uma forma mais objetiva, dizendo que é uma moção para fazer com que seja discutida a reforma política e não...

(O deputado Pedro Uczai se manifesta fora do microfone.)

Não é exatamente isso que está lá. São as que estão tramitando. É o momento propício, até porque o PSDB deixou a casa toda em ordem para o governo do PT. Está tudo em ordem. Fez a economia andar, a economia está blindada. E os líderes do PT podem agora ter a capacidade de discutir a reforma política.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Não há mais matéria da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Antônio Aguiar.

(Pausa)

Na ausência do deputado Antônio Aguiar, com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quando nos pronunciamos neste plenário há aproximadamente 60 dias, trouxemos para esta Casa a preocupação de que os efeitos da crise econômico-financeira internacional iria afetar o Brasil, deputado Reno Caramori, mas que iria afetar mais Santa Catarina. Nós tínhamos a segurança de que isso iria acontecer, mesmo contra a

nossa vontade. Fizemos um apelo ao governo do estado para abrir linhas de crédito para capital de giro, principalmente dos bancos de fomento, o BRDE e o próprio Badesc. Infelizmente, isso não aconteceu, e a realidade está aí.

O que diz o *Diário Catarinense* de hoje?

(Passa a ler.)

"Turbulência Global

Emprego em SC é o pior na década

Santa Catarina criou 836 empregos formais em abril deste ano, variação de 0,05% sobre março. Apesar de o saldo ser positivo, o resultado é o pior para o mês desde 1998, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

No acumulado do primeiro quadrimestre, o Estado gerou 12.624 postos de trabalho, o pior resultado para o período em dez anos.

[...]

Os comparativos foram divulgados pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine).

Com exceção da indústria de transformação e da agropecuária, os demais setores catarinenses apresentaram variação positiva no balanço de abril. Os segmentos de serviços (2.394 vagas) e o comércio (935 vagas) foram os que apresentaram os melhores resultados no mês."[...][sic]

Lamentavelmente a indústria de transformação teve um saldo de -1.549; a construção civil, 644; o comércio, 935; serviços, 2.394; administração pública, 684, e agropecuária, -2.415.

Srs. deputados e sras. deputadas, há uma crise em Santa Catarina e em todo o Brasil. Ela não vai passar rapidamente e nós vamos continuar crescendo pouco ou quase nada. As autoridades econômicas brasileiras, que previam no final do ano passado e início deste ano um crescimento na ordem de 4%, aproximadamente, estão falando em 0,1%, um pouco mais ou até um pouco menos. Tomara que o Brasil reaja e que nós possamos ter um crescimento lento. É importante que voltemos a crescer e que esse crescimento seja de longo prazo.

Creio que a situação européia é a mais crítica no cenário mundial, mas os Estados Unidos também estão com problemas seriíssimos. No entanto, acredito que os Estados Unidos superarão essa situação com mais agilidade do que a própria Comunidade Européia. Por conta disso, o Brasil também é atingido, bem como Santa Catarina, um estado exportador, que já vinha sofrendo não somente com os efeitos da crise internacional, mas com problemas sérios por conta da questão cambial, das altas taxas de juros, da alta carga tributária que tem sido o calo da economia brasileira.

Assim como a reforma política é prioritária, srs. deputados, a reforma tributária não é diferente. Ela é indispensável para tornar o Brasil competitivo e, mais do que isso, é responsável pela economia catarinense. Como falava, alguns setores da economia catarinense já vinham com problemas há três anos: o setor moveleiro, madeireiro; o setor têxtil e o setor calçadista, que vêm superando suas dificuldades aos poucos. Mas o nosso problema continua existindo.

Medidas governamentais têm sido tomadas pelo governo, tanto estadual quanto federal, e têm sido focadas para algumas atividades econômicas, como a cadeia produtiva do setor de autopeças, automobilístico. Mas não é somente atuando com relação ao setor automobilístico ou da construção civil que vamos recuperar a situação da economia. Nós precisamos, sim, de uma redução de impostos para todas as atividades econômicas, para todas as atividades industriais, no sentido de tornar o Brasil um país competitivo e de, ao mesmo tempo, dar oportunidade de emprego e renda, que é o mais importante para alavancar a economia e beneficiar as pessoas.

Há poucos instantes, falava aqui o deputado Antônio Aguiar, representante da região norte, que amanhã, em São Bento do Sul, no pavilhão da Promosul, acontecerá a Móvel Brasil - 2009. E nós estaremos lá, às 10h, participando da sua abertura, que por circunstâncias da economia externa está voltada para o mercado interno. E isso não acontece do dia para a noite, é preciso novamente mudar os processos, a estrutura da empresa, ou seja, voltá-la para o mercado interno adaptando os produtos para o mercado brasileiro.

É importante ressaltar que essa feira tem efeitos não só para São Bento do Sul e para o planalto norte, mas estende-se para Caçador, para o oeste catarinense, que também tem um polo moveleiro forte e já deu uma demonstração de como fazer arranjos produtivos locais com resultado.

Então, esperamos que essa feira possa novamente fortalecer a cadeia produtiva de móveis e de madeira e, por consequência, voltar a gerar oportunidades de trabalho e renda, porque a economia da nossa região perdeu muito, deputado Reno Caramori - e na sua terra, Caçador, não foi diferente -, quando o setor moveleiro e madeireiro entrou em colapso.

Nós continuamos batalhando na esfera federal para que esse setor de exportação possa ter novamente o Crédito-Prêmio de IPI, porque, infelizmente, não foi contemplado na Medida Provisória n. 449. Estamos fazendo um apelo para que seja incluído na Medida Provisória n. 451. E também aqui, no estado, precisamos reduzir os impostos para arrecadar mais. Essa, de fato, pode ser a condição para melhorar tanto a economia catarinense quanto a geração de emprego no estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, pessoas que nos acompanham nesta sessão, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, queria repercutir aqui a audiência pública realizada na manhã de hoje, no Auditório Antonieta de Barros da Assembléia Legislativa, numa iniciativa do deputado Pedro Uczai, que vem acompanhando o movimento pela criação da Defensoria Pública no estado de Santa Catarina.

Santa Catarina é o único estado da federação que não tem Defensoria Pública,

21 anos depois de a Constituição Federal ter determinado a obrigatoriedade da criação desse serviço à população. Evidentemente, não temos nada contra os advogados que atuam na Defensoria Dativa, mas está mais do que evidente que essa modalidade não está dando conta da situação. É só observarmos que nas nossas cadeias, nos nossos presídios, no sistema prisional não encontramos um rico sequer. Todos os presos em Santa Catarina são pobres. Se houver alguma exceção, é exceção mesmo. Isso indica que o acesso à Justiça no Brasil ainda é para quem tem dinheiro, para quem tem recursos financeiros.

Como policial militar, trabalhei durante 15 anos no sistema prisional e acompanhei muitos detentos sentenciados até o Poder Judiciário, às varas de execução penal, até os juizes criminais da capital e de outras cidades, muito mais do que uma vez. Ao chegar lá, quando o juiz perguntava: "Tens advogado"? Eles respondiam: "Não, senhor". Ai o juiz pedia para alguém ligar e um tempo depois aparecia um advogado, cansado de andar pelo corredor, pelas escadas, que assumia o caso para fazer a defesa do indivíduo que já estava preso há meses. Então, aparecia, ali, pela primeira vez, um advogado em sua defesa, que dava uma folheadinha nas folhas do processo, e a audiência seguia normalmente. Ora, isso não dá para caracterizar uma defesa efetivamente.

Um país em que a criminalização da pobreza é acompanhada pela criminalização dos movimentos populares não pode abrir mão de uma instituição pública gratuita, acessível a todos, para fazer a defesa das pessoas em geral e a defesa da sociedade, porque o estado está bastante preparado para a sua defesa e, via de regra, também para a defesa de setores economicamente dominantes.

Quero parabenizar o deputado Pedro Uczaí e todos os que lutaram por esse serviço em Santa Catarina e desde já adiantar o nosso irrestrito apoio à criação da Defensoria Pública no estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Pedro Uczaí - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczaí - Deputado Sargento Amauri Soares, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz agora e também pela manifestação que fez hoje pela manhã, na audiência pública, em defesa da Defensoria Pública em Santa Catarina.

Como v.exa. deixou bem claro, não é para criar cargo de carreira de servidor público do estado, é para servir e dar direito de acesso à Justiça aos mais pobres deste estado. Santa Catarina é o único estado do país que ainda não implantou a Defensoria Pública e é um mau exemplo para o Brasil não constituir defensores públicos para aqueles que mais precisam. Para que existe governo, para que existe estado? Para fazer segurança pública, educação e saúde de qualidade e para dar acesso à Justiça àqueles que mais precisam.

Por isso, o governo do estado tem que inverter essa lógica que vem construindo nos últimos tempos, com uma política que, muitas vezes, favorece setores da sociedade abastados economicamente, em detrimento do direito fundamental à segurança pública, e v.exa. é um grande lutador em defesa dos funcionários, dos trabalhadores, e do próprio povo. Defender funcionários da área pública, da Segurança, da Educação e da Saúde é defender o povo de Santa Catarina.

Por isso, quero parabenizá-lo. Nós estamos nessa luta porque é uma questão de

princípios e de justiça para com o povo de Santa Catarina. Queremos que este governo tenha um mínimo de sensibilidade e implante, a exemplo dos outros estados, a Defensoria Pública em Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Pedro Uczaí.

Mais uma vez gostaria de parabenizar v.exa. e todos os que lutam por essa importante causa para a sociedade catarinense.

Deputado Pedro Uczaí, no último domingo, tirei um tempinho para fazer recortes dos jornais, o que às vezes é também uma espécie de *hobby*, e encontrei algumas pérolas, dentre as quais quero ler uma. É uma pequena nota publicada na coluna *Canal Aberto*, do colunista Cláudio Prisco Paraiso, no sábado, dia 16 de maio.

Diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Revolta

Com a assinatura da lei que contempla os fazendários, dentro da estratégia do governo LHS de buscar aumento da arrecadação, ficou pesado o clima entre os oficiais da Polícia Militar. A insatisfação é quase generalizada, inclusive em setores sabidamente governistas.

Durante os últimos dois anos e mais enfaticamente nas manifestações dos praças no final de 2008, o governo assegurou ao comando da PM que a primeira área a ser contemplada com reajuste seria a da segurança.

O comando da PM tem agido com rigor na aplicação dos regulamentos e processos disciplinares, diante da prática de insubordinação, e agora os oficiais sentem-se traídos pelo Centro Administrativo."

Isso foi o que escreveu Prisco Paraiso no jornal *A Notícia*, no último sábado, e é evidente que o colunista não tirou essa informação das nuvens, alguém, evidentemente, conversou com ele, encaminhou-lhe alguma nota por escrito, para que fizesse essa manifestação, em que os oficiais sentem-se traídos pelo Centro Administrativo, porque o governo teria assumido o compromisso de atender primeiro a Segurança Pública e para isso os oficiais estariam agindo com mais rigor na aplicação dos regulamentos militares.

A coluna dá a entender que alguém, no mês de dezembro ou antes disso mesmo, nos anos anteriores, nos últimos dois anos, teria feito uma troca com o governo do estado, uma troca mais ou menos assim: nós entregamos a cabeça dos praças numa bandeja e o governo contempla, então, de forma especial o nosso segmento, o oficialato da Polícia Militar.

Temos acompanhado, de forma não oficial, rumores de que existiria a possibilidade de os delegados da Polícia Civil receberem uma gratificação, um atendimento diferenciado, ou talvez o conjunto dos policiais civis. Era só o que faltava neste estado de Santa Catarina e na nossa Segurança Pública! Lá, no mês de dezembro e antes disso, nós convidamos e buscamos diálogo com os oficiais, com o comando, com os oficiais dirigentes desse segmento no sentido de agirmos juntos na busca do cumprimento da Lei n. 254. Mas não só eles não toparam como estão usando rigor na aplicação dos regulamentos disciplinares, e agora estão-se sentindo traídos pelo Centro Administrativo.

O que estaria acontecendo de fato nos bastidores da Segurança Pública, nos bastidores do Centro Administrativo? Quais são os acordos mais ou menos velados que

alguém fez no âmbito das secretarias, do comando-geral, nos corredores do Centro Administrativo com relação a situação salarial da Segurança Pública? Essa é a grande questão. Só falta agora os policiais civis, especialmente os delegados, darem mais um salto sobre as nossas costas. Mas talvez assim muitas pessoas dentro da Polícia Militar, especialmente setores da cúpula, entendam que o governo Luiz Henrique não quer resolver o nosso problema, está, sim, apostando cada vez mais na divisão dos segmentos para, cada vez menos, atender as demandas e as reivindicações salariais dos servidores da Segurança Pública de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigado!

Sr. presidente, srs. deputados e público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, hoje realizamos mais uma audiência pública através da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, por proposição do deputado Pedro Uczaí. Foi a terceira audiência pública deste ano. Fizemos audiências públicas nas cidades de Chapecó, Joinville e Blumenau e faremos em outras regiões que também solicitaram.

Mas o meu pronunciamento hoje, deputado Pedro Uczaí, também é para dar parabéns ao movimento que fez uma cartilha explicativa para a nossa população orientando sobre o papel do defensor público. Por que Santa Catarina é o único estado da federação que ainda não tem essa modalidade?

Aproveito a data de hoje, 19 de maio, Dia Nacional do Defensor Público, para dar parabéns a esse profissional. Quero dizer que fizemos um bonito debate com a participação popular, hoje pela manhã, sobre esse assunto. A Defensoria Pública, o defensor público é para quem precisa e à Justiça, deputado Pedro Uczaí, todos devem ter acesso!

Por isso, insistimos para que esse clamor da nossa comunidade se concretize no estado de Santa Catarina. Nada contra a Ordem dos Advogados do Brasil e nada contra os advogados da Defensoria Dativa, mas nós ainda necessitamos do defensor público neste estado e tenho certeza de que este ano, com a sensibilização do governo e com os movimentos sociais engajados, poderemos mudar esse quadro.

(Passa a ler.)

"Praticamente, srs. deputados, todas as categorias profissionais buscaram, na história de suas composições, uma data representativa e marcante que justificasse a instituição de um dia de comemoração, reflexão e luta."

Foi o que aconteceu com a minha categoria, por exemplo, que instituiu a semana de 12 a 20 de maio para comemorar o Dia do Enfermeiro, do Auxiliar de Enfermagem e do Técnico de Enfermagem.

Aproveito a oportunidade para comentar que fizemos uma sessão especial, na semana passada, comemorando essas datas.

Mas hoje quero colocar que no último dia 15 de maio comemorou-se no Brasil o Dia do Assistente Social, uma referência ao dia em que foi aprovada a regulamentação da profissão e a instituição dos Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social.

(Passa a ler.)

A profissão de assistente social foi regulamentada no Brasil em 1957, mas as primeiras escolas de formação profissional surgiram a partir de 1936. Desde seus primórdios aos dias atuais, a profissão tem-se redefinido. Nasce sob forte influência religiosa, com base caritativa, após adota o tecnicismo funcionalista e nas décadas de 60 a 90 inicia o processo de re-conceituação instituindo um projeto profissional de ruptura com as bases teóricas conservadoras.

O Serviço Social passa a incorporar o compromisso com os interesses e necessidades das classes populares. Nesse processo dialético torna hegemônico um projeto político profissional situado no âmbito das relações sociais, politicamente orientado, inserido no processo de luta de classes e crítico do sistema capitalista gerador das desigualdades sociais, de exclusão, exploração e dominação.

A (o) assistente social é aquela (le) profissional que majoritariamente atua nas sequelas da questão social, que se revelam nas desigualdades sociais e econômicas, manifestadas na pobreza, violência, fome, desemprego, carências materiais e existenciais, entre tantas outras. E nesse momento é que o assistente social faz o seu papel de mediador, conciliador e também de crítico a alguns projetos governamentais.

Está lá, propondo e gestando políticas públicas, ocupando-se de problemáticas relacionadas a crianças moradoras de rua, em trabalho precoce, com dificuldades familiares ou escolares, sem escola, em risco social, com deficiência, sem família, drogadictas, internadas, doentes."

E ontem, dia 18 de maio, nós também estávamos nesta Casa debatendo um tema que nos aflige muito, que nos incomoda muito, que é a questão da exploração sexual infanto-juvenil. E o assistente social é uma peça fundamental também no debate desse tema e na intermediação dessas políticas. Nós precisamos que o estado de Santa Catarina de uma vez por todas encaminhe o plano estadual de enfrentamento à exploração e ao abuso sexual infanto-juvenil.

"Dessa forma, os assistentes sociais também gerenciam os conflitos familiares aprisionados, também em conflitos na relação de trabalho, nas questões dos hospitais, nos doentes, nas pessoas portadoras de deficiência, na questão das casas asilares, na organização também de centros de convivência, hospitalizados, abandonados.

A (O) assistente social também tem contribuído efetivamente na construção e defesa das políticas públicas, a exemplo do SUS - Sistema Único de Saúde; do SUAS - Sistema Único de Assistência Social; do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente; da Seguridade Social; das políticas de habitação, participando dos conselhos municipais, estaduais, nacionais, elaborando, mobilizando e propondo as conferências para que toda a nossa comunidade possa fazer esse grande debate dos problemas que nos afetam.

Esse profissional com formação humanista, que se deixa tocar, está comprometido com valores que dignificam e respeitam as pessoas em suas diferenças e potencialidades, sem discriminação de qualquer natureza, tendo construído seu projeto ético-político profissional pautado no compromisso com a liberdade, a justiça e a democracia. E merece, sim, ser homenageada (o) neste dia dedicado a ela (ele)."

Quero dar aqui os meus parabéns a essa categoria que tem contribuído muito em nosso país e no estado de Santa Catarina,

principalmente no que diz respeito à defesa da nossa comunidade.

(Continua lendo.)

"Como parlamentar, como profissional da saúde, como militante dos movimentos sociais e populares, tenho acompanhado a atuação de muitos assistentes sociais, principalmente na luta por garantia de direitos, na luta contra os limites institucionais que excluem, na indignação frente às condições de trabalho e das dificuldades de acesso a bens e serviços, na luta pela superação das condições de sofrimento que ainda atingem tão duramente milhares de famílias no estado de Santa Catarina e também em nosso país.

Portanto, faço uma saudação calorosa e fraterna a todas e todos que, no exercício da profissão, não sucumbiram frente ao autoritarismo, não se conformaram, não temeram e não silenciaram.

Quero cumprimentar pela expressiva atuação ao longo do processo de democratização do nosso país, como, por exemplo, em plena vigência do AI-5, no triste período da ditadura, a manifestação das (os) assistentes sociais que, simbolicamente, destituíram o então presidente militar durante o 9º Congresso Brasileiro de Serviço Social, numa clara e corajosa opção política."

Então, sr. presidente e srs. parlamentares, não poderíamos deixar passar em branco esta data tão importante, que foi o dia 15 de maio, quando se comemora o Dia do Assistente Social, juntamente com os profissionais de saúde da minha categoria, a Enfermagem.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sra. deputada Ana Paula Lima, srs. deputados e catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, na reunião da comissão de Constituição e Justiça, na manhã de hoje, deputado Décio Góes, que acompanhou parte da reunião, conseguimos, deputado Valmir Comin, ver aprovado por unanimidade o projeto de lei de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que proíbe, deputado Reno Caramori, a cobrança de pedágio de todos os veículos emplacados nos municípios onde as praças de pedágio estiverem localizadas.

Esse é o teor do projeto de lei de autoria do deputado Cesar Souza Júnior. O que pretende o deputado com isso? Qual é o mérito dessa proposta, até por decisão judicial já aprovada em outro estado, ou seja, na mesma direção apresentada pelo deputado Cesar Souza Júnior? Pretende s.e.a. - e a comissão aprovou por unanimidade - que os cidadãos, os usuários, os proprietários de automóveis dos municípios onde as praças de pedágio estiverem localizadas sejam isentos do pagamento, a fim de impedir que haja uma divisão da população do município.

Vamos ao caso de Palhoça, deputado Valmir Comin, que é o principal objeto do projeto de lei. A praça de pedágio na BR-101, em Palhoça, vai dividir a população do município ao meio. A metade que está do lado de cá não vai precisar pagar pedágio para vir a Florianópolis ou até para transitar no centro de Palhoça, mas quem mora na região sul de Palhoça, se a lei não for aprovada, terá que pagar. Por exemplo, o pai de família que for levar o seu filho no colégio no centro de Palhoça, aquele que mora em Aririú Formiga, na Pinheira, enfim, em toda a zona sul de

Palhoça, terá que pagar pedágio todas as vezes que tiver que se deslocar até a sede do município.

Isso não é justo, porque parte da população do mesmo município será penalizada, ou seja, o cidadão do sul de Palhoça, apenas para atravessar a praça para ir ao centro da cidade cumprir com seus afazeres diários, terá que pagar pedágio e não transitar pelo trecho duplicado. A mesma penalidade, deputado Valmir Comin, e a mesma cobrança injusta será imposta aos 45 municípios do sul do estado. Os habitantes do grande sul do estado serão injustiçados com a cobrança desse pedágio, antes do final da duplicação da BR-101, deputado Reno Caramori.

Não quero aqui nem entrar no mérito da cobrança ou não do pedágio, porque já disse e repito que o ideal é que o estado, com essa grande carga tributária que é imposta ao cidadão, pudesse arcar com todos os seus compromissos e oferecer estradas seguras, em boas condições de trânsito e de uso, mas não o faz.

Tenho dito sempre que se o usuário pagar um preço justo e tiver a contraprestação de serviços adequados, não se recusará a pagar o pedágio.

Vamos analisar o pedágio da praça de Porto Belo. Para transitar de Porto Belo até aqui, o motorista vai pagar R\$ 1,10. Se a estrada estiver segura, bem sinalizada, com todos aqueles equipamentos que o contrato de concessão exige, ninguém vai reclamar porque é um preço relativamente baixo para trafegar quase 80km. Acho que R\$ 1,10 não é um preço exagerado, não é um preço como o que se pratica no Rio Grande do Sul, por exemplo.

Agora, com o que nós não podemos concordar - e foi neste sentido que apresentei a emenda que foi aprovada por unanimidade, na manhã de hoje - é que essa cobrança seja feita ao motorista usuário do sul do estado que, por trafegar apenas 4km no trecho duplicado, ou seja, de Palhoça a Florianópolis, terá que pagar o mesmo preço: R\$ 1,10.

Ora, o preço da concessão é para 80, 90km. Esse preço de R\$ 1,10 é para o veículo que transitar no trecho todo ou na maior parte dele. O nosso problema com esse pedágio é com a localização da praça, que além de dividir e penalizar a população de Palhoça vai penalizar os quase um milhão de habitantes dos 45 municípios do sul do estado para virem até a capital. E quantos do sul do estado têm que vir diariamente aqui para a capital dos catarinenses!

Deputado Reno Caramori, são dezenas de ambulâncias, vans, ônibus e carros particulares que se deslocam do sul do estado para, por exemplo, trazer pessoas que precisam de tratamento médico na capital, deputado Dagomar Carneiro, porque infelizmente a "ambulancioterapia" não acabou. Os serviços de média e alta complexidade não chegaram ainda em todas as regiões do estado. São centenas e milhares de pessoas que têm que acordar de madrugada, desde Passo de Torres até Paulo Lopes, ou seja, dos 45 municípios do sul, para virem diariamente a Florianópolis fazer tratamento de quimioterapia, de radioterapia ou buscar outro atendimento de alta complexidade, serviços que só são oferecidos na capital. E ainda há aqueles catarinenses, políticos, vereadores, prefeitos, que têm que vir à sede do governo, à Assembleia; há os empresários que têm de vir à Fiesc; os profissionais liberais que têm que vir à OAB e às instituições que têm aqui a sua sede.

Não é justo que a população do sul tenha que pagar o mesmo valor do pedágio para andar apenas um trecho curto de 4km, de

um trevo a outro. Essa é a nossa implicância, deputado Reno Caramori!

Por isso, estou muito satisfeito com a aprovação, já na comissão de Constituição e Justiça, da emenda que apresentamos no sentido de isentar do pagamento desse pedágio todos os motoristas do sul do estado até que a conclusão do trecho sul, ou seja, até que a duplicação do trecho sul seja concluída, até que aquele trecho seja entregue à comunidade. Depois que duplicar, pedgiar é outra discussão. E não foi nesse mérito que entramos. O que nós não podemos concordar é que antes ainda da conclusão da duplicação e apenas pela utilização de um pequeno trecho de 4km do cidadão do sul do estado tenha que pagar como se fosse rodar os 80 ou 90km do trecho pedagiado.

Ora, se aquele pedágio é para a concessão do trecho norte da rodovia, então a praça de pedágio tinha que estar localizada de Florianópolis para o norte e não para o sul, porque dessa forma penaliza injustamente a população de Palhoça e dos outros 45 municípios do sul de Santa Catarina.

Estou contente, repito, porque já conseguimos aprovar hoje, na comissão de Constituição e Justiça, esse projeto. E espero que possamos brevemente o aprovar em plenário para impedir a injustiça dessa cobrança.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Joares Ponticelli, na realidade hoje o fato foi consumado. Mas nós temos agora que lutar para minimizar a situação que ora se apresenta, isentando esse pessoal da cobrança, conforme v.exa. explicou sobre o projeto de lei que está tramitando.

Agora, fico indignado pelo fato de, durante a implantação, as autoridades constituídas dos três municípios, Florianópolis, São José e Palhoça, não terem visto o estrago que iria acontecer. Os vereadores e os prefeitos, à época, deveriam ter feito um acordo. Houve uma audiência pública, por exigência legal, e naquela ocasião deveriam ter levantado essa questão. Porque o grande problema, na verdade, é a localização da praça de pedágio. Isso aí é uma sangria, é acertar na jugular! Parece coisa feita!

Por isso, fico pensando aqui com os meus botões - como diz o gaúcho menos preparado: por que as autoridades constituídas à época não alertaram a sociedade ou não levantaram essa questão da localização da praça de pedágio? Porque agora já é fato consumado!

(Discurso interrompido pelo término do tempo regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - O próximo orador inscrito em Explicação Pessoal é o deputado Valmir Comin, a quem concedo a palavra por até cinco minutos, em função do tempo regimental.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, faço uso da tribuna, na tarde de hoje, e aproveito a oportunidade para complementar aquilo que o presidente do Partido Progressista, deputado Joares Ponticelli, colocou.

Acho que o pedagiamento em Santa Catarina, com certeza, a exemplo do que ocorreu com a aprovação do Código Ambiental, vai abrir um debate, uma discussão nacional, porque é inadmissível que no estado vizinho pague-se seis, sete vezes mais caro. Quanto à empresa, não se pode dizer que é uma operação inexecutável, não! Ela vem atuando em países desenvolvidos e com uma performance de excelência. Mas penso que há muita gordura nesse processo.

Então, todos os procedimentos das estações de pedagiamento do país, a partir de Santa Catarina, terão que ser debatidos novamente. Não esperamos que o preço de Santa Catarina se equipare ao do Paraná, mas que seja o inverso, que o do Paraná se equipare ao preço de Santa Catarina.

Quando ao projeto de lei abordado por v.exa., deputado Joares Ponticelli, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, é meritório. Realmente esses moradores que residem nesses municípios precisam ter uma deferência especial. Não sei se esse é o critério que deve ser utilizado, mas creio que algum mecanismo precisa ser feito como medida compensatória àqueles que se utilizam diuturnamente daquele trajeto.

Mas eu gostaria aqui de levantar, sr. presidente, o assunto que colocamos à Mesa Diretora desta Casa, na sessão próxima passada, quando promovemos uma discussão elencando quatro temas importantes para que a Assembleia Legislativa desse ênfase no trabalho das comissões de mérito. Um deles é o projeto da Translitorânea, que faz a interligação dos portos de Imbituba, Itajaí e São Francisco do Sul através de linha ferroviária. No do Orçamento da União, dos R\$ 945 milhões já foram consignados R\$ 18 milhões, sendo R\$ 3 milhões para as questões ambientais e R\$ 15 milhões para o projeto de infraestrutura.

Eu quero ter a oportunidade, mesmo com os cabelos brancos, deputado Reno

Caramori, de ver a ligação não só desses portos, como também o túnel pela serra interligando o porto de Paranaguá e, no sul, o porto do Rio Grande.

As quatro bandeiras elencadas foram: Translitorânea; Ferrovia do Frango, no oeste catarinense; BR-470 e duplicação da BR-101. Para esta última já foi agendada uma reunião nesta Casa pela comissão de mérito presidida pelo deputado Reno Caramori, para o próximo dia 25, a partir das 14h, ocasião em que iremos trazer a este Poder o representante do governo federal, do DNIT, órgão que fiscaliza todas as ações e procedimentos das empreiteiras; e as entidades governamentais e não governamentais, inclusive a Federação das Empresas de Transportes de Cargas e Logística no Estado de Santa Catarina - Fetranesc.

Nós precisamos afinar, de uma vez por todas, a linguagem e a sociedade catarinense carece de uma explicação clara, precisa e transparente sobre o que realmente está acontecendo com a duplicação do trecho sul da BR-101, porque algumas empresas já concluíram 70% do seu traçado, do seu pacote, outras, 10%, 15% e outras, nem sequer iniciaram as atividades. O que nós sabemos é que orçamento não é problema, como também recurso, pois está garantido e consignado.

Nós precisamos, de uma vez por todas, trazer à responsabilidade os órgãos do governo, de uma maneira especial o DNIT, e fazer com que essas empreiteiras deem uma justificativa convincente, porque o término da obra estava programado para o final deste ano. Pelo que vemos, vai a 2012 ou até sabe lá Deus quando, se não tomarmos uma medida eficaz e enérgica.

Era isso, sr. presidente. Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - De acordo com o art. 108 do Regimento Interno, a Presidência comunica que são as seguintes as matérias destinadas para a Ordem do Dia da 42ª Sessão Ordinária: discussão e votação em turno único das Mensagens n.s 0909/2009, 0923/2009, 0956/2009; discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei n.s 0050/2009, 0051/2009, 0031/2009, 0068/2009, 0095/2009 e 0107/2009.

Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia cinco de maio de dois mil e nove, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Antônio Aguiar substituindo Herneus de Nadal, Marcos Vieira, Sargento Amauri Soares, Pedro Uczai, Dirceu Dresch, Joares Ponticelli, Cesar Souza Júnior e Jean Kuhlmann. Aberto os trabalhos o Presidente passou a palavra aos Deputados que passaram a relatar as matérias em pauta. O Deputado Joares Ponticelli, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Resolução nº 004.5/09, exarou parecer favorável com emenda substitutivo global, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0221.1/08, exarou parecer

favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 0074.8/09, 0062.4/09, 0358.6/07 e 0388.1/07, exarou parecer favorável à todos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Jean Kuhlmann, relatou Projeto de Lei nº 0236.8/09, exarou parecer favorável com emenda supressiva, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. O Deputado Pedro Uczai, relatou os Projetos de Lei nºs 0080.6/08, 0009.0, 0018.0/09, exarou parecer favorável à todos, que posto em discussão, foi aprovado por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 0099.6 e 0072.6/09, exarou parecer de diligência externa a ambos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0174.0/08, exarou parecer de voto vista favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Romildo Titon, e o Projeto de Lei nº 0016.9/09, exarou parecer favorável com emenda substitutivo global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Deputado Dirceu Dresch, relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0101.5/08, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e

votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0205.1/07, exarou parecer voto vista favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado o parecer contrário do relator original. **O Deputado Sargento Amauri Soares**, relatou o Projeto de Lei nº 0488.4/07, exarou parecer favorável com emenda substitutivo global, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Cesar Souza Júnior, e o Projeto de Lei nº 0258.3/08, exarou parecer favorável com emenda substitutivo global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Romildo Titon**, relatou os Projetos de Lei nºs 0111.7, 0068.0, 0102.6, 0113.9, 0088.3, 0031.8, 0112.8, 0103.7, 0095.2, 0107.0 e os Ofícios nºs 0072.2 e 0069.7/09, exarou parecer favorável à todos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de lei nº 0096.3/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Pedro Uczai, e as Mensagens de Veto nºs 0923, 0918 e 0909/09, parecer favorável à todas, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Antônio Aguiar**, relatou o Projeto de Lei nº 0080.6/09, exarou parecer favorável, que foi rejeitado por maioria, e foi aprovado por maioria o voto vista favorável do Deputado Joares Ponticelli. **O Deputado Marcos Vieira**, relatou os Projetos de Lei nºs 0023.8 e 0089./09, exarou parecer pela diligência externa à ambos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0250.6/08, exarou parecer favorável, que posto em discussão, e votação, foi aprovado por unanimidade sem a emenda substitutivo global, o Projeto de Lei nº 0110.6/08, exarou parecer de voto vista contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria, o Projeto de Lei Complementar nº 009.5/09, exarou parecer favorável com emenda aditiva, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e a Medida Provisória nº 0149/09, exarou voto vista favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **Deputado Cesar Souza Júnior**, relatou o Projeto de Lei nº 0029.3/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0014.2/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi rejeitado por maioria. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a presença dos Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 05 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia doze de maio de dois mil e nove, sob a Presidência do Deputado Marcos Vieira, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Antônio Aguiar substituindo Herneus de Nadal, Marcos Vieira, Sargento Amauri Soares, Ana Paula Lima, substituindo Pedro Uczai, Dirceu Dresch, Lício Mauro da Silveira, substituindo Joares Ponticelli, Cesar Souza Júnior, Elizeu Mattos, substituindo Romildo Titon e Jean Kuhlmann. Aberto os trabalhos o Presidente passou a palavra aos Deputados que passaram a relatar as matérias em pauta. **O Deputado Lício Mauro da Silveira**, relatou o Projeto de Lei nº 0109.2/09, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **A Deputada Ana Paula Lima**, relatou Projeto de Lei nº 0207.3/08, exarou voto vista pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria o parecer favorável do Deputado Jean Kuhlmann, e Projeto de Lei nº 0366.6/08, exarou parecer pelo apensamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Marcos Vieira**, relatou os Projetos de Lei nºs 0178.4 e 0107.0/08, exarou parecer pela rejeição à ambos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria, o Projeto de Lei nº 0345.1/08, exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão, e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Emenda Constitucional nº 001.0/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Pedro Uczai. **Deputado Cesar Souza Júnior**, relatou o Projeto de Lei nº 0017.0/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Dirceu Dresch**, relatou o Projeto de Lei nº 0137.6/08, exarou parecer favorável com emenda supressiva, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0071.5/08, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0037.3/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0218.6/08, exarou parecer de voto vista contrário, que posto em discussão e votação, foi rejeitado por maioria. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a

presença dos Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa. Sala das Comissões, em 12 de maio de 2009

Deputado Marcos Vieira

Presidente

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 858/2008, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 014/2009, referente à aquisição de sistema de arquivamento deslizante composto por estantes de aço deslizantes sobre trilhos, com movimentação mecânica e pintura da estrutura na cor cinza claro, para utilização na biblioteca da ALESC, obteve o seguinte resultado:

ITEM UNICO -

Vencedora: OFC - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Valor do Último Lance: R\$ 31.000,00

Florianópolis, 20 de maio de 2009.

BERNADETE ALBANI LEIRIA

PREGOEIRA

*** X X X ***

EXTRATO

EXTRATO Nº 053/2009

REFERENTE: **Apostilamento CL nº 001/2009 ao objeto do Pregão Presencial CL nº 007/2009-00, celebrado em 15/05/2009**

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Meizler Biopharma S/A.

OBJETO: Altera quantitativamente o objeto do Pregão Presencial CL nº 007/2009 acrescentando 120 doses de vacinas contra a gripe, mono-dose, dose adulta e individual, seringa preenchida, ao valor unitário de R\$ 14,50, totalizando o valor de R\$ 1.570,00. Em razão de tal acréscimo o valor total da autorização de compra nº 00361/2009 referente à aquisição do objeto passa de R\$ 8.700,00 para R\$ 10.270,00 e, a quantidade de doses de vacinas passa de 600 para 720 doses, representando um acréscimo de 18,04% do valor do item licitado, portanto, dentro da limitação imposta no § 1º, art. 65, da Lei 8.666/93.

Florianópolis, 15 de maio de 2009.

Deputado Jorginho Mello - ALESC

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 127/09

ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIRO COMUNITÁRIO DE PALMA SOLA

Ofício nº 014/Assoc./2008

Palma Sola, 08 de maio de 2009

Do Presidente Interino da Associação

Ao Exmo. Sr. Deputado Estadual JEAN KUHLMANN

DD. Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos

FLORIANÓPOLIS - SC

ASSUNTO: Encaminhamento de dados

Excelentíssimo Senhor Deputado,

Para as devidas providências, conforme o que preceitua a Lei nº 14.182/2007 sobre a Utilidade Pública Estadual, encaminho-vos em anexo os seguintes documentos:

- RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES do exercício de 2008;

- DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE SOBRE AS OBRIGAÇÕES DA

ASSOCIAÇÃO;

- CÓPIA DA ATA QUE ELEGEU A ATUAL DIRETORIA;

- BALANCETE CONTÁBIL/2008

Informo-vos ainda que não houve alteração dos Estatutos da Associação.

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveito o momento para reiterar votos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

JOSÉ MANTELLI

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 20/05/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 128/09

AMAPEC - Associação Migueloestina de Apoio às Pessoas Carentes
São Miguel do Oeste (SC), 15 de maio de 2009

EXMO. SR.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA

Primeiro Secretário

Senhor Deputado,

Remeto a Vossa Senhoria, em anexo a documentação da Associação Migueloestina de Apoio a Pessoas Carentes (AMAPEC) referente ao relatório de atividades do ano de 2008, em cumprimento à Lei nº 14.182, 2007.

Sendo o que se apresenta no momento, externamos aqui protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ZULMA PINA DE ALMEIDA

Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 20/05/09*

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 166/09**

Dispõe sobre a destinação às Associações de Pais e Professores - APPs dos valores recebidos pela administração nas concessões de uso de espaço físico para exploração de cantinas no âmbito das escolas estaduais.

Art. 1º Os valores recebidos pela administração nas concessões de uso dos espaços destinados às cantinas nas escolas públicas estaduais serão destinados à Associação de Pais e Professores da respectiva escola.

Art. 2º Os valores originários desta Lei somente poderão ser utilizados pela APP para despesas correntes da mesma e para fins de pequenos reparos da escola.

Art. 3º Para fazer jus ao recebimento, a Associação de que trata essa Lei, deverá apresentar à Secretaria Estadual de Educação seu estatuto registrado em cartório, cópia autenticada da Ata de posse de seus dirigentes e cópia do balanço referente ao encerramento do exercício último.

Art. 4º A Associação beneficiada encaminhará para a Secretaria Estadual de Educação, anualmente, o balanço referente ao último exercício findo, relatório de atividades, alterações estatutárias e composição de seus dirigentes.

Parágrafo Único. O descumprimento do disposto neste artigo implicará na suspensão do recebimento dos valores de que trata essa Lei até a efetiva regularização, não cabendo, neste caso, o recebimento retroativo dos valores de competência do período em que ocorreu a suspensão.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Edison Andrino

*Lido no Expediente**Sessão de 20/05/09***JUSTIFICATIVA**

O modelo moderno da educação pública em nosso país estabelece a necessidade do desenvolvimento de uma política voltada para gestão democrática nos processos educacionais, com a participação efetiva da comunidade nas escolas. O concurso Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar vem demonstrando a importância da Gestão Participativa nas escolas, o que

"abrange processos e práticas que respondam ao princípio de gestão democrática do ensino público. São destacados como indicadores de qualidade: planejamento e avaliação do projeto pedagógico e dos planos de ação da escola, de forma participativa; a atuação de órgãos colegiados - conselhos escolares, APMS, grêmios estudantis e outros; estabelecimento de articulações, parcerias e utilização de canais de comunicação com a comunidade escolar"

(http://www.sed.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=752&Itemid=1)

Notadamente as Associações de Pais e Professores ou Pais e Mestres, vêm-se ocupadas em garantir recursos financeiros para a manutenção das escolas, a exemplo do funcionamento dos telefones, energia elétrica, conta de água, entre outras coisas.

É o que demonstra o artigo A Associação de Pais e Professores e a Gestão Democrática na Escola Pública de Manoel José Fonseca Rocha, (UNLrevista - Vol. 1, nº 2: abril 2006). Ao estar mais

focada em angariar fundos do que deveria e menos ocupada em discutir a situação profissional do professorado público, em agir diante das dificuldades que a escola vive para adquirir materiais didáticos que auxiliam o ato pedagógico e em conhecer a comunidade e definir suas carências, deixam de atuar como peça fundamental para a Gestão Participativa das escolas.

Com os recursos decorrentes da cessão de uso das cantinas, as APP's teriam a oportunidade de despertar para a necessidade de buscar uma escola pública democrática, participativa e com qualidade pedagógica.

É pelo exposto que proponho o presente projeto de lei a fim de disponibilizar para as Associações de Pais e Professores recursos financeiros que auxiliem nas suas atividades correntes, e possam, assim, concentrar suas atividades para o desenvolvimento de uma política mais participativa e democrática na gestão escolar, e que portanto, em face do patente interesse público, espero contar com os ilustres colegas para a aprovação deste projeto.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 167/09

Declara de utilidade pública a Cáritas Solidarieidade, com sede no município de Matos Costa.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Cáritas Solidarieidade de Matos Costa, com sede no município de Matos Costa.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Reno Caramori

*Lido no Expediente**Sessão de 20/05/09***JUSTIFICATIVA**

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei com o objetivo de declarar de utilidade pública a Cáritas Solidarieidade de Matos Costa, com sede no município de Matos Costa.

Trata-se de uma associação fraternal, beneficente e sem fins lucrativos, constituída juridicamente em 18/04/2004, que visa entre seus relevantes objetivos, prestar assistência social, educacional e cultural às pessoas economicamente e culturalmente empobrecidas que residem no município.

Assim, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário que a Cáritas Solidarieidade de Matos Costa seja beneficiada com a declaração de utilidade pública estadual.

Sala das Sessões, maio de 2009

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 168/09

Altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 5.061, de 19 de setembro de 1974, que declara de utilidade pública a Fundação de Ensino do Pólo Geoeducacional do Vale do Itajaí - Fepevi, de Itajaí.

Art. 1º A ementa e o art. 1º da Lei nº 5.061, de 19 de setembro de 1974, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Fundação Universidade do Vale do Itajaí - Univali, com sede no município de Itajaí.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fundação Universidade do Vale do Itajaí - Univali, com sede no município de Itajaí." (NR)

Art. 2º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Joares Ponticelli

Membro da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005/09

Estabelece critérios de remuneração para a prestação de serviços acadêmicos e técnico-administrativos em atividades desenvolvidas pela Escola do Legislativo, e adota outras providências.

Art. 1º A remuneração a docente e pessoal técnico-administrativo por serviços prestados nas atividades desenvolvidas pela Escola do Legislativo levará em consideração o nível acadêmico do profissional e as funções especificados a seguir:

NÍVEL ACADÊMICO	VALOR DA HORA/AULA EM R\$	VALOR DA HORA/ATIVIDADE EM R\$
Até ensino médio	50,00	40,00
Graduado	60,00	48,00
Especialista	72,00	57,60
Mestre	86,00	68,80
Doutor	110,00	88,00

§ 1º O valor de hora/aula de que trata a tabela acima corresponde à atividade docente; o valor da hora/atividade corresponde a outros serviços acadêmicos como: orientação, avaliação, revisão, consultoria, elaboração de material didático-pedagógico, desenvolvimento de projetos.

§ 2º A hora/aula, conforme estabelecido em legislação vigente equivale a quarenta e oito minutos/relógio.

Art. 2º Para os eventos realizados fora do domicílio do ministrante/profissional serão acrescidos quarenta por cento sobre o valor correspondente ao seu nível acadêmico.

Art. 3º Os docentes convidados para palestras, conferências e afins, que sugerirem valores diferenciados dos definidos nesta Resolução terão sua proposta avaliada pelo Conselho Escolar da Escola do Legislativo, considerando qualificação, reconhecimento, notório saber e valor de mercado, podendo ultrapassar os valores fixados no art. 1º desta Resolução.

Art. 4º Para os servidores do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, quando ministrarem aulas em horário de trabalho, os respectivos valores serão reduzidos em vinte por cento.

Art. 5º Aplica-se esta Resolução aos servidores docentes da Alesc, conforme estabelece o art. 85 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina), não se aplicando o estabelecido no art. 2º desta Resolução.

Art. 6º Aplicam-se aos servidores à disposição na Assembleia Legislativa o disposto nesta Resolução.

Art. 7º O Parágrafo único do art. 16 da Resolução nº 202/2001 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. (...)

Parágrafo único. Professor ou instrutor, quando servidor, receberá gratificação prevista em Resolução. (NR)”

Art. 9º O Conselho Escolar da Escola do Legislativo apreciará e decidirá os casos omissos na presente Resolução.

Art. 10. As despesas oriundas desta Resolução correrão por conta do Orçamento da Assembleia Legislativa.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Fica revogado o Ato da Mesa nº 1422/2003.

Sala das Sessões,

Deputado Joares Ponticelli

Lido no Expediente

Sessão de 20/05/09

JUSTIFICATIVA

Este projeto de resolução pretende normatizar os valores pagos às atividades de docência e do caráter técnico-pedagógico aos professores contratados para Cursos Livres e Palestras, como também aos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina em exercício de docência e de atividades correlatas.

Conforme o que estabelece a Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina, em seu art. 85, são concedidas ao servidor gratificações pela prestação de serviço extraordinário e pela ministração de aulas em cursos de treinamento, bem como, de acordo com o art. 16 da Resolução nº 202/2001. Neste sentido, faz-se necessário regulamentar os valores de hora/aula praticados nas atividades desenvolvidas pela Escola do Legislativo, compatíveis com os praticados nas demais esferas e instituições educacionais.

Os parâmetros de valores propostos estão baseados em valores em vigor em outras Assembleias Legislativas (em anexo deliberação da Mesa nº 2373/06, de Minas Gerais), como também valores pagos as docentes das universidades e faculdades da Grande Florianópolis.

Sendo assim, para que haja equidade e equilíbrio, esta Resolução é de extrema importância para regular e regulamentar esta matéria.

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 006/09

Dispõe sobre a criação, no âmbito da Assembleia Legislativa, do Subprograma Estágio Visita, e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Assembleia Legislativa, o Subprograma Estágio Visita, que visa aproximar a comunidade acadêmica de ensino superior do Parlamento, tornar conhecidas e acessíveis aos estudantes as funções, atribuições e atividades desenvolvidas pelo Parlamento Estadual.

Parágrafo único. O Subprograma Estágio Visita está inserido no Programa Conhecendo o Parlamento - Projeto A Universidade e o Legislativo, conforme Resolução nº 0008/2005 e Resolução nº 013/2007, e terá a coordenação da Escola do Legislativo.

Art. 2º O período de cada Estágio Visita será de, no máximo, cinco dias com, no mínimo, duas realizações por ano.

Art. 3º O Estágio Visita será realizado nas dependências relativas à área legislativa e obedecerá à supervisão do Presidente da Escola do Legislativo.

Art. 4º Caberá à Escola do Legislativo determinar e executar as atividades respectivas, que compreenderão, entre outras, a realização de palestras, conferências ou seminários sobre a política, o Poder Legislativo e, em particular, sobre a Assembleia Legislativa e seu funcionamento.

Art. 5º Ao estagiário que cumprir frequência integral será concedido certificado de participação emitido pela Escola do Legislativo.

Art. 6º Cada Deputado poderá indicar, a cada edição do Estágio Visita, dois estudantes, com antecedência mínima de trinta dias da data do início do respectivo período.

Art. 7º Nas indicações deverá ser observado:

I - Só poderão ser indicados estudantes que:

a) ainda não tenham participado do Estágio;

b) estiveram cursando os dois últimos anos do curso de qualquer área, em nível de graduação; e

c) forem matriculados em estabelecimento de ensino superior situado no Estado de Santa Catarina.

II - Cada indicação deverá ser feita mediante documento assinado por Deputado, anexando o histórico escolar atualizado do candidato, fornecido pelo estabelecimento de ensino superior em que estiver matriculado.

Art. 8º Feitas às indicações, com a observância obrigatória do disposto nos arts. 6º e 7º, o Presidente da Assembleia Legislativa formalizará os convites que, com instruções pormenorizadas sobre as condições do Estágio, serão encaminhados aos reitores ou diretores dos estabelecimentos de ensino superior.

Art. 9º A Assembleia Legislativa responsabilizar-se-á por custear as despesas com alimentação e hospedagem dos estudantes participantes, durante a realização do Estágio, que residirem fora do município de Florianópolis.

Art. 10. As despesas oriundas desta Resolução correrão por conta do Orçamento da Assembleia Legislativa.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Joares Ponticelli

Lido no Expediente

Sessão de 20/05/09

JUSTIFICATIVA

A Escola do Legislativo, objetivando cumprir a sua função de contribuir para o aperfeiçoamento do Poder Legislativo, fortalecendo sua relação com a sociedade, propiciando formação política e educação para a cidadania e cumprindo o que determina a Resolução nº 008/2005, que institui Programa Conhecendo o Parlamento, Subprograma Universidade e o Parlamento, oferecerá aos estudantes universitários momentos de reflexão e aprofundamento dos conhecimentos sobre as funções e atribuições do Parlamento Estadual.

O Subprograma Estágio Visita já acontece, com grande sucesso, na Câmara de Deputados desde 1982 e a Assembleia Legislativa será pioneira na sua implementação, oportunidade impar para os estudantes universitários conhecerem e aprofundarem os conhecimentos referentes ao Parlamento Catarinense, aproximando-os do cotidiano da vida parlamentar.

*** X X X ***